



ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Santa Maria, abril de 2023



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	5
2. APRESENTAÇÃO.....	6
3. HISTÓRICO DA ESCOLA.....	7
4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR.....	13
5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	19
6. MISSÃO	21
7. OBJETIVOS.....	21
7.1 Aprendizagem.....	21
7.2 Formação de professores.....	22
7.3 Ensino Especial.....	23
7.4 Educação Integral:.....	23
8. FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS	24
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR.....	27
9.1 Ensino Fundamental.....	28
9.2 Bloco Inicial de Alfabetização.....	30
9.3 Educação Especial.....	31
9.4 Ensino Remoto	33
10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	34
10.1 Atuação das Equipes Especializadas e Outros Profissionais.....	37
10.1.1 Equipe Especializada de Apoio À Aprendizagem – EEAA.....	37
10.1.2 Atendimento Educacional Especializado – AEE e Sala De Recursos.....	40
10.3 Serviço de Orientação Educacional – OE.....	42
10.2 Coordenação Pedagógica.....	43
11. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ESCOLAR	44
11.1 Regimento Interno.....	44
12. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.....	50



12.1 Procedimentos Avaliativos.....	51
12.2 Conselho De Classe.....	53
13. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.....	54
13.1 Dimensão: Gestão Pedagógica.....	55
13.2 Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais.....	56
13.3 Dimensão: Gestão Participativa.....	56
13.4 Dimensão: Gestão de Pessoas.....	57
13.5 Dimensão: Gestão Financeira.....	57
13.6 Dimensão: Gestão Administrativa.....	58
14. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS.....	59
14.1 Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem - EEAA.....	59
14.2 Orientação Educacional - OE	75
15.PROJETOS ESPECÍFICOS.....	80
16.ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	81
17.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82

ANEXOS

I - PROJETO VIAJANDO NA LEITURA.....	86
II - REAGRUPAMENTOS.....	99
III - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	103
IV - INFORMÁTICA NA ESCOLA.....	115
V - BIBLIOTECA ESCOLAR.....	121
VI - EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO.....	126
VI - POLIDOCÊNCIA.....	154
VII - PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO.....	159
VII - CONCURSOS E EXPOSIÇÕES.....	171



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Unidade Escolar / Instituição Educacional	Escola Classe 116 de Santa Maria
Coordenação Regional de Ensino	Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria
Endereço	QR 116, Conjunto M, Lote 01 – Santa Maria/DF
Telefone	3901 - 6613
E-mail	ec116.santamaria@edu.se.df.gov.br
Data da Fundação da UE	07/03/1994
Turnos de Funcionamento	Diurno (matutino e vespertino)
Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas	Ensino Fundamental I
Escola de Gestão Compartilhada	() SIM (X) NÃO
Oferta Educação Integral	(X) SIM () NÃO
Equipe Gestora	GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes Andréia Cardoso Lima Pantoja CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Daiana Maria Lima Silva



2. APRESENTAÇÃO

Vivemos sob o impacto de mudanças mundiais, dos avanços científicos, da comunicação cada vez mais rápida, da informação que se perde pelo seu volume e acúmulo diário. A educação, com seus objetivos e procedimentos, precisa se ajustar e inovar, buscando por soluções que deem conta de seus desafios.

A Escola Classe 116 de Santa Maria, por meio da Coordenação Regional de Ensino, no intuito de oferecer uma educação de qualidade à comunidade desta Unidade de Ensino (U.E.), construiu este Projeto Político Pedagógico (PPP).

Nesse sentido, a organização escolar prioriza as ações consideradas importantes e inovadoras visando oferecer uma educação que possa preparar crianças para viver em uma sociedade plural, democrática e em constante mudança, bem como a formação da cidadania para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com a mudança social.

Construir a cidadania requer trabalhar com suas verdadeiras motivações interiores, sonhos, potenciais e anseios. Desse modo, o PPP da Escola Classe 116 de Santa Maria norteará o fazer educativo no período desse ano, podendo ser reestruturado com ajustes internos, mediante necessidade.

Em termos curriculares, o PPP desta U.E. se fundamenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, bem como, no Currículo em Movimento da Educação Básica do DF, para o presente ano será considerado também a Reorganização Curricular proposta pela Secretaria de Educação. Do ponto de vista de sua elaboração, este documento foi construído de forma coletiva com o grupo docente e atualizado de modo a se adequar à realidade escolar vivenciada no momento. Os instrumentos para tal intento envolvem reunião com o grupo docente e formulário para levantamento de dados e opiniões junto à comunidade.

Portanto, o presente PPP busca contemplar as necessidades da comunidade escolar, priorizando aprendizagens significativas, promovendo a inclusão, a cidadania e a cultura da paz.



3. HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Classe 116 localiza-se na QR 116, Conjunto M, Lote 01, na Zona Urbana da Região Administrativa de Santa Maria, no Distrito Federal. É parte integrante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e está vinculada à Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria.

A Região administrativa de Santa Maria – RA XIII – completou 30 anos no dia 10 de fevereiro de 2023. Compreende as áreas da Marinha, Saia Velha e o Pólo JK. Possui uma área de 13.158,31 hectares.

Em 1990, foi instituído o Programa de Assentamento do Governo do Distrito Federal para atender a demanda habitacional de famílias de baixa renda e relocar ocupações irregulares dispersas no DF. No âmbito desse programa, foi criada em 4 de novembro de 1992, pela Lei 348/92 e regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, a RA XIII – Região Administrativa de Santa Maria. A ocupação foi iniciada nas quadras 200 e 308 a 310.

Nos anos seguintes, houve a consolidação da ocupação do parcelamento, que se situa entre os ribeirões Alagado e Santa Maria. Santa Maria abriga também áreas militares do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego – CINDACTA/Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa do Ministério da Marinha.

A RA possui, ainda, grande potencial de desenvolvimento econômico pela sua situação geográfica estratégica, próximo a Saída Sul, e pela criação do Polo de Desenvolvimento JK.

Possui uma população de aproximadamente 130.970 (cento e trinta mil, novecentos e setenta) habitantes, desse total, 95,3% dos moradores com seis anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever. No que diz respeito à remuneração de trabalho principal, o valor médio observado na pesquisa foi de R\$ 2.458,67 (CODEPLAN, 2022).

O perfil da Escola Classe 116 está em uma construção constante e articulada com a comunidade na qual está inserida.



A EC 116, atualmente, destina-se a estudantes do Ensino Fundamental I de 9 anos (1º ao 5º ano) com um quantitativo 690 estudantes em 34 turmas que estão assim distribuídas:

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TGD
MATUTINO	00	07	02	00	06	02
VESPERTINO	05	00	05	05	00	02
TOTAL	05	07	07	05	06	04

Essa organização escolar atende às necessidades da comunidade. No ano anterior, a escola não apresentou índice de evasão escolar e o índice de reprovação foi de 0,97%. Podemos afirmar que historicamente a EC 116 apresenta baixos índices de evasão e reprovação escolar, excluídos os estudantes ANEE's dadas as suas peculiaridades no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, tal afirmativa pode ser observada na seguinte tabela:

	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.
2016	0%	0%	0%	0%	0%	12,33%	0%	0%	0%	3,2%
2017	0%	1,68%	0%	0%	0%	5,98%	0%	0%	0%	5,92%
2018	0%	1,55%	0%	0%	0%	4,11%	0%	0,78%	0,8%	0,8%
2019	0%	0%	0%	0%	0%	0,81%	0%	0,27%	0%	0,4%
2020	0%	0%	0%	0%	0%	0,1%	0%	0%	0%	0%
2021	0%	0,59%	0%	1,41%	0%	8,7 %	0%	1,66%	0%	3,68%
2022	0%	0%	0%	0,13%	0%	0,83%	0%	0%	0%	0%

O percentual de alunos em distorção idade/ano atualmente é de 0,13%, que representa apenas um aluno ANEE.



A EC 116 abriu suas portas pela primeira vez à comunidade em 07 de março de 1994, dando início ao ano letivo. Naquele momento, contava com 12 salas de aula e aproximadamente 1.600 alunos, distribuídos do CBA à 8ª série e Ensino Especial, tendo como 1ª diretora a professora Maria Rita Vieira Ferreira.

Em 1995 a U.E. recebeu a ampliação de 9 salas de aula para atender a demanda da comunidade, o ano foi atípico e tumultuado, tendo 3 diretoras para gerir o corrente ano letivo: Cristina, Marília e Divina, mas sempre mantendo um excelente nível pedagógico, sendo, inclusive, premiada no concurso de redação no âmbito do Distrito Federal, com o tema Semana do Trânsito, pela aluna Michele Maciel.

Veio a Lei de Gestão Democrática e em 1996 assumiu a direção, eleita pela comunidade, a professora Verônica José Inácio, permanecendo na direção até o ano de 1999, por dois mandatos eletivos, sendo até então a diretora que mais tempo gerenciou a U.E.

Em sua gestão, a escola mostrou seu potencial vitorioso, vencendo vários concursos e inclusive lançando um livro, de autoria dos alunos de séries iniciais, intitulado: “Eu também sou Poeta”. A Sala de Leitura surgiu no ano de 1997, a qual recebeu o nome de “Paraíso do Livro”. Atualmente, a mesma conta com uma profissional da área dos Auxiliares de Educação para desenvolver o trabalho de incentivo à leitura junto ao corpo docente e discente, embasada no projeto da U.E.

O novo milênio iniciou com nova direção, assumia ali a professora Kátia Jardim, dando continuidade ao trabalho de qualidade historicamente desenvolvido por esta U.E. Em 2001 sob direção da professora Maria Aparecida Pena Ribeiro, projetou-se um espaço para a recreação dos alunos da escola.

Em 2002 assumiram a direção, o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho, como Diretor e a professora Zuleide Moura e Silva como Vice-Diretora, os quais foram absorvidos por um desejo cada vez maior de manter a qualidade de ensino oferecido por esta escola, e empenhados em solidificar a construção da cidadania em nossos alunos, valorizando o lúdico, o civismo, as artes e o respeito às diferenças do ser humano.



No ano de 2002, a Escola Classe 116 oficializa, em 16 de julho, uma parceria com o Instituto Escola Brasil do Banco Real ABN, a qual trouxe algumas melhorias físicas ao espaço que atendia 1.100 alunos diariamente.

O ano de 2004 inicia com novos membros na equipe de direção, o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho continua como Diretor e como Vice-Diretor assume o professor Jeovany Machado dos Anjos juntamente com os Assistentes de Direção João Batista de Freitas e Marcelo Torgone Vicente da Silva.

Neste ano o Hino da Escola Classe 116 foi elaborado com o intuito de fomentar nos alunos o sentimento de pertencimento a escola e resgatar questões como civismo e respeito.

A prática de cantar o Hino da Escola semanalmente, junto com o Hino de Brasília e o Hino do Brasil, é um exercício de cidadania, uma forma de valorizar nossa escola, nosso estado e nosso país.

HINO DA ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Letra: João Batista Dias de Freitas e Jeovany dos Anjos
Música: Stravinsky Braga

SURGIU NO DISTRITO FEDERAL
NA CIDADE DE SANTA MARIA
UMA ESCOLA SEM IGUAL
ONDE SE ENSINA COM ALEGRIA

**ESCOLA CLASSE 116, ESCOLA CLASSE116
COM MUITA GARRA E DETERMINAÇÃO
EM BUSCA DA MELHOR EDUCAÇÃO**

CRESCENDO COM DIFICULDADES
VENCENDO COM TRABALHO NOITE E DIA
A SERVIÇO DA COMUNIDADE
SE DESTACA EM SANTA MARIA

REFRÃO

COM MUITA COMPETÊNCIA E OUSADIA



MESTRES TRANSFORMAM DIA A DIA
ALUNOS COM VONTADE DE APRENDER
JUNTOS BUSCAM A CIDADANIA

REFRÃO

De 2006 a 2007 forma-se a nova Equipe de Direção tendo como Diretor o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho e Vice Diretor o Professor Marcelo Torgone Vicente da Silva. Nesse mesmo ano, a U.E. passa a contar com uma sala de Apoio Psicopedagógico que realiza atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem com apoio de psicólogo, orientador e psicopedagoga, tanto para alunos desta U.E. como para alunos de outras instituições públicas.

Ainda no ano letivo de 2006, a U.E. passou a disponibilizar um laboratório de informática, com equipamentos doados pelo Instituto Escola Brasil do Banco Real ABN, o que possibilitou aos discentes e docentes desta U.E. o uso das TIC's para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

No mês de maio de 2007 assume a Direção uma nova equipe, tendo como Diretora a Professora Zuleide Moura e Silva e Vice-diretor, o Professor Denílson Silva Araújo. Neste ano, a escola foi contemplada com uma sala de Recursos para atendimento aos estudantes ANEE's.

A SEEDF implantou no ano de 2008, o sistema de Gestão Compartilhada, tendo como eleitos a Professora Zuleide Moura e Silva e o Professor Denílson Silva Araújo, que convidaram para assumir a Supervisão Pedagógica a Prof.^a Rosa Maria Rodrigues de Mesquita Araújo e Prof. Marcelo Torgone Vicente da Silva como Supervisor Administrativo e continuando na Equipe a Chefe de Secretaria Sônia M^a Marques. A escolha dos Gestores se deu por meio de eleição, mediante a escolha com o voto direto, e isso se efetivou com a participação e apreciação do conselho escolar, uma vez que foi chapa única.

No ano de 2009 houve novamente a eleição direta com a apreciação do Conselho Escolar, pois o vice-diretor Denilson afastou-se em maio. Assumiu como vice-diretora a professora Mayra Elayne Marques Cabral. A nova Equipe Diretiva foi



formada pelas professoras Zuleide Moura e Silva (diretora) e Mayra Elayne Marques Cabral (vice-diretora) para um mandato da Gestão Compartilhada por 2 anos.

Em 2012 assume a direção da escola a professora Lúcia D'Arc Rodrigues, como diretora, e a professora Simeir Gonçalves Prestes, como vice-diretora em um ano de transição para implementação da Gestão Democrática. Nesse mesmo ano, ambas foram eleitas para assumir a Gestão Democrática da escola até 2013.

Em 2013, realizou-se uma nova eleição nos parâmetros da Gestão Democrática, onde a então Equipe Gestora foi reeleita para cumprir mandato de mais três anos. Na gestão desta Equipe, a escola recebeu uma série de benefícios estruturais: nova pintura, reforma da parte elétrica, reforma do forro de algumas salas, ampliação da Biblioteca com novos mobiliários, reforma dos banheiros, mobiliários novos para as salas de aula e arquivo da secretaria, forro do teto e armários novos para a cozinha, novos computadores, equipamentos de som para as salas de aula, entre outros.

A partir do ano de 2012 a escola passou a desenvolver projetos voltados para o enfrentamento da violência e o envolvimento coletivo, a fim de garantir o direito de aprendizagem à parcela de estudantes mais vulnerável, Gincana do abraço, resgatando valores, entre outros. Dentre os projetos, surgiram alguns até o momento, que podemos destacar: Grupos de Vivência, programa Novo Mais Educação, Terapia do Abraço, Projeto Semeando saberes, entre outros. No ano de 2014, a escola recebeu um reforço quanto aos recursos humanos, com a chegada de uma Psicóloga Escolar.

Na eleição do ano de 2019, seguindo os parâmetros da Gestão Democrática a equipe gestora foi reeleita. Entretanto, em 2020 a Diretora Lúcia D'arc se aposentou, assumindo a Direção a Prof.^a Simeir Gonçalves Prestes e a vice direção a Prof.^a Suzana Medeiros de Souza Aguiar.

Nesse mesmo ano, em virtude da Pandemia da Covid-19 toda a rede de ensino ingressou no ensino remoto a partir do mês de março de 2020, orientado pelo Decreto do GDF de nº 40.509, de 11 de março de 2020. As atividades escolares retornaram de maneira híbrida no dia 09 de agosto de 2021, conforme a Circular n.º 4/2021. A



Portaria Conjunta nº 12, de 28 de outubro de 2021 determinou o retorno das atividades 100% presenciais em 03 de novembro de 2021.

Em novembro de 2021 a Prof.^a Daiana Maria Lima Silva assumiu a vice direção da escola substituindo a vice-diretora Suzana Medeiros de Souza Aguiar durante seu período de licença-maternidade.

O ano letivo de 2022 iniciou com as atividades totalmente presenciais e apresentando como grande desafio a educação pós-pandemia, a qual possui como foco a retomada do processo de interação presencial entre os indivíduos e a recomposição das aprendizagens. Essa perspectiva continuará no ano letivo de 2023.

No que se refere a estrutura física, a escola possui 34 salas de aula, sala dos professores, sala da orientação educacional, sala de recursos, sala da equipe especializada de apoio a aprendizagem, secretaria escolar, 2 salas para as atividades da Educação Integral, biblioteca escolar, laboratório de informática, mecanografia, pátio, parquinho e no ano de 2022 foi construída a quadra poliesportiva.

Constantemente a escola procura ofertar melhorias em suas instalações para proporcionar aos alunos, funcionários e comunidade um ambiente acolhedor e digno, que auxilie plenamente no desenvolvimento de nossos alunos. Nos últimos anos foram realizadas reformas nos banheiros, pintura das salas de aula e pequenas melhorias diversas. Para o ano de 2023 desejamos realizar uma reforma na cozinha, a construção de um refeitório e a cobertura do pátio.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

Atualmente, nos aspectos que se referem à aprendizagem dos estudantes desta U.E, podemos observar, que na escola ainda há alunos com um percentual abaixo das metas. O índice da escola quanto ao IDEB é de 6,0 e está acima da média estadual, entretanto, no ano de 2021 observou-se uma queda de 0,5 ponto quando comparado ao aferimento do ano de 2019 que constava uma nota de 6,5. Os dados do IDEB foram divulgados em 2022.



Cabe ressaltar que os resultados do Saeb 2021 se configuram como o primeiro retrato do que a Pandemia de Covid-19 significou para a educação brasileira, em termos de aprendizagem, oferecendo um conjunto de dados que deverá ser explorado em profundidade por todos os envolvidos no processo educacional para que se possa compreender melhor os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação brasileira e a identificação de estratégias para contorná-los, proporcionando aos alunos oportunidades de recuperação e desenvolvimento.

A equipe gestora junto ao corpo docente analisou os dados e traçou metas e estratégias dentro da realidade observada para superar a queda.

A escola adota uma postura de avaliação formativa, onde se preconiza as atividades diárias e momentos definidos de avaliação formal e informal. Utiliza-se largamente o teste da psicogênese para identificar os esquemas prévios em relação à aquisição da língua escrita e para orientar planejamentos de estratégias pedagógicas que considerem a zona de desenvolvimento proximal no processo de alfabetização. Em matemática, a escola aderiu ao projeto da Caixa Matemática, possibilitando um trabalho concreto para desenvolver o pensamento lógico-matemático.

Em relação ao atual retrato da comunidade desta U.E., fez-se uma pesquisa quantitativa por amostragem com a comunidade escolar no ano de 2023, utilizando o Formulário Google, onde 241 famílias participaram e constatou-se que: 57,9% dos alunos residem com a mãe e o pai e 32,1% residem apenas com a mãe. Quanto ao estado civil dos pais: 42,6% são casados, 27,8% são solteiros e 19% estão em união estável. No que se refere ao nível de escolaridade do responsável que preencheu o formulário: 39,4% possuem o nível médio completo, 16,6% apresentam o nível superior incompleto e 17% o nível superior completo. No tocante a religião das famílias: 41,9% se declararam católicas, 47,7% se declararam evangélicas, 4,1% não possuem religião, 2,9% se declararam espíritas e 2,1% declararam seguir outra religião.

Quanto à moradia: 47,1% moram em casa própria, 38,3% em casa alugada e 12,9% em moradia cedida. Em relação ao local de residência dos alunos: 70,1% residem em Santa Maria Norte, 12,9% residem no Condomínio Total Ville e 7,5%



residem na região do entorno (Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia etc.). Sobre como os alunos se deslocam para a escola: 42,7% vão andando, 33,6% vão de automóvel e 19,9% vão de transporte escolar pago pela família.

Ao que se refere à renda familiar: 38,5% recebem de dois a três salários-mínimos, 28,5% recebem um salário-mínimo, 15,1% recebem menos de um salário-mínimo e 9,6% recebem de quatro a seis salários-mínimos. Quanto ao recebimento de benefício do governo: (como Bolsa família, cartão material escolar, BPC) 35,1% afirmaram receber algum desses benefícios.

No que diz respeito ao acesso à internet: 57,9% das famílias possuem acesso a internet pelo celular e computador e 41,3% apenas pelo celular. Como principal forma de divertimento diário das crianças: 81,7% citaram brincadeiras livres no terreno de casa e 75,1% o uso de televisão.

No que se refere à opinião dos pais em relação à escola, 51 % consideram que a escola é ótima, 40,7% boa e 8,3% regular.

Os dados evidenciados anteriormente podem ser ilustrados pelos gráficos que se seguem.

Gráfico 1:

Com quem o aluno reside

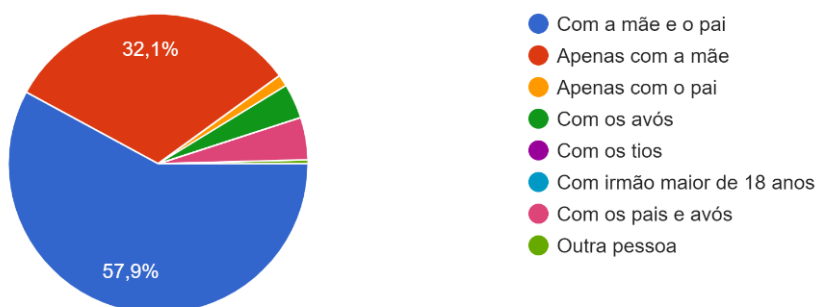




Gráfico 2:

Estado civil dos pais

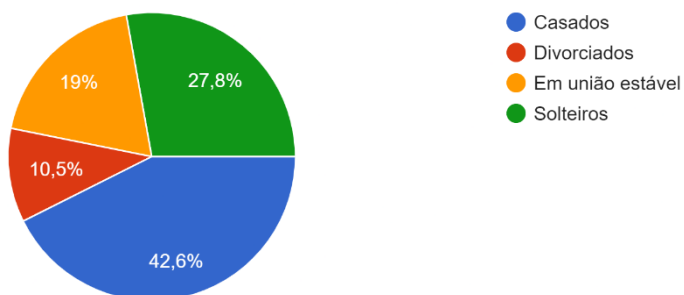


Gráfico 3:

Nível de escolaridade dos responsáveis

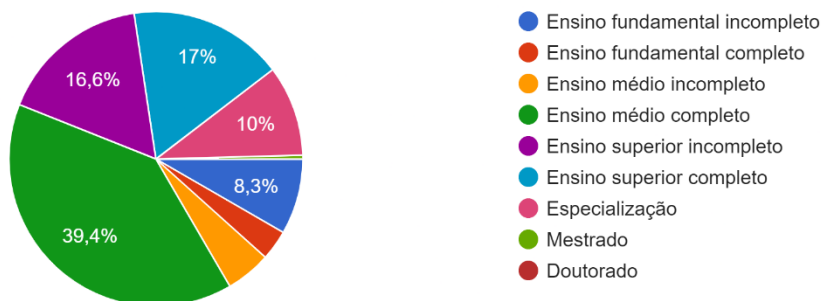


Gráfico 4:

Religião das famílias

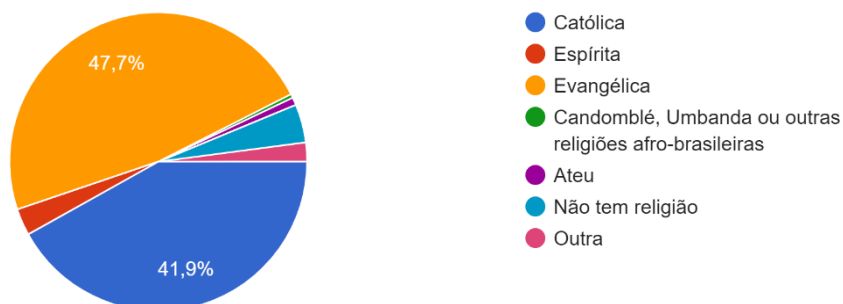




Gráfico 5:
Tipo de moradia

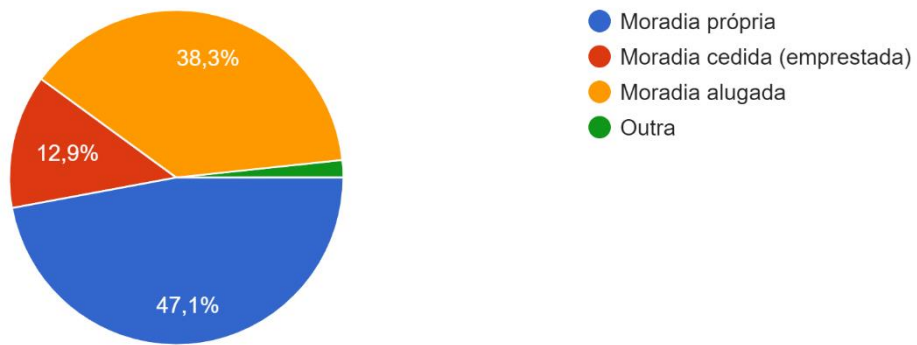


Gráfico 6:
Local de moradia

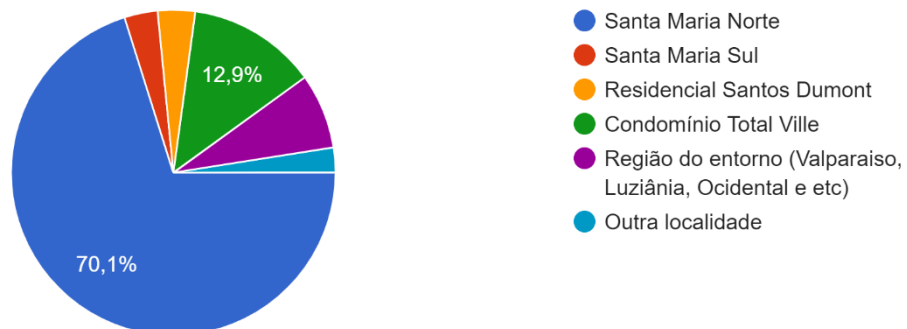


Gráfico 7:
Como o aluno se desloca para a escola

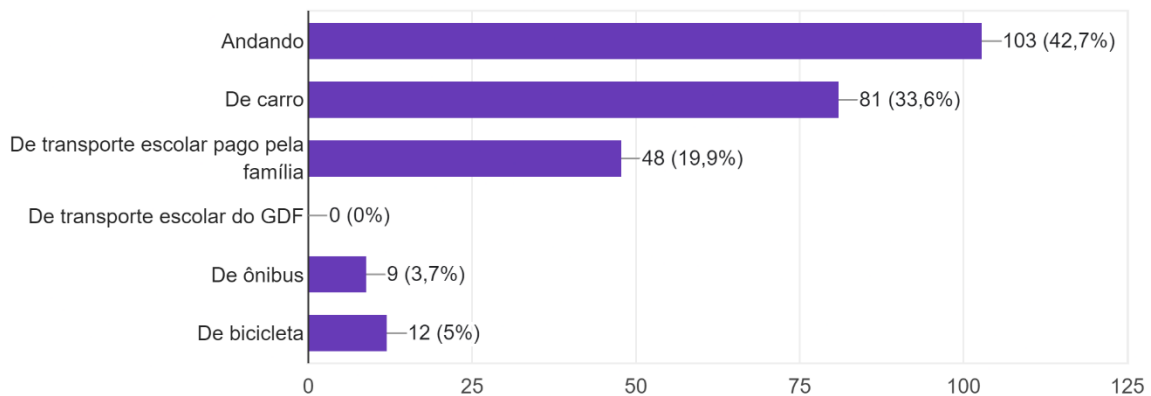




Gráfico 8:
Renda familiar

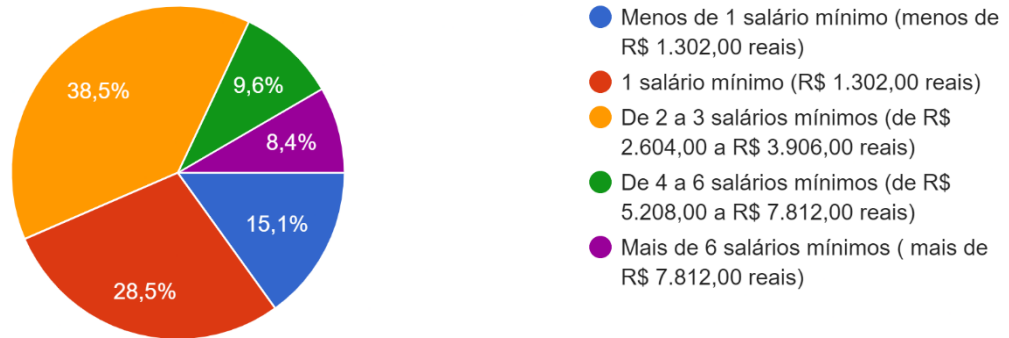


Gráfico 9:
Recebimento de Benefícios do Governo (Bolsa família, cartão material escolar, BPC)

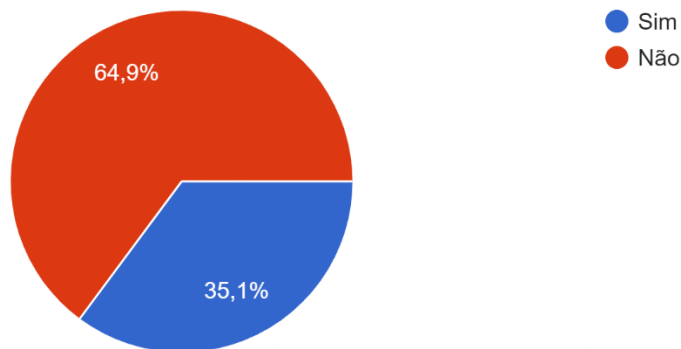


Gráfico 10:
Meios de acesso à internet

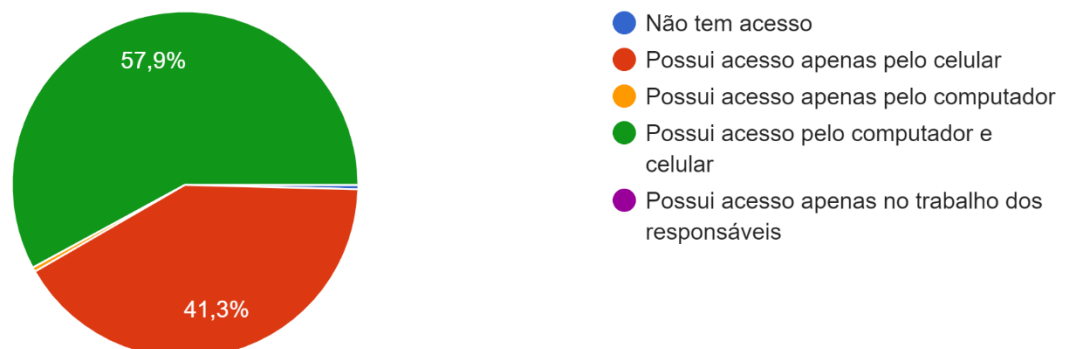




Gráfico 11:
Principal divertimento diário das crianças

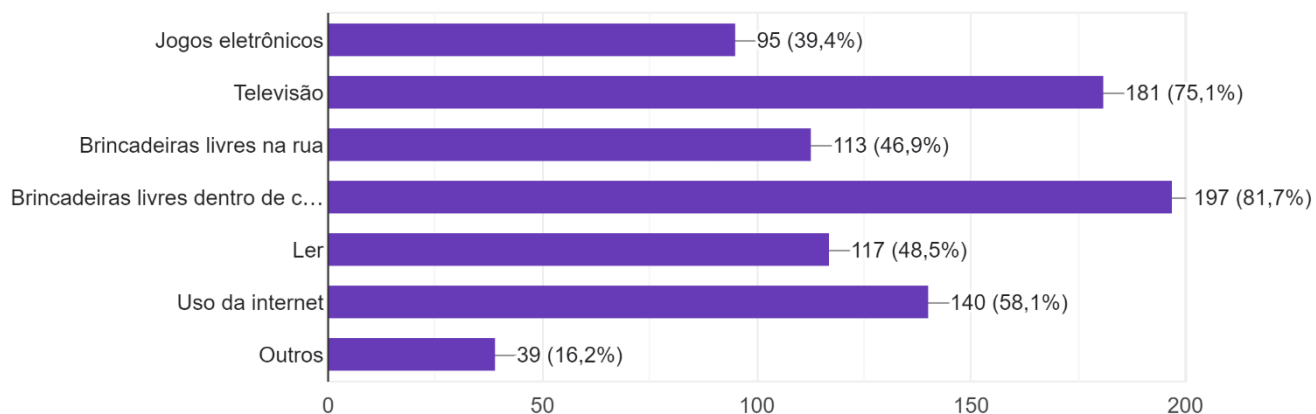
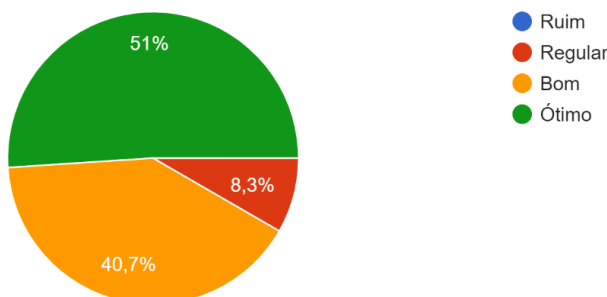


Gráfico 12:
Opinião dos pais em relação ao trabalho da escola



5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola que se insere em uma sociedade marcada pela exclusão social e por práticas mercadológicas neoliberais, precisa buscar metodologias pedagógicas que possam ir de encontro a esta perspectiva, no sentido de promover uma educação libertadora com o intuito de romper com esta prática excludente. Portanto, esta U.E. busca uma prática pedagógica pautada na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-cultural em consonância com as diretrizes adotadas no Currículo em



Movimento da Educação Básica do Distrito Federal. Nesta perspectiva, Saviani defende que a educação implica “uma atividade que supõe uma heterogeneidade real e uma homogeneidade possível; uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada” (SAVIANI, 1985, p. 76).

Assim, a educação a que nos propomos visa um trabalho pedagógico intencionalmente planejado para atuar de maneira libertadora, levando em consideração as especificidades da comunidade escolar em que estamos inseridos e, principalmente, as necessidades diversas de ensino-aprendizagem dos estudantes que atendemos.

Nos meandros da Psicologia Histórico-Cultural, temos o importante papel da cultura e da linguagem na formação da subjetividade dos sujeitos. De tal maneira que as concepções e visões de mundo de cada sujeito/educando devem ser levadas em consideração na prática pedagógica da escola. Vygostky (2001) defende uma aprendizagem inter-relacional que se propaga na relação com o outro, por isso, a “zona de desenvolvimento imediato” proporciona interações que pedagogicamente planejadas podem levar ao desenvolvimento dos protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

Devemos levar em consideração também a perspectiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que encontra na educação uma forte aliada, instrumento fundamental para sua disseminação, devido à facilidade do contato com as diversidades sociais. Daí a necessidade de investir na formação docente no sentido de romper com práticas excludentes, através de ações pedagógicas que alcancem a comunidade escolar como um todo, do educando ao educador. Dessa forma, garante-se minimamente, que a criança, ao adentrar à escola, usufrua de uma educação não só qualitativa, mas acima de tudo, igualitária.

A escola como um todo percebe que o processo de enfrentamento e superação dos desafios necessita de um trabalho mais articulado entre os diversos segmentos a fim de garantir tomadas de decisões que surtam efeito na prática.



6. MISSÃO

A educação de qualidade é o objetivo que norteia a Escola Classe 116 de Santa Maria a fim de proporcionar ao educando uma formação cidadã, com capacidade e potencialidade globais.

Assim, a escola tem como finalidade o desenvolvimento dos processos educacionais que favoreçam o crescimento pessoal, social e cultural do aluno. É uma instituição de ensino voltada para a oferta de bons serviços essenciais à comunidade, visando o desenvolvimento de atividades permeadas por metodologias progressistas da Pedagogia Crítico-social, com imersão na Pedagogia Pós Crítica que, apesar de interagirem com uma sociedade neoliberal, busca romper com os processos de exclusão socioeconômicos às quais a comunidade está submetida.

Os principais desafios a serem vencidos na escola são: alfabetização de todas as crianças até 8 anos de idade, alfabetização matemática para todos os anos, resolução de problemas disciplinares e comportamentais (acentuados após o período de ensino remoto), auxiliar alunos que se encontram em situação de risco e que apresentam prejuízos no desempenho pedagógico, excesso de faltas que provocam repetências e evasão escolar, participação ativa da comunidade escolar, entre outros.

7. OBJETIVOS

A EC 116 de Santa Maria prioriza em suas ações pedagógicas os seguintes objetivos e foco de atuação, conforme cada aspecto observado.

7.1 Aprendizagem:

- Proporcionar ao aluno uma Base Comum em nível nacional, de conhecimentos que lhe propiciem o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando interagir com o meio social no qual está inserido para que possa prosseguir seus estudos;



- Fazer as intervenções necessárias ao educando, proporcionando avanços em sua aprendizagem;
- Desenvolver o processo educativo, com a participação da família e da comunidade, objetivando formar o educando consciente de seus deveres e direitos inerentes à cidadania, bem como, cidadão ativo na (auto) transformação do meio em que vive;
- Promover o desenvolvimento do aluno nos aspectos éticos, estéticos, afetivos, políticos e sociais, com vistas ao aprimoramento de sua capacidade para a vida cidadã articulada com o meio em que vive.
- Diminuir o índice de incompatibilidade idade/ano, permitindo aos estudantes sua aprendizagem no tempo e idade adequada;
- Proporcionar aos educandos e educadores meios e ações efetivas para garantir a alfabetização na idade certa;
- Criar mecanismos que possibilitem o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático para todos os estudantes, através da utilização de vivências e materiais concretos;
- Organizar eventos que promovam a interação e desenvolvimento pedagógico nas mais variadas áreas, como: Circuito de Ciências, Circuito da Matemática, Soletrando, Mostra da Cultura Afro-brasileira, etc.
- Desenvolver projetos que envolvam os estudantes em situação de risco e/ou com problemas comportamentais, a fim de garantir sua aprendizagem.

7.2 Formação de professores:

- Construir junto ao corpo docente condições para um ensino de reconhecida qualidade;
- Mediar formas de atualização, enriquecimento e aprimoramento profissional aos professores e demais funcionários, principalmente, nas reuniões coletivas;
- Fomentar meios de interação sociocultural com a comunidade escolar;
- Realizar fóruns de avaliação e planejamento visando a formação de educadores reflexivos.



- Proporcionar grupos de vivência envolvendo todos os serviços especializados da escola;
- Promover coordenações temáticas, conforme a necessidade do grupo de professores priorizando temas referentes à Leitura, Meio Ambiente, Atitudes Sociais, Cultura da Paz, Vivenciando Diferenças, Consciência Cidadã, o Saber Matemático e Educação para a vida.

7.3 Ensino Especial

- Atender às diferenças individuais do aluno através da adaptação de técnicas às diversas fases do seu desenvolvimento;
- Propiciar situações de vivências, análise e reflexão que possibilitem o desenvolvimento do respeito com relação aos estudantes ANEE's;
- Sensibilizar sobre a necessidade de vivenciar o respeito às diferenças, garantindo que todos os estudantes possam ser diferentes sem serem discriminados ou diminuídos;
- Trabalhar a questão dos valores, proporcionando à comunidade escolar refletir sobre o respeito a si mesmo e ao próximo;
- Permitir aos estudantes sentir-se parte integrante de um grupo.

7.4 Educação Integral:

- Promover educação integral que compreenda ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educacionais por meio da realização do trabalho pedagógico que favoreça as aprendizagens, com vistas à formação integral do educando.
- Promover a melhoria da qualidade do ensino com vista à educação integral do estudante, seu pleno desenvolvimento como pessoa.
- Resgatar a autoestima dos estudantes para que se tornem autônomos e emancipados.
- Proporcionar acesso ao lazer, cultura, esporte, arte, etc.



- Incluir a participação das famílias aos eventos organizados na Educação Integral.

8. FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A EC 116 de Santa Maria se fundamenta em fins e princípios consoantes com a democratização do saber, fraternidade humana, solidariedade nacional, consciência ética, nos quais o educando se desenvolve com dignidade para o exercício da cidadania, no intuito de contribuir com o processo de formação de pessoas críticas, participativas, criativas, que sejam capazes de, a partir da fraternidade e da justiça, contestar questões da vida, e que possam conceber uma educação comprometida com a realidade de um povo de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação.

Em sua proposta de teoria educativa Freire (1996) defende que “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 61). Dessa forma, entendemos o papel primordial da escola, como espaço formal onde a educação se desenrola e, por isso, é essencial sua postura em ofertar uma educação qualitativa que atenda aos anseios da comunidade escolar.

A educação oferecida fundamenta-se nos princípios:

- Da compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais;
- Da garantia dos direitos de aprendizagem conforme estabelecido no Currículo em Movimento da SEEDF;
- Da democratização do saber, pelo qual é possibilitado ao aluno a apropriação e a transformação dos conhecimentos historicamente acumulados, como condição necessária à construção de uma escola sintonizada com o seu tempo e comprometida com uma sociedade em mudança;
- Do respeito à diversidade humana nos seus mais variados aspectos: cultural, sexual, religioso, entre outros;



- Da educação inclusiva como forma de nortear o trabalho docente e possibilitar aos educandos o respeito às suas especificidades e a convivência harmoniosa entre os pares;
- Da compreensão acerca do meio ambiente, sua conservação e preservação, bem como as relações de sustentabilidade;
- Do respeito à pessoa do educando, que é o centro de toda ação educativa, como ser ativo e participante, construtor do seu presente e futuro, na perspectiva do desenvolvimento máximo de sua potencialidade;
- De colaboração no desenvolvimento de uma consciência ecológica de proteção ambiental e integração ativa do homem com o meio ambiente.

As concepções teóricas que embasam a prática pedagógica desta U.E. estão em consonância com o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do DF que preconiza a Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-cultural.

A Pedagogia Histórico-Crítica defendida por Saviani (1985) propõe a perspectiva do educando como centro do processo educativo, devido a importância que se atribui aos sujeitos na construção da história.

Assim, tomando como base os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), temos que:

na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o estudo dos conteúdos curriculares tomará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais. (SEDF, 2014, p. 32)

A Prática social é compreendida como o conjunto de saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica e que é transposto para o estudo dos conhecimentos científicos. Considerar a prática social como ponto de partida para a construção do conhecimento significa trabalhar os conhecimentos acadêmicos a partir da articulação dialética de saberes do senso comum, escolar, cultural e científico.

O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo



educativo, a mediação entre a escola e seus diversos sujeitos fortalece o sentido da aprendizagem construída e sustentada na participação e na colaboração dos atores. É função primeira da escola garantir a aprendizagem de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento de processos educativos de qualidade. Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública do ensino do Distrito Federal são condições fundamentais.

É importante reconhecer que todos os agentes envolvidos com a escola participam e formam-se no cotidiano da escola. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural destaca o desenvolvimento do psiquismo e das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreendendo a educação como fenômeno de experiências significativas, organizadas didaticamente pela escola.

A aprendizagem não ocorre solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo a crianças, jovens e adultos a interação e a resolução de problemas, questões e situações na “zona mais próxima do nível de seu desenvolvimento”. A possibilidade de o estudante aprender em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329). Assim, a aprendizagem deixa de ser vista como uma atividade isolada e inata, passando a ser compreendida como processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização.

A escola utiliza o teste da Psicogênese estruturado por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), onde ambas defendem que:

não podemos esquecer, porém, que a alfabetização tem duas faces: uma, relativa aos adultos, e a outra, relativa às crianças. Se em relação aos adultos trata-se de sanar uma carência, no caso das crianças trata-se de prevenir, de realizar o necessário para que essas crianças não se convertam em futuros analfabetos (FERREIRO, TEBEROSKY, 1999, p. 19)

Portanto, é imprescindível adotar um instrumento que permita aos docentes uma avaliação de sua prática pedagógica, bem como, dos resultados de suas ações junto à alfabetização dos educandos.



Assim, a educação da EC 116 de Santa Maria do Distrito Federal, adequada à LDB, às Diretrizes Curriculares Nacionais, às Diretrizes Pedagógicas da SEEDF, aos PCN's e ao Currículo em Movimento da Educação Básica do DF dispõe de instrumento norteador, que, juntamente com as avaliações contínuas, auxilia os professores no planejamento e reorganização das atividades conforme as necessidades dos alunos.

Ressalta-se que as atividades desenvolvidas na escola prezam pela contextualização e interdisciplinaridade, unindo teoria e prática contextualizadas a realidade dos estudantes.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

A organização curricular do Ensino Fundamental tem como fundamento da prática pedagógica os princípios e valores emanados da Constituição Federativa do Brasil – CF/1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, dos PCN's, do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), da Base Nacional Curricular Comum (2018), e em consonância com o Relatório da UNESCO sobre a Educação para o Século XXI (1998), no que tange aos quatro pilares para a aprendizagem: aprender a Conhecer, aprender a Fazer, aprender a Ser e aprender a Viver juntos, proporcionando aos educandos os elementos necessários para exercer plenamente a cidadania, contribuindo para uma cultura de paz e a transformação qualitativa da sociedade.

O Currículo em Movimento da Educação Básica da Rede Pública de Ensino a partir do ano de 2014 propõe flexibilidade e descentralização, reforçando a necessidade de construção de uma identidade coletiva em que as decisões e responsabilidades sejam compartilhadas em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo como base o respeito aos direitos e deveres de alunos, bem como aos professores e comunidade escolar.

Assim, em conformidade com a legislação, o Currículo em Movimento da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal foi constituído de forma participativa e organizado de modo a permitir o desenvolvimento de competências e



habilidades dos alunos. Dentre outros aspectos, o currículo visa possibilitar ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de compreender o mundo, alargar as suas fronteiras de conhecimento, aprender a ser e a conviver, tornando-se um cidadão por excelência.

No ano letivo de 2023, os desafios educacionais precisarão ser superados de acordo com as necessidades dos estudantes que ainda se encontram no processo de recomposição das aprendizagens, dos que iniciaram os estudos em 2022 e daqueles que iniciarão a fase escolar em 2023. Assim, a SEDF apresentou o documento Organização Curricular do Ensino Fundamental dos 2º e 3º Ciclos para o ano letivo de 2023. O documento tem como propósito nortear o planejamento e a organização do trabalho pedagógico, tanto pela equipe gestora e coordenação pedagógica da unidade escolar por meio da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico, quanto pelo professor com os seus estudantes em sala de aula.

Ao propor a reorganização curricular pretende-se fortalecer a prática dos professores da Rede quanto às adaptações necessárias nas Propostas Pedagógicas e no planejamento de ensino com vistas a minimizar os impactos da pandemia durante o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, assim como favorecer o pleno desenvolvimento do educando em seus aspectos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

9.1 Ensino Fundamental

O planejamento curricular constitui instrumento importante e necessário, como referencial para nortear a atividade docente. Há de ser, todavia, um planejamento aberto e flexível, garantindo a base comum de forma a incorporar o que é peculiar à escola e à localidade, assim como situações imprevistas ou manifestações que fizerem sentido no cotidiano da prática escolar.

Ao se planejar o currículo é preciso levar em conta as crenças e valores implícitos nas relações sociais e nas rotinas da escola, no sentido de verificar se tais normas e procedimentos estão de acordo com o previsto na programação curricular.



O ensino fundamental destina-se à formação da criança e do adolescente, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização e exercício consciente da cidadania plena. Obrigatório a todos, a segunda etapa da Educação Básica supõe o exposto no art. 3º da LDB 9394/96, no qual estão garantidos os princípios de igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da valorização de professores e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade. A integração da PP com os projetos institucionais é possível através da conscientização da comunidade sobre a importância de participar desses programas com o objetivo de estimular e desenvolver a aprendizagem dos estudantes, portanto, cabe à escola fazer o diagnóstico e os encaminhamentos necessários em parceria com os órgãos responsáveis.

A Escola Classe 116 de Santa Maria é vista como um espaço onde juntos podemos compartilhar e construir conhecimentos, tendo como base a solidariedade, a justiça e todos os valores éticos que possibilitarão a formação de sujeitos participantes e críticos do processo de transformação da sociedade. Assim, semanalmente são realizadas Coordenações Pedagógicas Coletivas, para avaliação e delineamento de linhas de ação para aprofundamento do processo alfabetizador.

No final do ano letivo, durante o Conselho de Classe do 4º bimestre de cada ano/série, os professores junto com a equipe gestora e coordenação, agrupam os alunos por núcleo comum. Onde é analisado o teste da psicogênese e as demais especificidades de cada estudante, para no ano seguinte, facilitar o acompanhamento de suas aprendizagens.

O currículo escolar tem como objetivo desenvolver a criança em seus aspectos físicos, psicológico, afetivo, intelectual e social, representando um cruzamento de diversidades culturais, articulando-a com os conhecimentos e experiências concretas dos alunos em seu meio social, com a cultura dos meios de comunicação, da cidade e de suas práticas sociais. Significa proporcionar aos estudantes conhecimentos e experiências diversificados em todos os âmbitos educacionais.

O currículo da escola é organizado para direcionar o trabalho pedagógico, orientar e respaldar as ações a serem desenvolvidas a fim de atender às diversas



necessidades de aprendizagem, abrangendo as diversidades culturais. Outro aspecto é a questão da avaliação do processo pedagógico que tem o objetivo de planejar novas estratégias para sanar os desafios que surgirem no percurso. Essa organização contribui para atender a diversidade apresentada no contexto escolar, bem como redirecionar as práticas pedagógicas no sentido de alcançar as metas e o desenvolvimento pleno dos educandos.

Os eixos integradores do currículo serão considerados a partir dos três pilares essenciais da educação: saber ser, saber fazer e saber conhecer. Os eixos transversais serão contemplados através de projetos e ações de conscientização, momentos de sensibilização, apresentações teatrais, semana de educação para a vida, semana da pessoa com deficiência, projeto reciclagem, feira de ciências, entre outros. Inclui também práticas pedagógicas que englobam temáticas como: meio ambiente, sustentabilidade, sexualidade, direitos humanos, saúde, pluralidade cultural e religiosa, entre outros. Sendo assim, os conhecimentos do currículo se integram aos projetos através dos planejamentos em grupo, individuais e ações planejadas e definidas para alcançar os objetivos traçados.

Por se tratar de uma escola inclusiva, preconiza o trabalho com a diversidade, objetivando conscientizar sobre o respeito às diferenças. A adequação curricular para os estudantes ANEE é elaborada a partir do diagnóstico clínico, após avaliação pedagógica em conjunto com as equipes, coordenação e professor, baseada nas orientações do currículo e de acordo com as especificidades de cada estudante.

A oferta de um ensino de qualidade constitui, assim, um processo permanente de orientação de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico e com a prática pedagógica consciente e responsável.

9.2 Bloco Inicial de Alfabetização

O Bloco Inicial de Alfabetização – BIA (ou 1º Bloco) tem com eixo integrador a Alfabetização, os Letramentos e a Ludicidade, com o intuito de facilitar o desenvolvimento das estruturas cognitivas e as dimensões afetiva, social e motora da criança.



Segundo o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC, 2012) a inserção no mundo da escrita se dá por meio de processos interdependentes e simultâneos: a aprendizagem do sistema de escrita (alfabético e ortográfico) – o que se poderia denominar, em sentido restrito, de alfabetização – e o desenvolvimento de capacidades (habilidades, conhecimentos e atitudes) de uso efetivo desse sistema em práticas sociais que envolvem a língua escrita – letramentos.

O Bloco BIA tem como eixo norteador o processo de aprendizagem do aluno e não a lógica dos conteúdos a ensinar. A ação pedagógica do BIA deve contemplar, simultaneamente, a alfabetização, o letramento e a lúdico assegurando ao aluno a apropriação do sistema alfabético-ortográfico à medida que o aluno se apropria do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita e também por intermédio de brincadeiras.

9.3 Educação Especial

No decorrer do tempo, a Educação Especial, no enfoque exclusivista, vai sendo vista como um sistema paralelo à Educação regular/normal, caracterizada por uma forte intervenção de natureza pública.

Diante disso, a Educação Especial tem sido atualmente definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo sua marca nos últimos tempos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9394/96 trata especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais.

Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos oferecendo diferentes alternativas de atendimento, voltadas para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania.



A política da integração do ANEE (Aluno com Necessidades Educacionais Especiais) nas escolas regulares tem como prioridade a normalização do indivíduo à sociedade com as mesmas oportunidades dos demais cidadãos.

A chamada educação inclusiva, entendida por um processo de inclusão dos ANEE's ou de distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino em todos os seus graus, é a busca de uma escola de qualidade para todos, no sentido de resgatar a autoestima dos inclusos e fazer com que se sintam aceitos.

Os ANEE's são assim chamados por possuírem necessidades especiais no processo educacional, ou seja, precisam, por vezes, de adaptações em relação ao conteúdo para seu ano/série, ou do uso de recursos diversos que lhes possibilitem uma aprendizagem mais efetiva, onde os conceitos sejam apropriados às peculiaridades dos ANEE's.

Assim, para superar ou minimizar tais dificuldades, esse aluno necessita de adaptações de infraestrutura física e/ou curricular o que vai exigir uma atenção específica e maiores recursos educativos do que os normalmente utilizados com os companheiros da mesma idade. Isso sem negar que os alunos possam ter perturbações específicas vinculadas a seu desenvolvimento.

A Proposta Pedagógica da escola visa orientar a operacionalização do Currículo como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Pressupondo-se que a realização de adaptações, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliações, a fim de que atenda realmente a todos os educandos.

Quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adaptações e, quando necessário, realizar estudos de caso com a família e a escola a fim de analisar a promoção ou retenção do estudante.

Alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção de aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

➤ A possibilidade de o estudante ter acesso às situações escolares e com menor necessidade de apoio especial;



- A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação autonomia e aprendizagem;
- A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado;
- O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família.

9.4 Ensino Remoto

Dada tais assertivas supracitadas sobre a concepção que a EC 116 adota sobre currículo, e levando em consideração o contexto do ensino remoto, tivemos no ano de 2020 uma adaptação nas ações, a nível curricular, para alcançar os objetivos de ensino-aprendizagem, tomando como base as implicações desse modelo de ensino mediado pelas tecnologias.

No ano de 2022 uma importante ação se deu em nível de SEDF onde realizamos o replanejamento pedagógico do currículo com foco nas principais defasagens observadas na escola oriundas do processo remoto de ensino. Nesse aspecto, levou-se em consideração as metas e estratégias para cada ano, bem como um foco na revisão de conteúdos como forma de enfatizar os conteúdos defasados. Para o ano letivo de 2023 esse replanejamento iniciado no ano de 2022 terá continuidade, observando as defasagens apresentadas pelos alunos, a recomposição dessas defasagens será trabalhada com projetos específicos (Projeto Viajando na Leitura, Educação Integral, Circuito de Matemática, Soletrando e demais projetos executados pela unidade escolar), bem como com atividades de reagrupamento intraclasse.

Cabe ressaltar, que apesar do retorno as aulas totalmente presenciais, a escola ainda utiliza meios e recursos pedagógicos trabalhados no período do ensino remoto. As tecnologias são um imperativo de nossa sociedade e saber utilizá-las se tornou essencial para o mundo atual. Durante as aulas os professores utilizam televisões, vídeos, data show, internet e o Laboratório de Informática da escola para proporcionar o conhecimento aos nossos alunos.



10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Nossos estudantes vivem imersos nesta sociedade de informação e o professor atual também faz parte desse contexto. Uma escola eficaz tem um diferencial que a distingue, que pode ser a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, atendendo às novas exigências da sociedade.

Uma escola de qualidade deve ser administrada de forma compartilhada como uma organização viva e solidária em seus objetivos, voltada para o atendimento das necessidades e expectativas de seus alunos, pais, comunidade e sociedade.

Para levar a efeito as propostas idealizadas, a EC 116 de Santa Maria está alicerçada nas Diretrizes Pedagógicas da SEE/DF, e conta com um grupo de docentes capacitados, organizado de acordo com a própria formação, para atender aos alunos da Educação Especial, do Ensino Fundamental de 9 anos, Serviço de Orientação Educacional, Profissionais da Sala de Recurso e Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem sempre na busca da melhoria no processo ensino aprendizagem.

No ano de 2013, a escola aderiu à proposta dos Ciclos de Aprendizagem do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Segundo os pressupostos teóricos dos mesmos, os Ciclos para as Aprendizagens estruturam-se por meio da gestão democrática, da formação continuada dos (as) profissionais da educação, da reorganização dos espaços-tempos para o direito de todos (as) os(as) estudantes de aprender, do fortalecimento de espaços da coordenação pedagógica e do conselho de classe, da articulação entre os três níveis da avaliação: “aprendizagem (avaliação de desempenho dos (as) estudantes pelos (as) professores (as)), institucional (avaliação do trabalho pedagógico) e de larga escala (avaliação externa)” (SEDF, 2014, p. 14). Assim, esse PPP está centrado no estudante, considerando seu contexto real de vida e objetivando a melhoria de seu processo de aprendizagem a partir de um ensino de qualidade.

Esta U.E. aderiu a Educação Integral do programa Mais Educação a partir do ano de 2015, tendo como base de sustentação ampliar os tempos e espaços para as aprendizagens dentro e fora da escola. O Projeto iniciou com o semi-integral



atendendo ao todo 50 alunos, sendo 25 em cada turno. De acordo com o manual operacional o atendimento ao estudante foi estabelecido em 7 horas de permanência dentro da escola com ofertas de oficinas variadas como: dança, capoeira, horta, artes, Educação em Movimento e reforço escolar.

No ano de 2017, através do Programa Novo Mais Educação/MEC houve ampliação do tempo de atendimento aos alunos para 8 horas diárias com lanche e almoço, como também aumentou a quantidade de alunos para o projeto de 50 para 100, envolvendo-os em diversas atividades educativas, lúdicas e recreativas, porém com intencionalidade pedagógica.

Atualmente temos o Projeto Educação em Tempo Integral, com 9h, atendendo cento e vinte e cinco estudantes durante o período de três dias na semana.

As atividades a serem trabalhadas foram organizadas em oficinas de reforço, visando sanar as dificuldades dos alunos em português e matemática, dificuldades que foram ampliadas com o ensino remoto.

O programa busca fortalecer as relações da escola com a família articulando as atividades escolares ao contexto da realidade local, pois tem por objetivos gerais a educação humana e solidária, enfatizada na construção do conhecimento a partir das relações com a realidade e com o próximo, e de acordo com os parâmetros curriculares, o pleno desenvolvimento do educando nos aspectos: individual, social e seu preparo para o exercício da cidadania.

A nossa realidade requer uma escola que tenha como proposta de educação um projeto que considere o momento histórico atual, na dinâmica do real, numa perspectiva de escola de qualidade, inovadora e renovadora, priorizando o desenvolvimento integral da criança a partir de seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação da família e da comunidade, conforme apregoa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

No que se refere ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais – ANEE – a escola propõe ações que proporcionem um clima agradável e privilegiem a afetividade e a qualidade das relações que incidem diretamente nos domínios afetivos,



cognitivos e psicomotor com vistas à adaptação e integração dos estudantes, focando nas necessidades educacionais especiais.

Assim, a E.C. 116 vem adotando estratégias educativas para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes e os coloca em prática através dos seguintes projetos: Reagrupamentos, Polidocência no 5º ano, Projeto de Informática, Projeto Ler Arte (Biblioteca Escolar), Circuito de Ciências e Soletrando. Tais projetos são voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental tendo como meta principal elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, pois os resultados recentemente divulgados tanto pelas avaliações nacionais realizadas pelo MEC, quanto as internacionais realizadas pelo PISA, têm nos preocupado uma vez que apontam as dificuldades que os alunos apresentam em relação à leitura, à escrita e à interpretação de textos de diversas naturezas, bem como o uso da matemática e suas tecnologias.

Dado o contexto do retorno do ensino remoto imposto pela pandemia da Covid-19, o grupo docente constatou a necessidade de reavaliar os projetos desenvolvidos pela escola.

No ano letivo de 2021 a EC 116 aderiu ao Pacto pela Alfabetização em Santa Maria, um projeto encabeçado pela CRE de Santa Maria em conjunto com a SEDF e em parceria com o Instituto Raiar que objetiva a alfabetização das crianças de 1º e 2º ano como forma de melhorar o desempenho das crianças e contribuir para o desempenho ao longo da vida escolar dos nossos estudantes.

Por entender a importância de avaliar os resultados da Provinha Brasil junto à equipe gestora e corpo docente, como forma de nortear o trabalho pedagógico do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, registramos abaixo os índices apresentados pela escola nas últimas aferições.

2º ANOS – PROVINHA BRASIL – PORTUGUÊS

	INICIO	FINAL
2012		80,2%
2013	94,4%	91,5%
2014	93,1%	81,1%



2015	77,5%	86,9%
2016	97,5%	75,42%
2017	99,2%	92,10%

2º ANOS – PROVINHA BRASIL – MATEMÁTICA

	INICIO	FINAL
2012		67,0%
2013	99,1%	81,3%
2014	100%	97,0%
2015	96,9%	96,2%
2016	100%	80%
2017	99,2%	94,50%

A EC 116 se compromete a cumprir dentro de sua competência as metas e indicadores educacionais e de gestão, definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, observadas as especificidades da unidade de ensino, implementando todos os esforços neste sentido, em consonância com as normas internas da escola.

10.1 Atuação das Equipes Especializadas e Outros Profissionais

A Escola Classe 116 conta com a atuação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA), do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da Orientação Educacional (OE).

10.1.1 Equipe Especializada de Apoio À Aprendizagem – EEAA

As atividades da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA são regulamentadas pela Portaria 1152 de 2022, Portaria 414 de 2022 e a Estratégia de

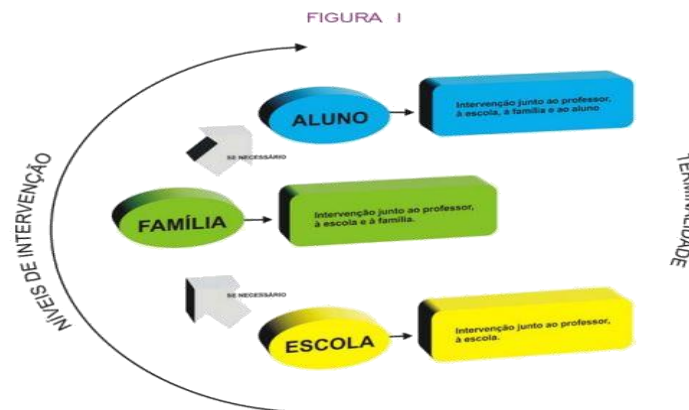


matrícula vigente para o ano letivo de 2023, que dispõem sobre as atribuições e formação necessária de cada profissional.

Segundo o parágrafo único do Art. 68 da Portaria 1152 de 2022, as atividades da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem devem ser organizadas de acordo com a Orientação Pedagógica do SEEA e o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino, visando o sucesso escolar do estudante.

Segundo a Orientação Pedagógica, a atuação da EEAA tem por objetivo tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas.

A atuação da EEAA baseia-se em três dimensões: mapeamento institucional, assessoria ao trabalho coletivo da equipe escolar e acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem, estimulando a ressignificação das práticas educacionais e as intervenções necessárias. Ao falarmos sobre intervenção, é importante lembrar que utilizamos o modelo PAIQUE (Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares):



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PAIQUE (Neves, 2009)
Nota: Neves, M. M. B. J. (2009). Procedimentos de avaliação das queixas escolares e níveis de intervenção – PAIQUE. (Trabalho não publicado). Reproduzido com a permissão direta da autora.

Segundo a Orientação Pedagógica, documento que norteia o trabalho das equipes no DF, são atribuições da EEAA:



I - Refletir e analisar o contexto de intervenção da sua prática, por meio da análise das características gerais da instituição educacional;

II - Contribuir, em parceria com os demais profissionais da instituição educacional, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a ressignificar suas atuações;

III - Favorecer o desempenho escolar dos alunos, com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar, por meio de situações didáticas de apoio à aprendizagem e de alternativas teórico-metodológicas de ensino para a construção de habilidades e competências dos alunos;

IV - Atuar junto à família e à comunidade escolar de forma preventiva e interventiva, tornando-as co-responsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

Na EC 116 esta equipe é formada por uma pedagoga que atua 20 horas no matutino e 20 horas no vespertino.

Os alunos com algum transtorno funcional são acompanhados pela EEAA e quando necessário são atendidos no pólo da SAA (CEF Santos Dumont).

O assessoramento das atividades pedagógicas e o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem com intervenções preventivas e/ou imediatas são realizados por meio de escuta ativa, formação continuada nas reuniões pedagógicas semanais ou intervenção direta com professor e em última instância com o aluno diretamente.

Para o atendimento do aluno, é solicitado o preenchimento da ficha de encaminhamento da queixa do professor. Os profissionais da SEAA farão sugestões de intervenções possíveis, escuta da família, observação do comportamento do aluno no ambiente escolar.

Após a execução das sugestões dadas ao professor regente e permanecendo a queixa inicial, será feita uma intervenção direta com o aluno.

Nesse processo avaliativo, a EEAA fará um relatório de Avaliação e Intervenção Educacional, que identificará as possibilidades de aprendizagem do aluno e auxiliará o trabalho do professor.



10.1.2 Atendimento Educacional Especializado – AEE e Sala De Recursos

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que tem como objetivo: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno com visão a autonomia e independência na escola e fora dela. Alunos com deficiência física, mental, sensorial, visual, com surdez parcial ou total, alunos com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades são o público-alvo da Educação Especial e necessitam ser atendidos nas suas especificidades para que possam participar ativamente do ensino comum.

De acordo com as orientações pedagógicas da SEDF o Atendimento Educacional Especializado é realizado no período inverso ao da classe comum frequentada pelo aluno e, preferencialmente, na própria escola, na Sala de Recursos. Esta equipe tem como principais atribuições:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidades e estratégias considerados as necessidades especiais dos alunos públicos-alvo da educação especial;
- Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimento aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;



- Ensinar e usar Tecnologia Assistida de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos promovendo autonomia, atividade e participação. Dentre eles, podemos citar: tecnologias de informação, comunicação alternativa, informática acessível, soroban, recursos ópticos e não ópticos, softwares específicos, códigos e linguagens, atividades de orientação e mobilidade, entre outros;
- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares;
- Orientar professores e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno.

Na Sala de Recursos da Escola Classe 116 a professora especialista atua atendendo os estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados de acordo com a estratégia de matrícula que, na sua singularidade, apresentam diagnósticos diversos, como: Deficiência Intelectual, Deficiência Física e Transtorno do Espectro Autista. Hoje a escola consta com 35 estudantes do 1º ao 5º ano atendidos por esse serviço.

Os estudantes com Deficiência Auditiva têm como escola polo a EC 206, e os estudantes com Deficiência Visual o CEF 308, ambas em Santa Maria. Os alunos com Altas Habilidades/Superdotação são acompanhados no polo do CAIC Santa Maria.

O Atendimento Educacional Especializado é voltado para ações que contemplam não só as atribuições da Sala de Recursos, mas também os objetivos do próprio Atendimento Educacional Especializado, sendo que alguns alunos, como os DV's e os alunos atendidos nas Classes Especiais são acompanhados indiretamente no intuito de auxiliar estudantes e professores no sentido de viabilizar a inclusão.

As ações são planejadas ao iniciar o ano letivo, porém elas poderão sofrer algumas alterações ou o acréscimo de outras mediante a realidade do cotidiano escolar encontrado. Ações que tem como intenção apontar intervenções, caminhos, práticas para que todos os coparticipantes deste processo reflitam sobre a importância



da construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Pensar e agir para que o ambiente educativo tenha qualidade na aprendizagem, com práticas bem articuladas, debates entre pais e professores, formação continuada dos profissionais envolvidos, enfim, possibilidades e oportunidades para que todos possam conviver com as diferenças com respeito para obter como resultado o sucesso neste processo de inclusão favorecendo a aprendizagem e a socialização desses estudantes.

10.1.3 Serviço de Orientação Educacional - SOE

A orientação educacional integra-se ao trabalho pedagógico da escola e da comunidade escolar na identificação, prevenção e superação dos conflitos, isto é, trabalho exercido nas atividades cotidianas defendendo o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como um ser integral, com ações que apoiam a formação do cidadão competente, crítico, reflexivo e criativo.

Na Escola Classe 116 a orientação educacional é oferecida nos dois turnos matutino e vespertino, com a função de contribuir e auxiliar os estudantes no desenvolvimento acadêmico, emocional e social, contribuindo assim para minimizar as dificuldades encontradas no percurso de seu desenvolvimento integral.

Diante da necessidade e visando promover o sucesso e bem estar educacional dos estudantes elencamos alguns objetivos da orientação educacional na EC 116:

Orientação acadêmica: Auxiliar os alunos a identificar suas habilidades, interesses e aptidões acadêmicas, fornecendo orientações quanto aos estudos e tomada de decisões sobre seus caminhos acadêmicos.

Apoio emocional e social: Oferecer suporte emocional e social aos alunos, ajudando-os a lidar com desafios pessoais, questões de relacionamento, conflitos e pressões emocionais. Os orientadores educacionais podem fornecer acolhimento individual ou em grupo, promover ações de prevenção e combate ao bullying no ambiente escolar.

Desenvolvimento de habilidades socioemocionais: Auxiliar os alunos no desenvolvimento de habilidades socioemocionais que promovam o desenvolvimento



das relações interpessoais.

Apoio à transição: Mediação no Projeto de Transição dos alunos de 1º e 5º Ano. (Diminuir o impacto emocional na transição das etapas do 1º ano do Ensino Fundamental e anos finais do Ensino Fundamental).

Em resumo, a orientação educacional precisa articular-se aos demais segmentos da escola, como Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem, Sala de Recursos, Supervisão escolar, Coordenação Escolar, Professores e Equipe gestora.

Após essa breve explanação dos objetivos da orientação educacional segue abaixo algumas ações do Orientador na EC 116:

- Mapeamento da comunidade escolar;
- Participar dos Projetos da escola: festa junina, semana da inclusão, festa dos pais, dia das mães, dentre outros;
- Participação efetiva da integração família-escola;
- Participação nos conselhos de classe e estudos de caso;
- Participação nas reuniões pedagógicas coletivas, reuniões de pais e mestres, dentre outras;
- Atendimentos pontuais a professores, alunos e famílias, individuais e ou em grupos;
- Acompanhamento da frequência escolar dos alunos;
- Encaminhamento de Estudantes que necessitem de Acompanhamentos (ANEE) para o Conselho Tutelar, UBS e outros locais de atendimento gratuitos e ou de baixo custo.

A categorização das temáticas desenvolvidas pela Orientação Educacional consta no Plano de Ação Anual (especificado mais a frente).

10.2 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A coordenação pedagógica, prevista na legislação distrital, que acontece nas escolas públicas do Distrito Federal, é fruto de lutas da categoria docente ao longo de muitos anos e seu objetivo é a busca pela melhoria da qualidade na Educação pública. O plano de Carreira do Magistério Público do DF em seu capítulo 2, artigo 2º, inciso



IX, define a coordenação pedagógica como “O conjunto de atividades destinadas à qualificação, à formação continuada e ao planejamento pedagógico que, desenvolvidas pelo docente, dão suporte à atividade de regência de classe”.

O Distrito Federal é mencionado como a primeira Unidade da Federação a conquistar a garantia desse espaço-tempo. A coordenação pedagógica ressignificou seu formato ao longo do tempo, valorizando o trabalho coletivo, a troca de experiências e a construção de uma prática pedagógica efetiva. A concepção de coordenação pedagógica vislumbra um vir-a-ser, no sentido de construir ações pedagógicas que surjam da reflexão das práticas docentes em um processo permanente de transformação.

Nessa perspectiva o coordenador pedagógico é uma figura primordial e de liderança na escola, ele possui um papel de destaque na organização escolar. Cabe ao coordenador estabelecer vínculos e relações interpessoais na escola para desenvolver as múltiplas atividades que caracterizam a sua função. É necessário que a ação educativa seja planejada, articulada com os sujeitos escolares e o coordenador pedagógico figure como mediador de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, reflexões e ações.

No ano de 2023 a EC 116 conta com seis coordenadoras (4 eleitas conforme Portaria nº 1153 de 06/12/2022 e duas servidoras readaptadas) distribuídas da seguinte maneira: uma coordenadora para cada ano e uma coordenadora para a Educação Integral.

11. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ESCOLAR

Regimento Interno Escolar

As diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da EC 116 levam em consideração o documento relativo ao Regimento Interno Escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal.



I) Horários, entrada e saída:

1. Tanto os alunos como a família devem estar atentos ao cumprimento dos horários de entrada e saída:

	ENTRADA	SAÍDA
MATUTINO	7h30min	12h30min

	ENTRADA	SAÍDA
VESPERTINO	13h	18h

1.1 Os portões da escola serão abertos 15 minutos antes de cada horário de entrada e saída.

2. Os alunos que chegarem atrasados, após a tolerância de 15 minutos, deverão se dirigir à coordenação/disciplinar para apresentar uma justificativa plausível e, caso não a apresente, serão tomadas as seguintes providências: três advertências escritas e posterior encaminhamento às instâncias superiores (Conselho Tutelar).

3. Para os alunos que ficarem na escola após o horário de tolerância (12h45min e 18h15min), serão tomadas as providências citadas no item 1.1, caso o estudante não apresente uma justificativa que possibilite compreender a necessidade de permanecer na escola um pouco mais, após o horário de término das aulas.

II) Identificação:

4. O uso do uniforme é indispensável no ambiente escolar (tênis, camiseta, bermuda, short-saia, calça azulada ou preta, preferencialmente). O uniforme é de uso obrigatório, bem como a roupa adequada para a prática nas aulas de Educação com Movimento.

5. É proibido o uso de roupas decotadas, transparentes e/ou curtas tais como: minissaias, micro shorts, tops ou qualquer outra peça que exponha o corpo do aluno, pais e/ou responsáveis.



6. Não é permitido o uso de boné, touca, gorro, boina (para ambos os sexos), exceto com autorização expressa do professor.

III) **Material escolar e livro didático:**

7. O aluno deverá cumprir suas atividades de estudante, portar e cuidar de seu material escolar, repondo conforme a necessidade.

8. O estudante deverá portar, zelar e conservar os livros didáticos e literários disponibilizados pela escola e utilizados durante o ano letivo, cabendo ao responsável repor em caso de extravio ou danos.

IV) **Aparelhos eletrônicos:**

9. Levando em consideração os diversos meios de aprendizado, o uso de aparelho celular será permitido pelo professor em situações e momentos específicos, nos quais poderão ser utilizados como ferramentas pedagógicas facilitadoras do aprendizado, em especial nas aprendizagens das ferramentas tecnológicas utilizadas no século XXI. Entretanto, caso haja extravio desses objetos a escola não se responsabilizará.

9.1 Em caso de desrespeito ao item anterior, o aparelho será recolhido e entregue à família, sendo o aluno advertido pela Direção/Coordenação.

V) **Porte de armas e drogas e atividade ilícitas:**

10. Visando a segurança, a saúde e a integridade física da comunidade escolar, não é permitido o porte de armas ou qualquer outro objeto que represente perigo para a saúde e segurança do aluno (a) e servidores, tais como: estiletes, canivetes, tesouras com ponta fina, bebidas alcoólicas, etc.

10.1 Em caso de apropriação indébita, além das medidas legais cabíveis, o aluno sofrerá as sanções previstas no regimento.



VI) Lanche:

11. É direito do estudante receber lanche de qualidade na escola e ter conhecimento do cardápio semanal de merenda.

11.1 O estudante não poderá mascar chicletes, comer doces, pirulitos e sanduíches, beber refrigerantes ou sucos fora dos horários estabelecidos para o lanche.

11.2 É expressamente proibido brincadeiras, desperdício e descaso com a merenda escolar e utensílios.

VI) Uso do patrimônio, depredação, limpeza e conservação:

12. O aluno não deve praticar ou induzir a prática de atos de pichação ou depredação do patrimônio público, estando a família incumbida de ressarcir os danos ou até mesmo responder, judicialmente, visto ser um crime já previsto em Lei (Art. 163, Código Penal e Art. 116, ECA).

13. Conforme exposto na Lei, o aluno que pichar o prédio ou a mobília terá seus responsáveis convocados a reparar o dano causado, recaindo sobre estes a obrigação de arcar com o ônus financeiro. Ressalta-se, entretanto, a preferência por medidas pedagógicas direcionadas à conscientização do educando acerca das obrigações para com o patrimônio escolar. Medidas essas que, respeitando os direitos específicos da criança, serão tomadas em concordância com os Responsáveis, visando antes de tudo, o desenvolvimento da criança e/ou adolescente como cidadão pleno. O não cumprimento desse item acarretará no encaminhamento à justiça comum, que qualifica esta situação como ato infracional.

VII) Relações interpessoais e conduta nas atividades escolares:

14. É direito do estudante ser respeitado em sua dignidade humana e valorizado em sua individualidade por todos os membros da comunidade escolar.



15. É dever do aluno tratar com respeito e cordialidade todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos e servidores.

15.1 Em caso de desrespeito ao servidor público, se aplicará as penas previstas na Lei (Art. 331, Código Penal).

16. Não é permitido o aluno mascar chiclete em sala de aula e durante a hora cívica.

17. É direito do estudante participar das atividades pedagógicas e coletivas oferecidas no ambiente escolar. Bem como, é dever do professor garantir que este direito seja respeitado.

18. É dever do aluno participar com respeito do momento cívico, da entrada e demais momentos pedagógicos. Bem como, é dever do professor garantir que este dever seja respeitado.

19. É proibida a prática de bullying, cyberbullying, racismo, homofobia e quaisquer discriminações por parte de toda a comunidade escolar. A ocorrência de tais atos deverão ser comunicada à Direção, que tomará as providências cabíveis.

VIII) Assiduidade:

20. Será considerada, para fins de promoção do aluno, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecido para o ano ou semestre letivo, sendo computados também os exercícios domiciliares amparados por Lei.

21. O aluno que, por motivo justo, faltar a qualquer atividade pedagógica, deverá apresentar à Direção da escola a justificativa em até 5 dias letivos após o ocorrido.

X) Atendimento extraclasse e das Equipes Especializadas:

22. O aluno quando convocado para atividades de reagrupamento extraclasse, atendimento especializado e/ou outra atividade escolar fora de seu horário de aula é



obrigado a comparecer nos dias e horários estipulados. Nesse caso, o aluno deverá estar devidamente uniformizado.

22.1 Caso o estudante seja convocado às atividades em turno contrário, a família deverá se responsabilizar pela assiduidade e pontualidade do mesmo.

23. Cabe ao responsável providenciar a documentação solicitada pelas equipes especializadas.

XI) Sanções:

24. Ao estudante, cujo comportamento não for condizente com o regimento, serão aplicadas as seguintes medidas: A) Advertência oral; B) Advertência escrita; C) Suspensão com tarefas escolares de até 03 dias letivos e/ou atividades alternativas na escola.

25. Ao aluno, será assegurado amplo direito à defesa com a presença dos pais e/ou responsáveis.

XII) Gerais:

26. Os pais e/ou responsáveis deverão procurar os professores de seus filhos no turno contrário, para resolver assuntos pendentes, pois no horário da aula a atenção dos profissionais deverá ser totalmente dispensada aos alunos. Dessa forma, os responsáveis deverão se informar qual o melhor horário para receber atendimento.

27. A escola, bem como seus servidores, não se responsabiliza por bicicletas deixadas na portaria.

28. A mudança de turno só poderá ser realizada mediante apresentação de documento comprobatório da necessidade e com a presença do responsável, estando sujeito à confirmação dos dados pela Direção da escola.

29. A mudança de turma só poderá ser realizada mediante solicitação da Direção ou do Conselho de Classe desta Unidade Pública de Ensino.



12. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

No Distrito Federal já se delinea na Secretaria de Educação uma abordagem de Avaliação Formativa, pautada no Currículo em Movimento da Educação Básica (SEDF, 2014), que pressupõe respeitar o desenvolvimento contínuo do aluno, considerando o seu crescimento individual, suas necessidades e potencialidades.

Na avaliação formativa os alunos exercem papel central, devendo atuar ativamente em sua própria aprendizagem. Todas as informações disponíveis sobre a aprendizagem dos alunos devem ser observadas pelo professor que deve estar atento para identificá-las, registrá-las e analisá-las. Não se descarta a utilização da prova, que pode ser útil quando seus resultados são associados aos demais procedimentos avaliativos.

Dessa forma, o sentido definitivo da avaliação formativa se dá na observância de quatro dimensões: diagnóstica (levantamento de informações), participativa (relação de reciprocidade professor/aluno- intercomunicação), processual e contínua (intervenções) e cumulativa (dimensões cognitiva, afetiva e psicossocial).

A avaliação formativa, que é a abordagem proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, apresenta as seguintes características: é mediada pelo professor; destina-se a promover a aprendizagem; leva em conta diferentes linguagens e estilos de aprendizagem; prima pelo tratamento didático aos “erros”, considerando-os como informações diagnósticas; e abrange todas as atividades realizadas.

Dessa forma, a avaliação formativa objetiva identificar e conhecer o que o aluno já aprendeu e o que ele ainda não aprendeu, a fim, de que se providenciem os meios necessários à continuidade dos seus estudos.

A EC 116 também prioriza as práticas educativas voltadas para a avaliação em grande escala, como: SAEB, Prova Diagnóstica, Prova Brasil e ANA. A partir do ano de 2014, a EC 116 institucionalizou a realização de projetos como o Circuito de



Ciências, Mostra literária, além de participar da Plenarinha, dos encontros de formação e articulação com a CRE, e reuniões entre coordenação, supervisão e CRE. Desta forma, procura-se avaliar e analisar o desenvolvimento pedagógico da escola, bem como, planejar novas estratégias a fim de vencer as metas traçadas.

Na Avaliação Institucional, a escola segue os parâmetros da Secretaria de Estado de Educação do DF, avaliando cada segmento em conjunto com a Comunidade Escolar, visando diagnosticar e melhorar as ações desenvolvidas no âmbito educacional, administrativo, pedagógico e humano.

12.1 Procedimentos Avaliativos

A escola crítica e criativa enfatiza a avaliação dinâmica, num processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação da cidadania consciente e participativa.

Nessa perspectiva, o ato de avaliar constitui-se no processo ação-reflexão ação em que o professor redireciona o ensino no sentido da aprendizagem. E tendo em vista o redirecionamento da ação pedagógica, a concepção da avaliação deve ser formativa, permitindo que as crianças acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas potencialidades ao longo de seu aprendizado.

A LDB 9.394/96, em seu art. 31, estabelece que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a avaliação deve basear-se na observação e no acompanhamento das atividades individuais e coletivas. Essencialmente diagnóstica e contínua permite a construção dos avanços obtidos pelo aluno e o (re) planejamento docente considerando as dificuldades enfrentadas no processo e a busca de soluções.

Os resultados das avaliações são registrados sob a forma de Registro Descritivo, individuais, levando-se em conta a singularidade de cada aluno refletindo assim a história da construção da aprendizagem e do seu desenvolvimento. Assim, o Registro de Avaliação – RAv, será repassado aos pais, durante a reunião de pais e mestres, ao final de cada bimestre.



Na avaliação formativa, a observação e o registro são instrumentos metodológicos fundamentais. Assim, para a realização do RAv o professor deve fazer registros diários ou com a maior frequência possível, refletindo todas as situações relevantes com relação ao desenvolvimento do aluno. Sua implementação pode contar com diversos suportes, tais como: ficha individual, portfólio ou dossiê, contendo registros sobre as produções ou observações do aluno.

A recuperação dos objetivos não alcançados, individual ou grupal, ocorre de forma paralela ao desenvolvimento curricular, por meio de atividades diversificadas, atendimento individualizado, projetos de reagrupamento, projetos interventivos e outras estratégias oportunas em cada caso, não se descartando a utilização da prova, como já fora mencionada.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais a avaliação da aprendizagem não tem caráter promocional e a retenção dar-se-á para os alunos que não obtiverem 75% de frequência no ano letivo. Fora essa especificidade, a retenção poderá ocorrer apenas no 3º e 5º ano, para os estudantes que, realizadas todas as intervenções cabíveis, não alcançarem as metas previstas.

Ao redigir o RAv dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais – ANEE, deverão ser observadas as adaptações curriculares elaboradas em conjunto com o Serviço de Apoio Especializado, assim a decisão sobre a promoção deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adaptações curriculares do aluno.

Assim, a avaliação da EC116 de Santa Maria é composta por dois pontos: Avaliação Educacional e Avaliação Institucional. O processo Ensino-Aprendizagem tem acompanhamento por meio de ações avaliativas nas dimensões diagnóstica, processual-contínua, cumulativa e participativa com foco no sucesso do aluno.

O diagnóstico realizado por meio de observações pertinentes visa orientar o trabalho futuro. A avaliação processual-contínua proporcionará as oportunidades que favoreçam o desenvolvimento integral do educado, por intermédio de participações, observações, relatórios, trabalhos, pesquisas de modo a atender as individualidades e capacidades de cada um.



A dimensão cumulativa valoriza as descobertas e tentativas para que o aluno possa compreendê-las e utilizá-las. A participação do aluno quanto ao modo e tipo de avaliação é assegurada pelo professor em sala de aula e pela escola quando ocorre o Conselho de Classe, normalmente ao final de cada bimestre e excepcionalmente quando houver necessidade.

A avaliação institucional será feita envolvendo todos os atores do processo educacional de forma ampla buscando analisar a Gestão Escolar no que tange à sua estrutura, desenvolvimento e sucesso nos aspectos: administrativos, pedagógico, financeiro e de pessoal, analisando coletivamente os resultados; tomando os padrões exitosos como parâmetros norteadores e os insucessos como instrumentos de reflexão e mudança de parâmetros e atitudes.

12.2 Conselho De Classe

A escola é um espaço social e, portanto, político, formador de opiniões, produtor e reproduzidor de comportamentos sociais, sendo assim, esta é uma instância que pode possibilitar a construção de um espaço verdadeiramente democrático-participativo que abrirá portas para novas relações sociais.

Neste caso, o Conselho de Classe surge como uma das peças-chaves para esta realização na tentativa de promover o coletivo. Possui caráter avaliativo voltado para a comunidade escolar, que por meio das reuniões avaliam os seus estudantes e a si mesmo no que diz respeito ao conteúdo, metodologia e ações pedagógicas. Portanto, este é mais do que um espaço necessário dentro da escola, é um espaço essencial no desenvolvimento da qualidade da mesma.

É uma instância democrática de avaliação, com função de diagnóstico, aconselhamento, prognóstico, levantamento de soluções alternativas, elaboração de programas de recuperação, apoio, incentivo, reformulação de objetivos e metas, envolvimento, coleta de evidências de mudanças de comportamento.

Assim, compete a todos os participantes do Conselho de Classe, analisar os aspectos que influenciam o processo de ensino e de aprendizagem, bem como confirmar a promoção ou não do aluno. No entanto, vale salientar que este não é o



objetivo final do Conselho, visto que uma série de outras possibilidades podem e devem ser buscadas com o intuito de promover a aprendizagem dos estudantes.

13. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O Plano de Ação ora delimitado foi pensado com o objetivo de colocar em prática as ações deste PPP visando a melhoria e qualidade dos serviços prestados por esta U.E. Cada tópico diz respeito a uma dimensão institucional da escola e suas particularidades serão apresentadas nos anexos do texto.

A Gestão Pedagógica abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

A Gestão de Resultados Educacionais abrange processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola – rendimento, frequência e proficiência dos estudantes.

A Gestão Participativa abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve: a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares e APM; o estabelecimento de articulações e parcerias; e a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

A Gestão de Pessoas abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas com o Projeto Político Pedagógico da escola e envolve a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

A Gestão Financeira abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais.

A Gestão Administrativa abrange os processos de gestão de materiais, da estrutura física, patrimônio, entre outros.



13.1 Dimensão: Gestão Pedagógica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
Garantir de forma eficaz o aprendizado e o crescimento de todos os estudantes; Concluir a alfabetização até a metade do bloco; Diminuir os índices de retenção desta U.E; Valorizar e visibilizar as iniciativas do corpo docente; Permitir a autonomia na elaboração e implantação de inovações; Trazer a comunidade para a escola; Garantir a participação da maioria dos estudantes no ensino remoto.	Tornar a coordenação coletiva objetiva, dinâmica, focando nas necessidades; Garantir a aplicação e execução das estratégias proposta pelo BIA e currículo; Implantar gradativamente a unificação dos anos por turno, garantindo o desenvolvimento de um trabalho pedagógico coeso; Aquisição de materiais pedagógicos necessários para o trabalho diversificado; Firmar parcerias para desenvolvimento de projetos culturais e de esportes com nossos alunos; Promover atividades convocando a participação dos pais; Divulgar o trabalho do professor nos eventos da escola; Elaboração de atividades por nível; Planejamento e execução de projetos pedagógicos diversos; Fazer acolhimento com receptividade e promover ações junto à comunidade; Promover uma busca ativa eficaz para atingir a totalidade dos estudantes.	Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Firmar parcerias com grupos que promovem cultura e esporte para adentrarem os espaços da escola. Conselho Tutelar e UNIEB nas ações de busca ativa.	Toda a comunidade escolar além de parceiros que possam colaborar nas etapas de implementação, subsídio e manutenção dos projetos.	Durante o ano letivo de 2023 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.



13.2 Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Avaliar e redirecionar as estratégias e metas de aprendizagem conforme realidade do contexto remoto.</p> <p>Melhorar o IDEB da escola;</p> <p>Alcançar a alfabetização plena até o segundo ano;</p> <p>Alcançar a totalidade de 100% dos estudantes do 2º ano nos níveis 4 ou 5 da Provinha Brasil de Leitura e Matemática;</p> <p>Aferir bons resultados do 3º ano nas avaliações de larga escala;</p> <p>Diminuir os índices de retenção e distorção idade/ano.</p> <p>Promover a participação de todos os estudantes o 1º e 2º ano no Pacto pela Alfabetização de Santa Maria.</p>	<p>Elaborar gráficos comparativos e analisá-los com os professores;</p> <p>Traçar estratégias para alcançar as metas de aprendizagem;</p> <p>Colocar em prática os projetos interventivos e reagrupamentos;</p> <p>Contemplar o currículo nos projetos desenvolvidos na escola;</p> <p>Elaborar avaliações interdisciplinares em consonância com as avaliações em larga escala;</p> <p>Promover avaliações formativas contemplando a diversidade dos estudantes.</p> <p>Promover atividades motivadoras que permitam a participação dos estudantes no contexto do ensino remoto.</p> <p>Promover formação e troca de experiências entre os grupos participantes do Pacto pela Alfabetização em Santa Maria.</p>	<p>Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral.</p> <p>Conselho Tutelar e UNIEB nas ações de resgate dos estudantes que não alcançados pelo contexto do ensino remoto.</p> <p>CRE, UNIEB e Instituto Raíar nas ações do Pacto pela Alfabetização em Santa Maria.</p>	<p>Docentes e Discentes de forma direta e comunidade escolar nas ações de avaliação.</p> <p>No contexto remoto, a parceria com a família ganha contornos mais específicos.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2023 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.</p>

13.3 Dimensão: Gestão Participativa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Envolver toda a comunidade escolar nas ações e estratégias desenvolvidas no contexto escolar e de ensino remoto.</p> <p>Promover a participação e envolvimento das famílias nas atividades desta U.E.;</p> <p>Possibilitar a articulação dos servidores e carreira assistência nas atividades e em ações que possibilitem o trabalho remoto de forma mais articulada;</p> <p>Envolver todos os professores na elaboração e execução dos projetos da escola, segundo as normas da SEEDF.</p>	<p>Sensibilizar os servidores e carreira assistência através de eventos e atividades em que os mesmos entrem em sintonia com a dinâmica pedagógica da escola, principalmente através das tecnologias par o ensino remoto;</p> <p>Promover a coletiva como um espaço democrático de debates e troca de ideias;</p> <p>Organizar nas reuniões de pais momentos de escuta e sugestões para melhorias da escola;</p> <p>Oportunizar a participação efetiva do Conselho Escolar e da APM nas decisões da escola;</p> <p>Promover formações que oportunizem aos servidores e às famílias o contato mais íntimo com as ferramentas tecnológicas do ensino remoto.</p>	<p>Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral.</p> <p>Palestrantes e docentes que possam promover o debate de temáticas atuais ou de formação, principalmente relacionadas às tecnologias.</p>	<p>Docentes, Discentes, servidores e comunidade escolar de forma geral de acordo com cada temática abordada nas ações.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2023 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.</p>



13.4 Dimensão: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Promover a integração entre todos os segmentos da escola; Possibilitar a formação continuada dos professores, servidores e carreira assistência; Promover a articulação entre professores, OE, EEAA e Sala de Recursos; Integrar os servidores, carreira assistência e terceirizados ao ambiente pedagógico da escola; Possibilitar a participação da comunidade escolar junto aos professores e atividades desenvolvidas na escola; Promover formações continuadas para a comunidade escolar.</p>	<p>Agilizar as devolutivas de atividades aos professores; Registrar e informar as intervenções realizadas com estudantes que necessitam de encaminhamento; Fazer devolutivas pedagógicas quanto ao desenvolvimento dos estudantes encaminhados; Promover momentos específicos com atividades reflexivas integrando todos os profissionais da escola; Devolutiva rápida às queixas da comunidade; Realizar palestras e fóruns com temas que atendam às necessidades da comunidade escolar. Permitir o acesso dos pais à escola através dos diversos canais de comunicação virtual, em virtude do contexto remoto de ensino.</p>	<p>Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Palestrantes e docentes que possam promover o debate de temáticas atuais ou de formação, principalmente relacionadas às tecnologias.</p>	<p>Docentes, Discentes, servidores e comunidade escolar de forma geral de acordo com cada temática abordada nas ações.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2023 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.</p>

13.5 Dimensão: Gestão Financeira

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Gerir adequadamente os recursos recebidos pela escola e arrecadar fundos para utilizar nas melhorias desta U.E. Garantir o funcionamento efetivo da APM; Discutir coletivamente a utilização das verbas do PDAF e demais verbas existentes na escola.</p>	<p>Reunir a comunidade escolar para planejar e discutir as ações e formas de utilização das verbas; Firmar parceria com deputados/CRE para angariar verbas a fim de arcar com as despesas financeiras da escola, principalmente, no que se refere à reformas e obras.</p>	<p>CRE e Deputados; Empresários locais; APM.</p>	<p>Comunidade escolar de forma geral e parceiros no que couber a cada ação desenvolvida.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2023 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.</p>



13.6 Dimensão: Gestão Administrativa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
Melhorar o aspecto físico e administrativo da escola; Reformar o estacionamento; Pintar os muros externos internos; Realocar e reformar o parquinho; Reformar o banheiro dos professores, servidores e estudantes; Retocar da pintura das salas; Adquirir uma TV com suporte para cada sala; Adquirir armários novos para salas de aula; Investir em câmeras de segurança da escola; Trocar os arames farpados dos muros; Construir uma quadra poliesportiva; Acompanhar o funcionamento administrativo segundo as normas da SEEDF.	Utilizar a verba do PDAF e PDDE no que for permitido; Utilizar os serviços das empresas que trabalham para a SEDF nas demandas pertinentes; Buscar parcerias para levantamento de fundos; aperfeiçoar as ações da APM e incluí-la na discussão do PPP; Acompanhar o trabalho dos servidores no ensino remoto.	Corpo Docente; CRE e Deputados; Empresários locais; APM.	Comunidade escolar de forma geral e parceiros no que couber a cada ação desenvolvida.	Durante o ano letivo de 2023 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.



14. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

14.1 Equipe Especializada de Apoio á Aprendizagem – EEAA

Eixo: Coordenação Coletiva					
Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.- Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as	<ul style="list-style-type: none">- Análise documental.- Análise de dados estatísticos relacionados ao rendimento escolar.- Participação na elaboração da Proposta Pedagógica.- Observação e participação nas coordenações coletivas.- Escuta sensível com comunidade escolar para percepção do contexto.- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e	Semanalmente	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	<p>Será realizada de forma contínua, através de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;- Formulários on-line;



<p>práticas educativas.</p> <p>- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.</p> <p>- Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.</p> <p>- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.</p> <p>- Estimular a adequação curricular, quando necessário.</p> <p>- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.</p>	<p>informações construídas no Mapeamento Institucional.</p> <p>- Divulgação de informações sobre as dificuldades escolares e transtornos funcionais escolares.</p> <p>- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.</p>			
--	--	--	--	--



Eixo: Observação do contexto escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	<ul style="list-style-type: none">- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.	<ul style="list-style-type: none">- Agendamento de observações de atividades/momentos com professor.			
Assessoria ao trabalho coletivo	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as práticas educativas.	<ul style="list-style-type: none">- Observação do recreio, atividades extra-classe, educação em movimento, educação integral e passeios pedagógicos.	Durante o ano letivo	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada de forma contínua, através de: <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;- Formulários on-line;
Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem em	<ul style="list-style-type: none">- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Acompanhar as classes especiais com vistas à futura inclusão dos alunos com necessidades especiais.	<ul style="list-style-type: none">- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.			
	<ul style="list-style-type: none">- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.				



Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	<ul style="list-style-type: none">- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.- Conhecer e analisar as práticas educativas.	<ul style="list-style-type: none">- Agendamento de observações de atividades/momentos com professor.- Observação das dinâmicas pedagógicas.			
Assessoria ao trabalho coletivo	<ul style="list-style-type: none">- Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none">- Observação do recreio, atividades extra-classe, educação em movimento, educação integral e passeios pedagógicos.	Durante o ano letivo	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- Professores- Coordenação Pedagógica- SOE	Será realizada de forma contínua, através de: <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;
Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	<ul style="list-style-type: none">- Sugestão de atividades de acordo com a demanda de cada ano.			



Eixo: Ações voltadas à relação família-escola					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar. - Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.	- Orientação em relação às dificuldades escolares e transtornos funcionais escolares. - Colaboração na organização dos estudos em casa.			
Assessoria ao trabalho coletivo	- Estimular as famílias a terem uma visão sensível sobre a produção escolar dos alunos. - Orientar as ações dos familiares para o auxílio em relação às intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.	- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos responsáveis e seus impactos no acompanhamento escolar.	Durante o ano letivo	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de forma contínua, através de: - Escuta sensível; - Conversa formal; - Formulário próprio;
Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações. - Mediar os possíveis conflitos na relação entre o ambiente escolar e a família.	- Participação nas reuniões com as famílias;			



Eixo: Formação continuadas de professores					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.	- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas.			
Assessoria ao trabalho coletivo	- Conhecer e analisar as práticas educativas.	- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.			
Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Resignificar a práxis pedagógica do professor às aprendizagens.	- Planejamento, execução e avaliação de vivências e oficinas.	Durante o ano letivo	- EEAA - SOE - AEE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de forma contínua, através de: - Escuta sensível; - Conversa formal;
	- Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos.	- Elencar junto à Coordenação Pedagógica os assuntos pertinentes a serem tratados pela EEAA nas formações.			
	- Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas.	- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.			
		- Participação nas formações.			



<p>- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.</p> <p>- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.</p> <p>- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.</p> <p>- Contribuir para a construção da adequação curricular, quando necessário.</p>				
---	--	--	--	--



Eixo: Reunião EEAA					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas. - Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas.	- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas. - Análise das produções dos alunos.	Durante o ano letivo	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores - CRE	Será realizada de forma contínua, através de: - Escuta sensível; - Conversa formal;
Assessoria ao trabalho coletivo					
Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Pesquisar situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Analisar documentos referentes à SEAA.				



Eixo: Planejamento EEAA					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional;- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.- Planejar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, habilidades que renovem as práticas educativas.- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.	<ul style="list-style-type: none">- Organização ou ressignificação do Plano de ação da EEAA.- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Participação nas atividades de planejamento e de avaliação do trabalho: coordenações pedagógicas coletivas, semana pedagógica, conselhos de classe, reuniões extraordinárias.- Seleção de textos informativos sobre ensino, aprendizagem, materiais didáticos, dificuldades de aprendizagem, transtornos funcionais educacionais e outros temas, conforme demanda.	Durante o ano letivo	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	<p>Será realizada de forma contínua, através de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;- Relatórios;- Formulários on-line;



Eixo: Eventos					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional;	- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.			
Assessoria ao trabalho coletivo	- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.	- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos eventos escolares.	De acordo com o cronograma da escola	- EEAA - SOE - AEE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de acordo com o previsto no planejamento.
Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem					

Eixo: Reunião com a Gestão Escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.	- Participação na elaboração da Proposta Pedagógica. - Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional.			
Assessoria ao trabalho coletivo			Durante todo o ano letivo, conforme demanda.	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica	Será realizada de forma contínua, através de: - Escuta sensível; - Conversa formal.
Acompanhamento do Processo de Ensino –	- Conhecer e analisar as características (físicas e	- Colaboração na articulação e na reflexão permanente			



<p>Aprendizagem em</p>	<p>humanas) da Instituição Educacional.</p> <p>- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.</p> <p>- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.</p> <p>- Buscar situações para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.</p> <p>- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.</p>	<p>sobre o contexto e a comunidade escolar.</p> <p>- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem do corpo docente e seus impactos no rendimento escolar.</p>			
------------------------	--	--	--	--	--



Eixo: Estudos de caso					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	<ul style="list-style-type: none">- Promover estudos de casos, quando houver necessidade de adequação ou mudança de atendimento ao aluno.- Conhecer e analisar o desenvolvimento do aluno em relação às práticas educativas.	<ul style="list-style-type: none">- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas.- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos Estudos de Caso.	Conforme cronograma enviado pela CRE.	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- AEE- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada no momento pelos envolvidos no processo.
Assessoria ao trabalho coletivo	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.	<ul style="list-style-type: none">- Análise das produções e desenvolvimento dos alunos.			
Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem em	<ul style="list-style-type: none">- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.	<ul style="list-style-type: none">- Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos.			
	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e				



	<p>as práticas educativas.</p> <p>- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.</p> <p>- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.</p>			
--	---	--	--	--

Eixo: Conselhos de Classe					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino –	<p>- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.</p> <p>- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise</p>	<p>- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional.</p> <p>- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.</p>	<p>Ao final de cada bimestre letivo.</p>	<p>- EEAA - AEE - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores</p>	<p>Será realizada no momento, conforme o planejamento o da Equipe Gestora.</p>



<p>Aprendizagem em</p>	<p>documental e da observação das práticas escolares.</p> <p>- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.</p> <p>- Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos.</p> <p>- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.</p> <p>- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.</p> <p>- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidade</p>	<p>- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação do Conselho de Classe.</p> <p>- Análise das produções dos alunos.</p> <p>- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.</p>			
------------------------	---	---	--	--	--



	<p>s dos atores da comunidade escolar</p> <p>- Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.</p>				
--	---	--	--	--	--

Eixo: Projetos e ações institucionais					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Mapeamento Institucional</p> <p>Assessoria ao trabalho coletivo</p> <p>Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem em</p>	<p>- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional;</p> <p>- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.</p> <p>- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.</p>	<p>- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional com o intuito de favorecer as ações institucionais.</p> <p>- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.</p> <p>- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos Projetos da escola.</p>	<p>Definido em cada Projeto e/ou ação institucional.</p>	<p>- EEAA</p> <p>- AEE</p> <p>- SOE</p> <p>- Equipe Gestora</p> <p>- Coordenação Pedagógica</p> <p>- Professores</p>	<p>Será realizada conforme planejado para cada projeto e/ou ação institucional.</p>



	<ul style="list-style-type: none">- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno. - Avaliar de maneira contextual os alunos para encaminhamentos externos necessários. - Elaborar documentos e RAIE apresentando a conclusão de cada caso e indicando as possibilidades de atuação pedagógica. - Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	<ul style="list-style-type: none">- Análise das produções dos alunos. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no contexto escolar.			
--	---	---	--	--	--



14.2 Orientação Educacional – OE

METAS:

1. Organizar o espaço físico da sala de Orientação Escolar.
2. Desenvolver estratégias para fomentar a cultura de paz na escola.
3. Reduzir os encaminhamentos por indisciplina, Bullying e dentre outros conflitos.
4. Aumentar a participação dos pais na vida escolar dos alunos.
5. Reduzir o impacto emocional dos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental.
6. Diminuir o impacto emocional dos estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental do 5º ano.
7. Ajudar os alunos a reconhecer e lidar com os sentimentos e emoções de forma positiva.
8. Auxiliar no combate ao bullying, racismo e preconceitos no contexto escolar.
9. Desenvolver ações de combate ao abuso exploração sexual de crianças e adolescentes.
10. Reduzir os índices de vandalismo e a depreciação do patrimônio escolar.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Diversidade	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	Educação para a Sustentabilidade			
Implantação da orientação educacional	X		X	Apresentação da Orientação escolar a toda a comunidade escolar, com uso de slides, coletivamente com os demais serviços da equipe especializada de apoio e sala de recursos; Organização da estrutura interna dos computadores e das	Ação junto aos professores, coordenadores, equipe gestora e demais servidores da escola	Fevereiro e março



				mesas da Orientação Educacional; Organização de armários, decoração das paredes da sala da OE, organização de arquivo, com fichas, documentos de atendimentos, livro ata.		
				Participação em reuniões coletivas, conselhos de classe, estudos de caso.	Ação junto à IE.	Ano Letivo
				Participação na aplicação da Avaliação diagnóstica dos estudantes. Mapeamento das necessidades institucional	Ação junto à IE.	
				Encaminhamento de alunos faltosos ao Conselho Tutelar. Encaminhamento a outros profissionais de saúde em caso de suspeitas de problemas psicológicos, visão, motora, violação dos direitos.	Ação em rede	Ano Letivo
Regimento Escolar Enfrentamento ao Bullying / Discriminação Convivência Escolar / Conservação do Patrimônio escolar	X		X	Palestras sobre convivência escolar e regras de convivência, enfrentamento ao Bullying e quaisquer forma de discriminação, com ênfase no Regimento Interno da escola, através de Banners, vídeos, slides, interatividade com dinâmicas e roda de conversas entre os estudantes, sensibilizando e orientando-os sobre as	Junto aos estudantes 1ª ao 5ª ano	Março/Abril



				regras de convivência escolar e o respeito ao próximo, conservação do espaço público da escola, assim como possíveis sanções e medidas disciplinares, colocação de cartazes educativos e lembrancinha temática do encontro, enfatizando e valorizando a paz, o respeito, a valorização das diferenças e a amizade entre alunos, professores e demais servidores da escola.		
Integração família e escola	X	X	X	Participar de reuniões coletivas junto aos familiares, equipe gestora, coordenadores e professores na busca de estratégias e ações visando à participação da família na vida escolar dos nossos educandos. Tais como: eventos de páscoa, festa junina, bazares, palestras, folders, distribuição de cestas básicas e doação de uniforme escolar à família em vulnerabilidade social. Convocação de famílias para conversas sobre as necessidades escolares, mediação de conflitos, encaminhamentos e orientações diversas.	Ação junto à família	Ano Letivo
Desbravando os 5 ^{as} anos	X	X	X	Roda de conversa – falando sobre os	Ação junto aos estudantes	Abril



Elevação da autoestima e autoconhecimento				sentimentos, com uso de figuras com expressões, Conhecimento do ser, com a história contada “Ninguém é igual a ninguém”, O lúdico no conhecimento do ser, oficina com uso das mãos. Características físicas e psicológicas identificadas por cada criança, Escrita do livro da vida (Freinet) e construção junto aos professores do emociômetro.		
Projeto de transição	X	X		Recepção dos pais e alunos do 1º ano com lanche coletivo, mostra da escola e professores dos 1ºs anos,	Ação junto aos estudantes, famílias.	Março
				Transição escolar dos 5ºs anos (Promover a polidocência nos 5ºs anos, como forma de amenizar o impacto de ter vários professores no 6º ano).	Ação junto aos professores e estudantes.	Outubro
				Levar todos os alunos do 5º ano para conhecer a escola seguinte aos 6º ano (CEF 213), com lanche coletivo na escola.	Ação junto aos estudantes e IE.	Novembro
Inteligência socioemocional Bullying	X	X		Trabalhar a convivência harmoniosa na escola, por meio de rodas de conversa, oficinas, vídeos, palestrantes habilitados, entre outros.	Ação junto aos alunos e professores.	Maio e junho



Drogas				<p>“Projeto “diga não ao bullying”, rodas de conversas, cartazes e grupos de conversa entre os alunos e participação dos professores e orientadora educacional”. Passar o filme do “Pinóquio” em cada sala de aula. Fazer uma roda de conversa para fazer as reflexões sobre as drogas, desobediência aos pais, envolvimento e amizades ruins, consequências do uso de drogas.</p>	<p>Ação junto aos alunos.</p> <p>Ação junto aos estudantes do 1º ao 5º ano com abordagens adaptadas.</p>	<p>Julho</p> <p>Agosto</p>
Saúde física e emocional.				<p>Semana de Educação para a vida (palestra com a psicóloga Mariana Almada sobre Ansiedade. (Um dia para a comunidade escolar e outro com os estudantes), Aula de dança de forró na quadra coberta para professores). Caminhada ao redor da escola</p>	<p>Ações junto às famílias e professores e estudantes.</p>	<p>Maio</p>
Combate ao abuso e a Exploração sexual de crianças e adolescentes	X	X	X	<p>Sugestão de vídeos a serem trabalhados em sala pelos professores. Palestra com os professores sobre como identificar crianças vítimas de abuso, folders (Coletivo com a equipe de apoio e sala de recursos).</p>	<p>Ação junto aos estudantes e professores</p>	<p>Maio</p>



				Intervenções nas turmas com orientações sobre o namoro na idade certa.		
Paz na Escola	X	X	X	Caminhada pela paz ao redor da escolar, abraço simbólico, cartazes.	Equipe escolar, alunos e comunidade.	Julho e agosto
				“Bullying - Projeto “diga não ao bullying”, rodas de conversas, cartazes e frases e grupos de conversa entre os alunos e participação dos professores e orientadora educacional”. Oficina: dobradura da pomba branca da paz.	Ação junto aos estudantes	Setembro e outubro
				Ouvir, cantar e dançar com músicas temáticas de amizade, coleguismo. Oficina dobradura do come-como. Brincar em grupos.	Ação junto aos estudantes	Julho - dia 20 ou 30/07

15. PROJETOS ESPECÍFICOS

O currículo do Ensino Fundamental deve atender à diversidade, explicitando e trabalhando as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e valorização das suas especificidades, voltada para o exercício da cidadania, na superação de todas as formas de discriminação e opressão, ofertando um ensino que proporcione uma ação pedagógica que efetive a não-exclusão, o avanço continuado, através da garantia do respeito aos ritmos e tempos de aprendizagem de cada aluno, e a construção do conhecimento, através da interdisciplinaridade de forma dinâmica, criativa, crítica, contextualizada, investigativa, prazerosa, desafiadora e lúdica.

Para tanto, é importante ter em mente que o conteúdo nunca é um fim em si mesmo, mas um veículo, um meio para o aluno aprender a pensar e questionar o



próprio conhecimento. Sendo assim, a SEDF e a EC 116 vêm adotando medidas e elaborando projetos voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental, visando a formação de alunos ativos, que interagem no meio em que atuam.

Dentre os projetos desenvolvidos na EC 116, podemos destacar: Reagrupamentos, Polidocência (5º ano), Projeto de Informática na Escola, Projeto Ler Arte (Biblioteca Escolar), Projeto Viajando na Leitura, Projeto Educação com Movimento e Projeto da Educação Integral.

No que se refere à organização curricular da escola, os professores juntamente com a coordenação pedagógica planejam anualmente as unidades de aprendizagem, subdividindo-as por bimestre. A partir daí, são realizadas coordenações por grupo quinzenalmente a fim de orientar os conteúdos a serem trabalhados no período. Vale ressaltar que todo planejamento feito pelo grupo de professores é norteado pelos projetos que envolvem o fazer pedagógico desta instituição de ensino. Assim, temos a garantia de que o grupo trabalha de forma interdisciplinar e articulado com a Proposta Político Pedagógica da escola e da Secretaria de Educação do DF.

Salienta-se que no quadro síntese, presente nos anexos deste texto, é possível encontrar um resumo de cada projeto. Ainda nos anexos, a quem interessar, detalham-se os projetos individualmente e demais Planos de Ação.

16. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O acompanhamento e avaliação deste PPP serão realizados nos dias letivos temáticos que são datas estabelecidas pela SEEDF, onde a comunidade escolar é envolvida como um todo com o objetivo de analisar as ações do PPP e o desenvolvimento pedagógico da escola, bem como, traçar novas metas a serem alcançadas de acordo com as sugestões apresentadas pelos atores envolvidos no processo.

As coordenações coletivas são utilizadas como mais um espaço onde os profissionais de educação podem opinar e avaliar as ações pedagógicas que interferem diretamente no fazer pedagógico. Já os conselhos de classe são utilizados como mais uma ferramenta de acompanhamento bimestral das ações do PPP, sendo



que dele saem novas sugestões e apontamentos à execução do projeto. Em consonância com esta postura, temos na reunião de pais um espaço aberto para acompanhamento das ações desenvolvidas pelo PPP, priorizando a opinião deste segmento para que surjam novas propostas.

17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.27839,23/12/96b1996.

_____. Ministério Da Educação. Adaptações Curriculares em Ação: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades educacionais Especiais. Secretária de Educação Especial. Brasília, MEC/SEEP,2002.

_____. Adaptação Curricular: Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília. MEC/SEEP,2002.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: planejando a alfabetização e dialogando com as diferentes áreas do conhecimento: ano 02 – unidade 06. MEC, SEB, 2012.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Planejamento. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD 2015. Brasília, 2015.

_____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Planejamento. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD 2018. Brasília, 2018.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998. Parecer nº 15/98 de 01/06/98.

____ Diretrizes curriculares nacionais para formação de docentes da educação infantil e dos anos iniciais e do ensino fundamental. Resolução nº 2, de 19/04/99. CNE. Câmara de Educação Básica.

DISTRITO FEDERAL. Síntese de Informações Socioeconômicas. Brasília DF: CODEPLAN – SEDUMA, 2022.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Artmed Editora. Porto Alegre. 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira. MEC/SEF, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 8a. ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica, Pressupostos Teóricos, 2014.
____ Diretrizes Pedagógicas, Brasília- 2008

____ Orientações à rede pública de ensino para o registro das atividades pedagógicas remotas e presenciais. 2.ed. Brasília, 2020.



_____. Orientações Curriculares, Ensino Fundamental – Séries E Anos Iniciais. 2008.

_____. Portaria nº 07, de 03 de fevereiro de 2011.

_____. Organização Curricular 2022, Ensino Fundamental 2º Ciclo - Anos Iniciais. Brasília, 2022.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins, 1987.

_____. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



ANEXOS

Projetos



PROJETO

VIAJANDO NA LEITURA

Prof^a. Karine Faustino

Santa Maria, abril de 2023



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



Apresentação

Este projeto apresenta-se como uma oportunidade de estimular e aperfeiçoar as práticas de letramento crítico na Escola Classe 116, bem como, atender a necessidade de desenvolver as práticas sociais de leitura e de escrita e dos eventos em que essas práticas são postas em ação, assim como as consequências delas sobre a sociedade.

Entendemos que o Ensino Fundamental I é a fase da vida escolar em que as crianças constroem as próprias identidades e padrões comportamentais em relação à leitura, baseadas nas experiências que elas vivenciam. Se a escola dedica um tempo oportuno, um espaço adequado e uma estratégia prazerosa que estimule um contato positivo com os livros e com os diferentes portadores textuais, certamente, o processo de aquisição da leitura e da escrita (meta principal desta modalidade de ensino) será bem-sucedido.

Justificativa

A Escola Classe 116 possui um acervo literário vasto e diverso, disposto em uma biblioteca ampla e organizada que pode ser explorado sob várias perspectivas e ações. Além disso, percebe-se que os casos de dificuldade de leitura e de escrita são recorrentes, o que é agravado pela baixa incidência de práticas de leitura eficazes que extrapolem o livro didático e estimulem nos alunos um gosto pela leitura.

Desta forma, este projeto justifica-se pela necessidade de se instituir na EC 116 uma ação conjunta direcionadora de um fazer pedagógico voltado para a leitura que envolva os alunos em novas e diferentes práticas multiletradas que implementem uma cultura eficaz de leitura na escola.

Não obstante, o presente projeto é uma valiosa oportunidade para que, através das leituras, sejam introduzidas temáticas transversais e questões sociais a fim de ampliar o repertório sociocultural do aluno.



Objetivos

Objetivo Geral

- Implementar uma cultura de multiletramentos de forma a diversificar e enriquecer as práticas letradas na escola, potencializando a aprendizagem da leitura e da escrita já realizadas, convencionalmente, na sala de aula.

Objetivos Específicos

- Estimular o gosto pela leitura a partir da construção de situações sociais de leitura dentro da escola mostrando sua funcionalidade na vida cotidiana, explicitando a função social da escrita e ensinando ao aluno que a leitura não é meramente uma ação didático-pedagógica;
- Ampliar o repertório sociocultural fortalecendo o letramento crítico dos alunos;
- Explorar o uso da biblioteca e dos livros existentes na escola potencializando as práticas de leitura neste espaço;
- Fazer um trabalho de leitura interdisciplinar com ações que envolvam todas as disciplinas e todos os professores com suas respectivas áreas do conhecimento;
- Contribuir para o processo de alfabetização e letramento das crianças que apresentam dificuldades com a leitura e a escrita;
- Oportunizar aos alunos o acesso ao acervo de variadas obras literárias de diferentes autores, bem como de diversos tipos de textos e portadores textuais;
- Incentivar o aluno a compreender e utilizar melhor as regras gramaticais e ortográficas da Língua Portuguesa;
- Orientar quanto a necessidade de circulação dos livros e da importância da conservação destes, desenvolvendo nos alunos o compromisso e a responsabilidade pelos livros da escola;



Fundamentação teórica

O que vem primeiro, a leitura ou a escrita?



No processo de alfabetização, a leitura precede a escrita. Na verdade, a escrita nem precisa ser ensinada se a pessoa souber ler. Para escrever, uma pessoa precisa, apenas, reproduzir graficamente o conhecimento que tem de leitura. Por outro lado, se uma pessoa não souber ler, o ato de escrever será simples cópia, sem significado. (Cagliari, 1994, apud Massini-Cagliari, 1994, p. 26).

Sendo assim, para esse autor, o fundamental é partir da leitura, ensinando as relações entre letras e sons, mostrando como estas relações são diferentes, em um sistema ortográfico, quando se parte da leitura para a escrita ou da escrita para a leitura. Deve-se lembrar que a leitura não é a fala da escrita, mas um processo próprio



que pressupõe um amadurecimento de habilidades linguísticas em parte diferentes das que ocorrem na produção da fala espontânea.

Uma leitura em voz alta, além de levar em conta o que se deve fazer para dizer algo em termos de produção sonora da fala, exige ainda que o leitor acompanhe um raciocínio sobre um pensamento exterior, expresso por outra pessoa, e que ele "declama" como se fosse um ator. A complexidade desse fato é enorme, e muitas vezes a escola não se dá conta disso, porque os adultos já amadureceram para a leitura.

É neste estágio, onde o leitor atinge um tal grau de maturidade e independência apropriando-se do texto como construção do outro e reconstrução sua, diz-se que o leitor chegou a um patamar ideal. E é somente a partir daí que o leitor pode usufruir plenamente da leitura em todas as funções que ela possa assumir na sociedade.

Cabe ao leitor não somente decodificar o que foi escrito pelo escritor, mas principalmente reconstruir a coerência construída por ele. Como pode ser percebido, dá-se a leitura uma grande importância social, pois o seu desenvolvimento implica diretamente a formação do ser humano e do cidadão. Isso acabou por relegar a decifração da escrita a um segundo plano, pois esta limitaria a leitura somente a um processo de decodificação, matando todo o processo de construção e reconstrução de sentidos.

A leitura como atividade fundamental

Para Cagliari (1997), a atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura. É muito mais importante saber ler do que saber escrever. A leitura é a realização do objetivo da escrita. Quem escreve, escreve para ser lido. O objetivo da escrita é a leitura. E ler é um processo de descoberta, as vezes requerendo um trabalho paciente, outras vezes é feita de forma superficial ou lúdica. Pode-se ter então várias atitudes perante a leitura.



Ela é uma atividade profundamente individual e duas pessoas dificilmente a fazem da mesma maneira. Ao contrário da escrita, que é uma atividade de exteriorizar o pensamento, a leitura é uma atividade de assimilação de conhecimento, de interiorização, de reflexão.

Portanto, a leitura é uma decifração e uma decodificação. O leitor deverá em primeiro lugar decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião a respeito do que leu.

A leitura sem decifração não funciona adequadamente, assim como sem a decodificação e demais componentes referentes à interpretação, se torna estéril e sem grande interesse. A leitura é uma atividade estritamente linguística e a linguagem se monta com a fusão de significados com significantes. Depois que o leitor decifrou a escrita, ele tem subsídios para processar o que decifrou em termos de produção de fala.

Para tal, deverá lançar mão dos recursos que usa quando fala espontaneamente. Para conseguir ler, deve-se, pois, decifrar foneticamente a escrita, processá-la para a fala e realizar todas as etapas necessárias para a produção do que se vai dizer, da maneira como se vai dizer.

Atividades que colaboram para a decifração da escrita

É importante lembrar que saber para que serve a leitura e a escrita não é saber ler e escrever. Por isso, o desenvolvimento de atividades de produção / interpretação de texto podem ajudar o aluno a compreender os usos sociais da leitura e da escrita. Além disso, deve-se considerar o fato de que jovens e adultos das camadas populares normalmente não têm livros em casa e, então, não possuem o hábito da leitura.



Este tipo de atividade funciona também como um incentivo à incorporação da leitura em sua vida. A escola deve despertar o aluno para a atividade de leitura, percebendo a sua importância no processo de alfabetização. Esta torna o aluno apto a conquistar o mundo e se realizar enquanto indivíduo. Esse tipo de conquista é a motivação necessária para que o aluno valorize o seu desenvolvimento e o processo de alfabetização em si, pois é justamente ele que o irá auxiliar no desvendamento do seu mundo.

Desenvolvimento

Ações Gerais:

- Organização do acervo: A escola, juntamente com a biblioteca, fará a seleção e a aquisição de exemplares do mesmo título para possibilitar o trabalho em grupo. Os títulos serão distribuídos e redistribuídos mensalmente através da ação do “carrinho da leitura”.
- Campanha de Doação de livros: mobilizar toda a escola para a arrecadação de livros paradidáticos para compor a Estante de Livros e a Biblioteca de Sala;
- Estante de livros: montar uma estante de livros na área externa da escola com os livros arrecadados da campanha para manuseio livre dos alunos na hora da entrada, da saída e do recreio.
- Biblioteca de Sala/Cantinho da Leitura: Construir com os alunos um cantinho da leitura, um canto da sala aconchegante para uma atividade de leitura diária;
- Digitalização de livros para serem compartilhados na TV.
- Hora da leitura – instituir um momento para a leitura diária de diversos gêneros e portadores textuais a ser realizado no momento da acolhida na sala ou após o recreio. A leitura pode ser feita pelo professor ou por um aluno;
- Passaporte Literário – elaborar um “passaporte” para os alunos preencherem logo após o término de alguma leitura. Nele os alunos irão fazer o registro da



leitura e atribuirão nota ao texto. Ao final do projeto, o aluno escolherá o livro que mais gostou para eleger como “Leitura 5 estrelas”;



- Mala de leituras – confeccionar uma mala decorada na qual o aluno selecionado levará para casa, no fim de semana, sugestões de leituras;
- Feira de Escambo de Livros - organizar uma feira onde os alunos trarão livros para trocar entre os colegas. O professor deverá orientar antes da feira que os alunos leiam os livros que irão trocar e se apropriem das características do



mesmo para que, no momento do escambo, eles possam falar tudo sobre o livro ao colega que estiver interessado em adquirir;

- Em parceria com o laboratório de informática, criar animações das personagens dos livros lidos.
- Eu autor: Os alunos do segundo ciclo do segundo bloco confeccionarão um livro com cantigas de rodas para presentear os alunos do BIA.

Ações específicas:

Cada turma deverá selecionar as ações que deseja desenvolver com o título escolhido para aquele mês. As sugestões das práticas pedagógicas devem ser contempladas no planejamento dos professores, sendo resguardadas as devidas adaptações à realidade de cada faixa etária:

1ª etapa:

- Mensalmente, o professor deverá selecionar o título no acervo da escola
- 2ª etapa:
- No dia combinado, o “carrinho da leitura” entregará o livro de forma lúdica e festiva.

3ª etapa:

- Em sala, o professor selecionará a ação que pretende desenvolver com o título escolhido.

4ª etapa:

- Após a realização da ação, os alunos preencherão o passaporte.



Ações para o desenvolvimento da terceira etapa

- Propor a realização de um “Teatro de Leitura”, onde os alunos serão orientados a fazer uma dramatização de histórias lidas ou criadas pelo grupo. Pode ser feito utilizando fantoches. O ideal é que a apresentação seja feita para toda a escola;
- Clube do livro: ler o título escolhido em sala, através da leitura compartilhada.
- Sarau ou chá literário: após as leituras e as atividades realizadas, cada turma organizará um sarau ou um chá literário. A ideia é que seja um momento de envolvimento da família, sendo assim, a sugestão é que cada turma desenvolva o evento em sua própria sala e convide as famílias.
- Tornar a sala um ambiente leitor que estimule a leitura dos alunos, colocando lembretes, cartazes e referências à obra trabalhada.
- Explorar outros suportes textuais não convencional, em especial os digitais e online;
- Expor todas as produções do projeto nos ambientes da escola, bem como lembretes, cartazes, receitas, poesias e ilustrações. Os professores devem estimular que os alunos leiam as produções das outras salas fazendo um tour pela escola;
- Trabalhar com reconto da história mudando o roteiro, mas mantendo os personagens. Pode ser feito individualmente ou o professor escreve o que os alunos contam (quando as crianças ainda não escrevem). Montar um livro com as histórias recontadas e apresentá-lo para toda a escola;
- Trabalhar com imagens e relacionar trechos da história à imagem retratada, bem como desenhar o personagem e animá-lo utilizando os recursos da sala de informática.
- Construção de textos opinativos a partir da leitura da obra.



Recursos didáticos

Constituem-se de todos os materiais e atividades utilizadas durante a realização do projeto, como por exemplo, jornais, revistas, passeios, livros, entrevistas, cola, papel ofício, tesoura, fotografias, cartolinas para murais, enfeites, gravuras, TV, computador, caderno, estante (para a Estante da Leitura), rótulos de produtos, fantoches.

Culminância

Durante todo semestre, haverá a apresentação dos resultados do trabalho desenvolvido em sala, conforme a ação escolhida. Logo, haverá exposição dos trabalhos dos alunos, apresentação de peças teatrais, exibição de vídeos e fotos, interpretação de músicas, jograis, poemas, entre outras formas de apresentação que serão escolhidas pelas respectivas turmas de acordo com o que foi trabalhado. Ao final do semestre, os alunos deverão escolher qual foi a leitura preferida “Leitura 5 estrelas”, com base nos registros do passaporte.

Avaliação:

Seguindo a concepção de avaliação adotada pela EC116, esta avaliação será processual e formativa a partir de relatos descritivos de cada etapa, das discussões do grupo, das atitudes diante do projeto, a serem compartilhados. O professor deverá avaliar a participação, o envolvimento de cada aluno, a apropriação das habilidades leitoras relativas ao projeto e o desenvolvimento das habilidades das ações que estiverem associados às intervenções do projeto.

Os alunos serão avaliados tanto de forma individual (a partir do desenvolvimento de uma postura crítica e construtiva) e de forma coletiva (a partir das ações desenvolvidas por todo o grupo).



Conclusão:

Ao término deste projeto, espera-se que os alunos compreendam a funcionalidade da leitura na vida cotidiana e tenham desenvolvido o gosto pela leitura e o hábito de ler como uma atividade prazerosa. Além disso, esperamos que eles tenham avançado no processo de aquisição da escrita como consequência das atividades propostas no projeto.

Referências bibliográficas

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. *Diante das letras: a escrita na alfabetização.* Campinas: Mercado de Letras, 1994.

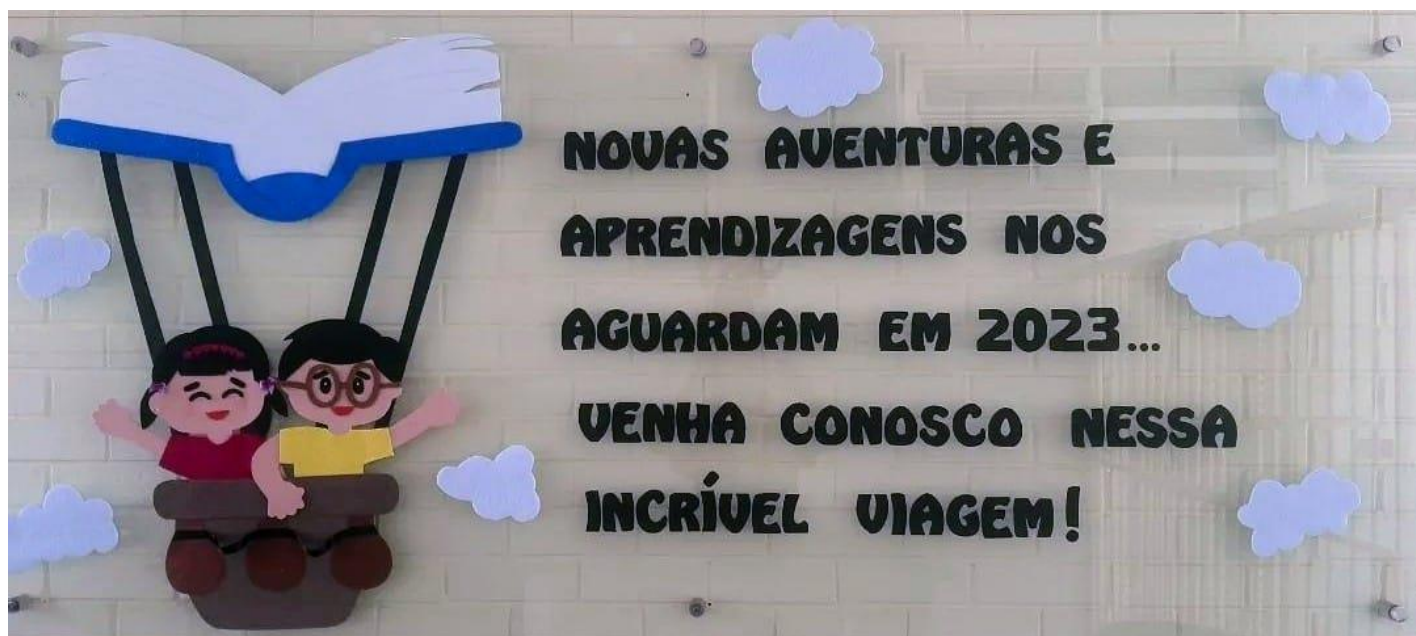
SOARES, Magda. *Letramento e Alfabetização: As Muitas Facetas,* Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de alfabetização, Leitura e Escrita, Revista Brasileira de Educação, outubro de 2003. **SOARES, Magda.**

SARAIVA, J.A – *literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação.* Artmed, 2001.

http://www.ufscar.br/~crepa/crepa/formacao/ALFABETIZACAO_UM_PROCESSO_D E_LEITUR A_E_ESCRITA.doc



PROJETO DE REAGRUPAMENTOS





GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



JUSTIFICATIVA

A escola busca ações pedagógicas que possibilitem aos alunos aprender por múltiplos caminhos, pois sabemos que a aprendizagem não ocorre da mesma forma e no mesmo momento para todos.

Assumir uma aprendizagem significativa, exige ações de ensino direcionadas para que os alunos aprofundem e ampliem os significados elaborados mediante suas participações nas atividades de ensino e aprendizagem.

Por isso a importância da intervenção e mediação do professor e da troca com os pares, para que cada um vá realizando tarefas e resolvendo problemas que criem condições de superar as dificuldades de aprendizagem, desenvolvendo assim competências e conhecimentos.

Acreditando que ensinar e aprender, com significado, implica caminhos diversos, a escola trabalha o desenvolvimento de diversas atividades, com vistas a uma aprendizagem de fato, a partir do Reagrupamento Interclasse, não deixando de utilizar também o Intraclasse e o Extraclasse, quando houver necessidade com todas as turmas.

OBJETIVO

Integrar os alunos com mesma dificuldade (níveis de aprendizagem), a fim de que as atividades sejam adequadas e de uma forma lúdica, porém respeitando o foco principal do projeto que é a retomada de habilidades necessárias para proporcionar aos alunos o sucesso no processo ensino-aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

- Organizar os alunos por níveis de dificuldades em leitura, escrita, matemática e/ou motora.
- Elaborar atividades voltadas para cada nível de dificuldade em específico.
- As atividades são organizadas/planejadas pelos professores na coordenação.



REAGRUPAMENTO INTERCLASSE:

A proposta deste reagrupamento é que seja realizado bimestralmente e após cada experiência deve se avaliar o trabalho para sanar quaisquer falhas. A equipe de coordenação estará envolvida, facilitando o desenvolvimento do projeto e providenciar crachá com nome do professor para identificação dos mesmos. O período de execução será de uma semana, podendo ser ampliado pelo mesmo período.

Cabe ressaltar que, devido ao modelo de enturmação dos alunos da EC 116, os alunos já são organizados por níveis semelhantes. Assim, no ano letivo de 2023 a equipe pedagógica optou por não desenvolver o reagrupamento interclasse, pois as atividades já são elaboradas conforme as necessidades dos alunos.

REAGRUPAMENTO INTRACLASSE:

A proposta deste reagrupamento é que se realize dentro do ambiente da sala de aula e será desenvolvido pelo professor regente. Nele, os alunos são agrupados de acordo com suas potencialidades e necessidades e as atividades são planejadas e aplicadas de acordo com os níveis.

Este reagrupamento deverá ser realizado durante todo o ano letivo, observando nas necessidades da turma. O planejamento para os grupos/níveis ocorrerá sempre que o professor avaliar o desenvolvimento dos alunos com vistas à formação de novas equipes de trabalho.

REAGRUPAMENTO EXTRACLASSE:

Este reagrupamento tem em sua proposta inicial um trabalho mais individualizado para àqueles alunos que demonstrem mais dificuldades em sala de aula, necessitando de uma atenção individualizada. O planejamento deverá ser feito junto à Coordenação Pedagógica, bem como sua avaliação ao final de cada processo. Este projeto se realizará em horário contrário ao da aula e contará com um grupo reduzido de alunos.

Durante o ano letivo de 2023 não haverá a possibilidade de ocorrer o reagrupamento extraclasse devido a falta de espaço na escola. Todas as salas são utilizadas em ambos os turnos inviabilizando a execução dessa ação.



EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



EDUCAÇÃO INTEGRAL EC 116 DE SANTA MARIA

Santa Maria, abril de 2023



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



1. Apresentação

A Escola Classe 116 de Santa Maria oferece Ensino Fundamental I aos seus alunos matriculados, com idade entre 6 a 12 anos. A escola, ciente de seu papel social e transformador, busca desenvolver o ensino por meio de atividades desafiadoras, mediando a construção do conhecimento através de experiências concretas.

Santos (2012) ressalta que, quando na escola há desconhecimento acerca dos alunos com dificuldades de aprendizagem, ela fica impossibilitada de planejar estratégias de intervenção educativa que auxiliem o desenvolvimento cognitivo deles. Porém, a Escola Classe 116 sempre buscou observar os seus estudantes e intervir em todos os aspectos: cognitivo, social e afetivo, foi assim, que surgiram algumas inquietações suscitadas pelas seguintes problemáticas: estudantes que precisavam permanecer mais tempo na escola, pois corriam risco social, ficando em ambientes inapropriados depois do horário da aula, insegurança ao realizar as atividades em sala de aula, desestímulo e comportamentos de hostilidade com os seus pares. Com o objetivo de ajudar esses estudantes, a Instituição Educacional aderiu ao Projeto da Educação Integral no ano de 2015, buscando aperfeiçoar e aprimorar o ensino aprendizagem, com atividades diferenciadas em turno contrário, resgatando os valores e a autoestima, de crianças que, ao longo da sua vida escolar, apresentaram comportamentos de incapacidade.

Atualmente temos o Programa Educação em Tempo Integral que tem como objetivo a ampliação do tempo do estudante na escola, para no mínimo 9h diárias. Com esse novo projeto, a escola passa a ofertar educação em tempo integral possibilitando a reorganização do espaço escolar por meio de atividades educativas, lúdicas e recreativas, porém com intencionalidade pedagógica.

Os 125 estudantes matriculados no programa foram selecionados a partir dos critérios: estudantes com alfabetização incompleta ou letramento insuficiente, estudantes socialmente marginalizados, estudantes que apresentam defasagem idade/ano, disponibilidade para frequentar as aulas no turno contrário ao da matrícula regular.

Ademais, o programa de Educação Integral conta com equipe especializada composta por:

- Coordenador/articulador da escola, responsável pela coordenação e organização das atividades do programa na escola;



- Mediador da aprendizagem (professores (as) da SEDF), responsáveis pela elaboração e realização das atividades de acompanhamento pedagógico.

2. Justificativa

De acordo com Bourdieu (2012), a escola não é neutra, separada do contexto social, ela reproduz os privilégios existentes na sociedade, beneficiando os já socialmente favorecidos. Sendo assim, a Escola Classe 116 desenvolve um trabalho focado na transformação de seus estudantes, acreditando no papel libertador da educação. Assim como Freire (1996) pontua, o objetivo da educação é conscientizar o aluno, das classes desfavorecidas, a entender sua situação como oprimido e agir em favor da própria libertação. As atividades oferecidas proporcionam situações de reflexão, autoconhecimento e ainda autocrítica, na perspectiva de transformação.

Nesse contexto, as atividades a serem trabalhadas foram organizadas em oficinas assim distribuídas:

- Acompanhamento pedagógico de Português: **Alfaletrando e Lendo o Mundo.**
- Acompanhamento pedagógico de matemática: **Raciocínio em ação.**
- Atividades culturais, patrimoniais, artísticas e esportivas: **Musicando; Expressão em Cena; Mãos à obra; O som do silêncio; Esporte e vida.**
- Atividades de formação de hábitos: **Educação à Mesa; Me cuidando.**

Essas oficinas buscam colocar o estudante como ator do seu processo de aprendizagem, a fim de torná-lo participante ativo em todas as atividades. Segundo Guimarães e Bolsanello (2007), é necessário o diagnóstico das dificuldades de aprendizagem de forma prematura, pois as mesmas concorrem para o abandono escolar quando o estudante se sente inferiorizado frente ao desempenho de seus pares. Nesse sentido, acreditamos que, a partir dos estímulos das inúmeras habilidades das crianças, alcançaremos um desenvolvimento amplo de suas potencialidades, o que, conseqüentemente, contribuirá para sua alfabetização, letramento e desempenho na sociedade como um todo.



3. Objetivo geral

Desenvolver as diferentes habilidades de aprendizagem e formar hábitos saudáveis para a vida, possibilitando a criticidade, o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, e condições para participar na sociedade como cidadãos ativos e conscientes.

4. Oficinas

Acompanhamento pedagógico de Português

- **Alfaletando**

A aquisição do código linguístico, da escrita alfabética e a faculdade de ler e escrever pressupõe o processo de alfabetização em concretização. Todavia, apenas essa aquisição não garante e nem possibilita que o indivíduo consiga ler e compreender o mundo por meio da linguagem, isso porque o processo de leitura de mundo precisa estar intimamente relacionado ao desenvolvimento do letramento. Como afirma Soares (2006, p.20), “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer o uso do ler e do escrever, saber responder às exigências da leitura e da escrita que a sociedade faz continuamente”.

Nesse contexto, o projeto Alfaletando busca recuperar a defasagem cognitiva no que diz respeito ao processo de alfabetização em sala de aula tendo como perspectiva de ensino, assim como na proposta pedagógica da escola, a alfabetização por meio do letramento.

A partir da verificação dos testes da psicogênese dos estudantes, foi observado que muitas crianças da escola ainda não apresentam domínio do código alfabético esperado para sua idade/série e ademais demonstram dificuldades tanto no processo de interpretação quanto na produção de ideias, frases e palavras. Por esse motivo, houve a necessidade da criação deste projeto no tempo ampliado da Educação Integral a fim de sanar essas dificuldades e proporcionar ainda mais o acesso da criança à alfabetização letrada possibilitando a formação de um pequeno cidadão capaz de ler, compreender e se constituir socialmente por meio da linguagem. Nesse contexto, o projeto tem a finalidade de possibilitar um tempo ampliado para a aprendizagem da alfabetização com letramento aos estudantes



que ainda apresentam dificuldades de reconhecimento do código linguístico da língua portuguesa e sua aplicação social.

É preciso entender que o ensino atinge um nível muito mais satisfatório, quando se desperta o interesse das crianças, para isso, é necessário ir além dos métodos tradicionais utilizados, transformando a alfabetização em um processo dinâmico e criativo através de jogos, brincadeiras, brinquedos e músicas. Observando essa realidade, a oficina Alfastrando busca uma metodologia diferenciada, onde se utilizará de atividades lúdicas (textos, vídeos, jogos) que levem os estudantes a refletirem sobre a leitura e escrita, redirecionando o fazer pedagógico, assegurando a aprendizagem dos sistemas linguísticos, melhorando assim o desempenho escolar.

- **Lendo o mundo**

Conforme afirma Travaglia (1996, P.23), “a linguagem é um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio histórico e ideológico”. Nessa perspectiva, a materialização efetiva da aquisição da linguagem só é possível a partir da capacidade de interação entre os interlocutores e das suas trocas, o que se dá por meio da constituição do indivíduo socialmente e historicamente. É nesse contexto que o letramento se insere. O aprendizado da língua e da linguagem vai muito além da simples aquisição do código, o processo linguístico se constitui a partir das trocas sociais nas quais o indivíduo se insere, possibilitando que assim ele interaja com os ideais, as vivências, posicionamentos dos seus pares, aumentando, dessa forma, o seu repertório crítico e leitor do mundo.

Nesta perspectiva, Bakhtin (2007) afirma que o contexto, a constituição dos indivíduos sócio e historicamente é primordial para que seja possível a materialização do processo de domínio da linguagem, é a partir dessas interações que a interpretação e compreensão de um texto e do mundo se torna muito mais clara e entendível, visto a possibilidade de desenvolvimento de um maior repertório de mundo pelo estudante.

Todavia, produzir bons leitores é o grande desafio atual da escola, visto que alguns dos nossos alunos chegam ao final do Ensino Fundamental sem o domínio pleno dessa habilidade, não percebendo informações implícitas e explícitas dos textos. Por esse motivo, foi criada a oficina “Lendo o mundo” na Educação em Tempo Integral com a finalidade de proporcionar um momento / ambiente propício para a leitura, mas também com o objetivo de



trabalhar ainda mais o processo de construção do letramento a partir do trabalho de interpretação de textos em conjunto, da análise de textos pelo professor e das trocas de opiniões entre os estudantes, buscando consolidar, dessa forma, os pressupostos apresentados acima.

Nesse contexto, o projeto tem como finalidade aprimorar a capacidade de letramento dos alunos e desenvolver possibilidades de trocas de informações, ideias, a partir da leitura de textos junto com seus pares e com o professor, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de interpretação, leitura e escrita dos estudantes.

Acompanhamento pedagógico de Matemática

- **Raciocínio em ação**

A oficina “Raciocínio em ação” busca através do lúdico, envolver os estudantes nas brincadeiras, jogos e desafios apresentados e construídos. Os vários conteúdos matemáticos são trabalhados de forma prazerosa, a fim de possibilitar a percepção pelos estudantes de que é possível aprender matemática de forma divertida, bem como contribuir para o aumento da criatividade, criticidade, inventividade, capacidade de resolver problemas, além de ensinar também aos estudantes a lidarem com sentimento de perda, ganho e respeito a regras.

Devemos, pois, buscar nas situações caseiras, do comércio, dos esportes, das artes e do mundo lúdico a compreensão matemática das relações que constituem essas situações, por exemplo: como mudar uma receita, respeitando suas proporções; como se organiza um extrato bancário; como se organiza uma tabela de um campeonato (...). É necessário compreender que a matemática não é um conhecimento preso ao contexto escolar, mas, ao contrário, constitui-se em elemento da cultura passada, presente e futura, e o seu ensino e a atuação do professor devem ter essa cultura como primeira e mais importante referência. (MUNIZ, 2007)



Nesse contexto, a oficina tem como finalidade desenvolver a capacidade de raciocínio lógico-matemático de uma forma ampla, não por meio de uma explicação formal, mas a partir da contextualização da matemática em nosso dia a dia, da conscientização da relevância dessa linguagem para a nossa vida e da demonstração do seu aprendizado de forma lúdica e prazerosa. Dessa forma, o projeto pauta-se no desenvolvimento de atividades a partir dos usos de: dominós, xadrez, baralho matemático, bingo, jogo da memória, mercadinho, jogo com material dourado entre outros.

Atividades culturais, artísticas e esportivas

- **Musicando** (Musicalização)
- **Expressão em Cena** (Teatro)
- **Mãos à obra** (Artesanato)
- **O som do silêncio** (Meditação)
- **Esporte e vida** (Esporte)

“Cada ser humano tem uma combinação única de inteligência. Esse é o desafio educativo fundamental” (GARDNER, 1994). Durante muito tempo, a escola apenas teve como foco de ensino e medição da inteligência a partir da capacidade cognitiva dos indivíduos, sendo este o único meio de desenvolvimento da capacidade humana dito relevante, todavia um cientista, psicólogo e neurologista norte-americano: Howard Gardner apresentou um novo modelo de compreensão das habilidades humanas: a teoria das múltiplas inteligências, que hoje é um pressuposto teórico para a nossa prática escolar. Atualmente, sabe-se que o estudante precisa desenvolver-se como um todo em diferentes habilidades e que cada indivíduo apresenta capacidades mais aguçadas em habilidades específicas, nesse contexto, é papel da escola aperfeiçoar essas habilidades e também desenvolver as que não se apresentam tão latentes. Como afirma Gardner (1994), “podemos ignorar as diferenças e supor que todas as nossas mentes sejam iguais ou podemos aproveitar essas diferenças” (GARDNER, 1994).



Esse, portanto, é um dos papéis da Escola Classe 116 de Santa Maria e da Educação Integral: aproveitar e desenvolver as diferentes habilidades dos estudantes, visto que elas não necessariamente estão separadas e o desenvolvimento de uma possibilita, em muitos casos, o melhor desempenho em outra.

A arte promove a ampliação do conhecimento de mundo que a criança já possui. Nas aulas de Educação e Arte (Música, Artesanato e Teatro) os pequenos exploram, sentem, agem, refletem, expressam-se, elaboram sentidos de suas experiências e, a partir disso, constroem significações sobre como se faz, o que é, para que serve o fazer artístico no mundo. Além disso, sendo um dos pilares da música e do teatro, o público torna-se essencial na conjunção do fazer artístico. A criança, ao trabalhar e expor a sua arte ao outro se torna um indivíduo capaz de perceber e valorizar a alteridade, aprende a enfrentar e lidar com a inibição, desenvolve a habilidade de tomar decisões, de lidar com o imprevisto e, conseqüentemente, de resolver problemas frente aos seus colegas.

Por fim, o Esporte e a Arte são importantes fatores para o desenvolvimento da disciplina, do espírito de superação e da atenção, por isso, com a finalidade de também desenvolver a capacidade de foco dos estudantes, os projetos mencionados acima foram criados.

Atividades de formação de hábitos

- **Educação à mesa**
- **Me cuidando**

“Os hábitos, conforme afirmam os cientistas, surgem porque o cérebro está o tempo todo procurando maneiras de poupar esforços. (Duhigg, 2012). Segundo Charles Duhigg em “O poder do hábito”, os hábitos são construções cerebrais que podem ser moldados e mudados a qualquer momento. Ele surge porque o cérebro está sempre buscando padrões para se seguir, a fim de realizar um esforço mínimo e guardar sua energia para quando necessário e, nesse caso, quando a ação já está arraigada, ela torna-se automática e o indivíduo passa a nem perceber o que se está fazendo.

Ter bons hábitos é excelente para o desenvolvimento do ser humano, porém nem todos vão agregar de forma positiva, e assim como um bom hábito está arraigado um mau



hábito também está, e felizmente podemos mudá-los, ainda que seja por meio de dedicação e repetição. Desta forma, os projetos são desenvolvidos com o objetivo de formar bons hábitos, visto que cada estudante tem uma história e hábitos próprios trazidos do seio familiar, por vezes bons, por vezes ruins.

Com a finalidade de melhor organização do horário do almoço e da formação desses hábitos neste momento, foi desenvolvido o projeto “Educação à Mesa”, no qual se pautou em aulas de etiqueta e de “bons modos” durante as refeições a fim de conscientizar os estudantes e colaborar para uma melhor organização do momento do almoço. A partir do processo de repetição, novos hábitos podem ser criados e, após a sua concretização, as ações se tornam naturais e exigem o mínimo esforço, assim trazemos a internalização de um bom hábito ao estudante.

Da mesma forma, com a finalidade de desenvolver hábitos mais saudáveis em relação à higiene pessoal de cada estudante, foi desenvolvido o projeto “Me cuidando”, que promove momentos de autocuidado por meio da escovação de dentes e atividades que zelem pelo bem estar do corpo.

5. Avaliação

A avaliação está diretamente ligada com a definição dos objetivos específicos. É um instrumento essencial para registro das competências que os alunos adquiriram. A abordagem didática específica destas áreas implica a escolha de instrumentos de avaliação diversificados. A avaliação formativa, que é de caráter contínuo, permite acompanhar frequentemente o desenvolvimento dos alunos. Na intenção de formalizar os registros, a equipe utiliza fichas de observação, uma lista de verificação e registros diários sobre casos específicos. Quando necessário, outros meios, tais como o dossiê individual, as fichas de auto-avaliação, os trabalhos individuais e coletivos também podem ser empregados.

6. Conclusão

No ambiente escolar, os estudantes requerem atenção e atividades específicas, nesse contexto, a escola desenvolve papel fundamental no processo de ensino-



aprendizagem, por isso deve se envolver com o estudante, na intenção de alcançar cada um em suas individualidades.

A Escola Classe 116 acredita e desenvolve o programa de Educação em Tempo Integral com a intenção de ir além da ampliação da jornada escolar, buscando a mudança de visão sobre a educação, apontando para a garantia do aprendizado de leitura e escrita, formação integral da criança e ainda, inserir um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

7. Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais no método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

COZ, B. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUHIGG, Charles. O poder do hábito. Rio de Janeiro, ed. objetiva, 2012.

FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARDNER, H. Estruturas da Mente - A teoria das inteligências múltiplas. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MUNIZ, Cristiano Alberto. Pedagogia, educação e linguagem matemática. Universidade de Brasília, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia. –São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

SANTOS, Marcos Pereira. Dificuldades de Aprendizagem na Escola: Um Tratamento Psicopedagógico. – 1o.ed. – Wak, 2012.



SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 2006.

SOUZA JARDIM, W. R. Dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental: manual de identificação e intervenção. São Paulo: Loyola, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. Concepções de linguagem. In: _____. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

WERNER, Jairo. Saúde & Educação Desenvolvimento e Aprendizagem do Aluno. -- 1º ed. -- Gryphus, 2001.



INFORMÁTICA NA ESCOLA: COMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DA APRENDIZAGEM



Professoras:
Laurinda do Nascimento costa
Andreia Pereira de Souza

Santa Maria, abril de 2023



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



Introdução

Partindo do pressuposto de que as tecnologias da informação e comunicação exercem um enorme fascínio sobre o público infantil, o laboratório de informática na escola torna-se uma ferramenta eficiente no apoio à aprendizagem, uma vez que faz parte do cotidiano dos estudantes, desperta o interesse dos mesmos e possibilita o acesso a uma fonte inesgotável de conhecimentos através da internet e favorece o contato e interação com culturas diversas. Dessa forma o Laboratório de Informática da escola torna-se um incentivo a mais ao trabalho executado pelo professor em sala de aula, principalmente em relação aos alunos desmotivados e com dificuldade de aprendizagem.

O uso da tecnologia não como “máquina de ensinar”, mas, como uma nova mídia educacional: o computador passa a ser uma ferramenta educacional, uma ferramenta de complementação, de aperfeiçoamento e de possível mudança na qualidade de ensino (VALENTE, 1993, p. 5).

Com o objetivo de desenvolver e melhorar a qualidade da aprendizagem, as escolas aderem cada vez mais ao uso das NTICs na educação. Segundo Valente (1997), a história da Informática na Educação no Brasil data de mais de 20 anos. Nasceu no início dos anos 1980, sendo considerada por órgãos governamentais como um fator para promover o avanço científico e tecnológico da sociedade, e se estabeleceu através de diversas atividades e programas, permitindo que essa área hoje tenha uma identidade própria e raízes sólidas. Porém, a disseminação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas escolas brasileiras tem tomado caminhos diferentes dos outros países. Apesar disso, os avanços pedagógicos conseguidos através da informática são similares.

JUSTIFICATIVA

A sala de aula com o quadro branco à frente e cartazes emoldurando as paredes já não bastam para chamar atenção de nossos alunos e despertar nos



mesmos a vontade de aprender, pois fora da escola muitos tem acesso a computadores com internet, smartphones, tablets e outras tecnologias que proporcionam entretenimento e possibilidade de acesso rápido aos conhecimentos que necessitam no cotidiano. Dessa forma a utilização do laboratório de informática como espaço de complementação e expansão da aprendizagem torna se um recurso importante na busca de uma educação de qualidade.

OBJETIVOS

Gerais:

- I - Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na escola;
- II - Utilizar os recursos disponíveis no Laboratório de Informática da escola como complementação e expansão da aprendizagem;
- III - Utilizar atividades e jogos educativos disponíveis em sites próprios.

Específicos:

- I - Utilizar os softwares Jclic e a plataforma Scratch para desenvolver jogos, animações e introduzir noções de lógica da programação;
- II - Fazer animação de Desenhos do aluno e outros no site <https://sketch.metademolab.com/>
- III - Utilizar os aplicativos Gcompris e Tux Math para trabalhar conteúdos programáticos e jogos pedagógicos diversos;
- IV - Realizar pesquisas e atividades online com a orientação do professor;

METAS

O público atendido é composto por alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Com o desenvolvimento do trabalho proposto espera se que esses alunos alcancem avanços significativos em seu desempenho escolar, pois grande parte desses alunos são oriundos de famílias carentes e embora as NTICs sejam



realidade para muitos, grande parte desses alunos não conta com computador e acesso a internet em suas casas. Dessa forma o computador da escola é a única opção de acesso à internet. As atividades desenvolvidas no laboratório não consistem em cursos de informática, e sim na utilização da informática como potencializador da aprendizagem inserindo a mesma em todas as disciplinas ministradas na escola.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Com o objetivo de alcançar as metas traçadas implementamos algumas ações que visam aumentar o desempenho de nossos alunos:

I - Fazer animação de desenhos dos alunos no site(<https://sketch.metademolab.com/>);

II - Trabalhar noções básicas de programação através da criação de jogos e animações com o software **Jclíc** (<https://clic.xtec.cat/legacy/en/jclic/download.htm>) e a plataforma **Scratch** (<https://scratch.mit.edu/>);

III - Utilização dos aplicativos Gcompris e Tux Math como reforço dos conteúdos trabalhados em sala.

IV - Sugerir e facilitar a utilização de sites com atividades educativas.

A professora Laurinda é responsável pelo atendimento no turno matutino e a professora Andreia pelo turno vespertino.

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO

As professoras, **Laurinda do Nascimento Costa** e **Andreia Pereira Souza**, professoras readaptadas, são as responsáveis pela proposta.

DEMAIS ENVOLVIDOS

Professores da escola, coordenadores, equipe gestora e alunos da escola.

CRONOGRAMA

As atividades serão realizadas no decorrer do ano letivo. As turmas da escola



serão atendidas em dois grupos denominados “A” e “B”, com atendimento quinzenal, e duração de 50 minutos.

AValiação

A avaliação será contínua, através da observação do desenvolvimento dos alunos e das opiniões de professores, equipe gestora, pais e alunos.

BIBLIOGRAFIA

VALENTE, J. A. Computadores e conhecimento: repensando a educação. Campinas: UNICAMP. 1993. <http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>. Acesso em: 02.03.2017



BIBLIOTECA ESCOLAR: PROJETO LER ARTE



PROFESSORES:

Denílson Araújo

Patrícia Alves Breyer

Santa Maria, abril de 2023



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



INTRODUÇÃO

O papel da escola é fundamental no processo de criar no aluno o hábito pela leitura. São muitas as atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula.

A leitura tem impacto sobre todas as outras matérias escolares. E é um fator importante para o processo de ensino aprendizagem. A ideia é oferecer ferramentas que ajudam a desenvolver toda a capacidade dos alunos em sala de aula. Incorporar a leitura à rotina dele.

Tudo começa com a doação de livros, aquisição de acervo literário, caixa estante, caixa do PNLD/FNDE, projeto trilhas, revistas, jornais, gibis e outros. Com todo esse suporte surgem as oficinas de arte, música, interpretação teatral complementam o projeto, mas a principal característica é a mediação com a leitura.

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver no educando o hábito pela leitura e pela escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar o desenvolvimento curricular, articulando a Biblioteca com as estruturas pedagógicas e os professores, proporcionando abordagens diversificadas no processo de ensino e aprendizagem, de modo a promover o sucesso escolar;
- Dinamizar atividades culturais e lúdicas, oficinas de artes que contribuam para enriquecimento curricular, desenvolver assim o hábito pela leitura;
- Criar espaços para exposições, encontro de escritores, concursos de leitura e escrita, feiras de livros, destaques de livros, notícias de interesse escolar e comunitário e trabalhos elaborados pelos alunos;
- Fornecer material bibliográfico aos professores e estudantes.

DESENVOLVIMENTO

A biblioteca escolar - através das artes cênicas, artes visuais, música e dança, interpretando textos e livros do acervo literário - estimula o interesse, o hábito pela



leitura, o debate de temas, a pesquisa e a apreciação de diferentes autores e ilustradores.

O espaço também oportuniza empréstimo de livros literários aos alunos, exposições temáticas e Oficinas de Artes (Releitura de obras literária).

Os envolvidos nesse projeto, também ajudarão a escola na realização de algumas ações, bem como nas atividades desenvolvidas na própria biblioteca, a saber:

HORA DA BIBLIOTECA

A biblioteca dispõe de períodos de agendamentos para a realização de atividades no seu espaço. O professor utiliza o espaço para o desenvolvimento de atividades voltadas a leitura e preparadas previamente nos planejamentos setorizados: leitura deleite, leitura individual, leitura em dupla, contação de histórias, interpretação oral e escrita de livros, etc.

VIRTUALTECA

Com o advento da pandemia causada pelo covid-19 fez-se necessário a criação de mecanismos para fomentar o acesso a leitura e a continuação dos trabalhos desenvolvidos pela biblioteca, deste modo a virtual teca EC 116 foi criada seguindo o GPLEI em seu Guia de Orientações para os Profissionais Atuantes em Bibliotecas Escolares e Escolares-Comunitárias em Contexto de Atividades Escolares durante a Pandemia de Covid-19.

A virtualteca (<http://gg.gg/virtualteca>) em sua plataforma tem abas específicas: artes, contos/poesia, culinária, gibis, literatura infanto juvenil e jogos. Cada aba tem vídeos, voltados para a mediação de leitura (contação de histórias, leitura de livros ou de trechos de livros), vídeos de artesanatos, vídeos referentes as datas comemorativas, receitas entre outros; catálogo com lista de links para acesso a bibliotecas; lista de links relativos a vídeos e livros digitais gratuitos; lista de plataformas de jogos educativos virtuais e gratuitos.



Outra atividade desenvolvida pela equipe da virtualteca são as Lives com escritores objetivando a interação entre os alunos e autores, de modo que os estudantes se sintam motivados com o universo literário.

O acesso ao site deve ser realizado pelo email @edu, fornecido pela SEDF.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada ao longo do processo pela equipe da Biblioteca nas coordenações coletivas junto aos professores, análise dos resultados obtidos junto à equipe gestora e comunidade escolar.



PROJETO

EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO

Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental





GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) apresenta o Projeto Educação com Movimento (PECM) para a rede pública de ensino, orientando a inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O documento reúne concepções, princípios, procedimentos e instrumentos avaliativos que norteiam a organização do trabalho pedagógico e administrativo desse profissional em consonância com os documentos curriculares norteadores da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O Projeto Educação com Movimento tem como finalidade precípua a ampliação das experiências corporais dos estudantes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de Educação Física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

A partir dessa política desenvolvida pela Gerência de Educação Física e Desporto Escolar, da Diretoria de Programas Institucionais, Educação Física e Desporto Escolar, em parceria com as Diretorias de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, espera-se contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, possibilitando uma formação integral crítica e integrada ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

OBJETIVO GERAL

Implementar a política pública de educação denominada Educação com Movimento na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, ampliando as experiências corporais mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de Educação Física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explorar os conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica, a dança e conhecimentos sobre o corpo, integrando-os aos objetivos e conteúdo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Estimular a interdisciplinaridade na intervenção pedagógica do professor de educação física, por meio do planejamento e atuação integrada ao trabalho do professor de atividades, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola e com o currículo da educação básica;
- Fortalecer o vínculo do estudante com a escola, considerando as necessidades da criança de brincar, jogar e movimentar-se, utilizando as estratégias didático-metodológicas da educação física na organização do trabalho pedagógico da escola.

A inserção da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A inserção da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não é uma proposta nova. Algumas iniciativas foram conduzidas em Minas Gerais, Amazonas e no município de Goiânia, despontando no Distrito Federal, no final dos anos 50 e início dos 60, com Anísio Teixeira, ao pensar o projeto de educação para a Capital da República¹. A iniciativa, que seria referência nacional, implementou-se, à época, no projeto denominado Escola-Parque, inserindo o componente curricular Educação Física, entre outros, para estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, proposta esta que perdura até os dias atuais.

Em 2012, inspirada na experiência da Escola Candanga (1997), a Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, em parceria com a Coordenação de Ensino Fundamental da Subsecretaria de Educação Básica, e com o apoio da Subsecretaria de Gestão de Pessoas passa a desenvolver o Projeto Educação com Movimento

¹ TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. 1967. p.246-253.



(PECM), inserindo progressivamente o professor de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O PECM, vem expandindo progressivamente sua organização no atendimento dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, em 2014, passou a atender a Educação Infantil, inserindo-se no planejamento das políticas públicas educacionais constantes no Plano Distrital de Educação (PDE) e no planejamento estratégico da SEDF.

A ampliação desse atendimento para a Educação Infantil e a integração à política de Educação Integral requerem orientações didático- pedagógicas e administrativas que possibilitem a atuação conjunta entre o professor de educação física e o professor de atividades, com o partilhamento entre estes docentes, do planejamento e as ações voltadas para o trabalho com a cultura corporal das crianças.

O Currículo e os fundamentos norteadores do trabalho pedagógico do professor de Educação Física

A Educação Física no sistema público de ensino do Distrito Federal é orientada pelo Currículo da Educação Básica, que apresenta as concepções, objetivos e conteúdos nas etapas e modalidades da educação. Este documento é a base do trabalho pedagógico do professor na escola. Discutido amplamente pelos educadores da rede pública, o Currículo é a materialização dos desejos e anseios da comunidade escolar. Ressalta-se que as orientações para o trabalho pedagógico não se configuram como um “manual”, e sim, como um documento orientador crítico que tem por objetivo pensar, articular, organizar, desenvolver e avaliar as práticas educativas das unidades escolares de forma qualificada.

A prática pedagógica do professor de Educação Física, integrada à prática pedagógica do professor de atividades, tem como objetivo fortalecer e enriquecer o trabalho educativo com a criança na educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. As aulas de educação física nestas etapas da educação básica visam à ampliação do acesso às manifestações da cultura corporal, possibilitando o desenvolvimento da linguagem corporal, umas das formas proeminentes de aprendizagem do ser humano na perspectiva da Educação Integral.



Espera-se, com essa lógica curricular, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valorização entre um tempo de alegria, caracterizado por atividades não convencionalmente escolares, e um tempo de tristeza, caracterizado pelo conteúdo formal e acadêmico [...] (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno de Pressupostos Teóricos, 2014, p.25).

Assim, compreende-se que o PECM colabora para uma transformação no cotidiano da escola, onde Educação Física e pedagogia se unem, dividindo conhecimentos e espaços antes inexplorados. É sabido que a escola tradicionalmente tem lidado de forma pouco flexível com a corporeidade das crianças, consolidando uma prática social sem ouvir as necessidades destas. De acordo com Costa (2000), as práticas escolares não percebem as crianças como sujeitos com opiniões próprias e contribuições a dar, pormenorizando as capacidades de criação e recriação de suas realidades, suas produções e culturas.

As ações psicomotoras e intelectuais, tais como o brincar, o jogar, são, portanto, produções corporais indivisíveis não apenas na criança, mas em qualquer ser humano. A fragmentação corpo e mente tem sido um paradoxo à escola pública na busca pela formação integral dos estudantes.

Diferente da visão psicológica idealista acerca da criança onde esta era paparicada ou vista como um adulto em miniatura (LAPIERRE E AUCOUTURIER, 1984), a criança vivencia o mundo ao seu redor de forma única. Não é mais possível formas de organização do trabalho pedagógico em que se acredita ser possível educar a criança, dividindo-a em corpo e mente, ou seja, a sala de aula como sendo o espaço da aprendizagem e da seriedade, e o espaço do pátio ou da quadra de esportes como sendo o espaço da recreação, e secundário ao processo de ensino e aprendizagem.

A criança aprende por meio do movimento de saltar, correr, chutar, arremessar, rolar, transpor barreiras por meio de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas. A aquisição de habilidades básicas e controle corporal permitem à criança aprimorar seus gestos e expressões de forma a possibilitar interações humanas mais diversas, no caso da Educação Física, pautadas pela ludicidade e pela conquista da autonomia e autoconfiança.



Conforme Rodrigues (2005), a linguagem corporal precede a comunicação humana e invariavelmente transcende às demais formas de comunicação. A incontestável importância das brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes e ginásticas e conhecimentos sobre o corpo na construção do acervo cultural e cognitivo de nossos estudantes, desde seu ingresso na educação infantil, demonstra a relevância do professor de educação física na abordagem dessa linguagem em articulação com os objetivos e conteúdos da Educação Básica previstas no Currículo.

Assim, os professores devem proporcionar metodologias nas quais estão envolvidos – o(a) professor(a) de atividades, regente da turma, o coordenador pedagógico local, os gestores, orientadores educacionais e demais integrantes do corpo docente – para a concretização de uma proposta curricular integrada.

Dessa maneira, o planejamento e a intervenção do professor de educação física articulam-se ao planejamento e intervenção do professor de atividades, ou seja, requerem o exercício dos princípios epistemológicos, interdisciplinaridade, relação teoria e prática, flexibilização e contextualização (DISTRITO FEDERAL, Caderno Pressuposto Teóricos, 2014, p. 66) por ambos os profissionais na organização do trabalho pedagógico. Essa perspectiva enfatiza a presença do professor de atividades como observador participante no processo ensino-aprendizagem conduzido pelo professor de educação física, visando à compreensão da especificidade da intervenção pedagógica desenvolvida por meio da cultura corporal.

Reciprocamente, o professor de Educação Física buscará se aproximar do ambiente de aprendizagem e desenvolvimento propiciado pelos professores de atividades, criando condições para que ambos possam desenvolver o processo interdisciplinar no que se refere ao planejamento, execução e avaliação de suas intervenções pedagógicas.

Base Curricular orientadora dos Anos Iniciais do Ensino do Ensino Fundamental

A Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental representa um avanço na compreensão da importância da cultura corporal do movimento na organização curricular da escola. As práticas corporais assumem grande importância nesta etapa, não apenas porque proporcionam às crianças momentos de ludicidade,



mas porque o movimento corporal está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento das crianças.

A formação integral da criança tem como ponto de partida a prática social por meio da brincadeira, do jogo e de movimentos básicos, “vivenciados em atividades orientadas, de iniciação das danças, de ginásticas e de jogos pré-desportivos, entre outras atividades que, ao oportunizar as aprendizagens, favorecem o desenvolvimento geral do estudante” (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno dos Anos Iniciais Ensino Fundamental, 2014, p. 20).

Compreende-se que a Educação Física não deve ser tratada como complementar aos outros componentes curriculares. Apesar de ser uma área de conhecimento centrada no movimento humano, está em contato direto com as outras áreas do conhecimento, que possibilitam a interpretação da realidade e a construção da identidade e expressividade por meio da linguagem corporal.

Dessa forma, superam-se abordagens da educação física como ferramenta para canalizar as energias das crianças ou como mera atividade física que busca apenas o aperfeiçoamento motor, sendo apartada do fazer pedagógico da escola.

O planejamento, organização e intervenção pedagógica do professor precisa ter como finalidade a aprendizagem de todos os estudantes, considerando a sua realidade, a sua história de vida e o seu contexto sociocultural. Dessa forma, a interdisciplinaridade precisa ser enraizada nas relações interpessoais no fazer pedagógico do professor, superando abordagens fragmentadas e reducionistas do seu trabalho, equivocadamente centradas no aspecto cognitivo, no mérito individual e no tecnicismo-conteudista.

Neste sentido, o acesso à cultura corporal na escola, deve permitir um estilo pessoal de participação para cada estudante, evitando seguir modelos e estilos estereotipados de movimento e de práticas. O momento é de levar os estudantes à explorarem sua corporalidade, levando em conta seus limites e potencialidades, com o objetivo de ampliar suas possibilidades de movimento, sua autonomia e seu desenvolvimento pleno. A inserção gradativa do professor de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental contribui para o desenvolvimento integral dos



estudantes. Esta conquista vem demonstrando a importância da valorização das práticas corporais inseridas no universo da cultura corporal das crianças.

O professor de Educação Física do PECM deverá elaborar seu planejamento de ensino para esta etapa tendo como base a organização curricular do projeto político-pedagógico da escola, referenciado no Currículo da Educação Básica da SEDF.

Organização do trabalho pedagógico do professor

Ao pensarmos na organização do trabalho pedagógico do professor devemos avaliar que esta organização se dá de um determinado ethos social e histórico. O planejamento faz parte da própria evolução humana, e carrega consigo reflexos do contexto sócio-cultural maior da sociedade.

O planejamento da intervenção pedagógica na escola deve ir além de uma lista de conteúdos e tarefas a serem seguidos. Planejar é pesquisar e construir novas possibilidades críticas acerca da realidade dos estudantes e do próprio professor.

Para Gandin (1994), planejar é decidir que tipo de sociedade e de ser humano são esperados e que tipo de ação educativa será desenvolvida, verificando a distância real desta ação para o resultado esperado. De acordo com Libâneo (2004), o planejamento docente é um processo de racionalização, organização e coordenação prática docente, articulando a ação educativa e a realidade social.

Ao mesmo tempo, o planejamento é um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Assim, o ato de planejar não se reduz ao mero preenchimento de formulários administrativos. É a ação consciente de prever a atuação do educador, alicerçada nas suas opções político-pedagógicas e fundamentada nos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais que envolvem os participantes do processo de ensino-aprendizagem (escola, professores, alunos, pais, comunidade) (MAIA, C. M.; SCHEIBEL, M. F.; URBAN, A. C, 2009, p. 104).

Os professores são os principais sujeitos mediadores do processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar. Este documento se propõe a dialogar e provocar os professores de Educação Física para



que avancem ainda mais no planejamento de suas intervenções pedagógicas nos diversos espaços educativos da escola.

Não existe “fórmula secreta” e nem “receita” para uma intervenção eficiente e eficaz, tendo em vista que a forma de enfrentar a realidade escolar e de resolver problemas está intrinsecamente ligada às especificidades de cada contexto e seus respectivos processos de construção. Essa construção contextual requer o delineamento específico do professor no que tange o conhecimento escolar, pois historicamente a escola tem pormenorizado o saber popular ou tudo que transgrida o conhecimento tradicional, que é transmitido de forma pronta e acabada. Seu papel não é o de mostrar como se faz, mas de provocar os estudantes, a partir da criação de situações desafiadoras, a descobrirem como fazer (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno dos Anos Iniciais Ensino Fundamental, 2014).

As estratégias didático-pedagógicas desafiam e provocam situações de ensino-aprendizagem, levando em conta a historicidade que cada estudante carrega consigo, sua trajetória enquanto ser socialmente em construção, e participante ativo do mundo circundante. E é só desta forma que é possível se organizarem os conhecimentos escolares e, conseqüentemente a prática pedagógica do professor de Educação Física.

Compreende-se que a integração do trabalho dos professores de Educação Física e de atividades se concretiza por meio da participação ativa nos espaços de coordenação pedagógica, cada qual com sua importância e características. Enquanto a coordenação pedagógica coletiva possibilita a unidade e a avaliação dos processos de ensino aprendizagem da escola como um todo, as coordenações pedagógicas por área do conhecimento permitem o estabelecimento da progressão curricular, que considera a abrangência e a profundidade dos conteúdos e objetivos ligados à Educação Física. Por fim, destaca-se a imprescindibilidade da coordenação pedagógica com o professor de atividades, entendendo que este é o momento que possibilita concretamente a interdisciplinaridade.

A sistematização do planejamento do professor de Educação Física, na medida que é integrado ao trabalho pedagógico do professor de atividades, precisa compor a organização curricular do projeto político-pedagógico da escola, entendendo que esse



registro, longe de ser uma demanda burocrática, traz consistência didático-pedagógica e coerência para a intervenção do professor de Educação Física em relação aos outros projetos e atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da unidade escolar. Além disso, possibilita avaliar com maior clareza a organização curricular da Educação Física no que tange a abrangência dos conteúdos da cultura corporal e a profundidade na abordagem desses conhecimentos, dentro do que circunscreve a especificidade da Educação Física escolar.

Ainda no tocante à organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física, salienta-se que a avaliação colabora para uma perspectiva integral de formação. O alinhamento de parâmetros que articulam os níveis de avaliação educacional, entrelaçando os níveis de avaliação desde a avaliação da aprendizagem do estudante, avaliação institucional e avaliação em larga escala ou em rede², preocupa-se com a identificação de potencialidades e fragilidades do Projeto com vistas à assegurar um trabalho integrado e de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino. Os instrumentos de avaliação e a descrição metodológica de quando e com aplicá-los figura na seção posterior referente a este tema.

Princípios de funcionamento

Os princípios de funcionamento do PECM buscam orientar a inserção do professor de Educação Física em consonância com as especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva da formação integral dos estudantes. Esses princípios precisam ser observados no momento de modulação da unidade escolar, no que concerne a quantidade de aulas semanais e de turmas atendidas pelo professor, com vistas assegurar a qualidade da intervenção pedagógica.

Os princípios precisam ser garantidos pela equipe gestora da unidade escolar, em parceria com as Coordenações Regionais de Ensino. O não cumprimento destes poderá acarretar o desligamento da escola, que serão avaliados e orientados pela GEFID.

² DISTRITO FEDERAL. SEDF. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016.



Princípios:

1º O professor de Educação Física deverá ter jornada de 40 horas semanais em regime de jornada ampliada, resguardando o contra turno para as atividades de coordenação pedagógica, com a exceção da situação prevista no 3º princípio;

2º O atendimento do professor de Educação Física na Educação Infantil e/ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá primar em todos os casos pelo planejamento conjunto com o professor de atividades e participação efetiva nos espaços das coordenações pedagógica coletiva e por área do conhecimento. A intervenção pedagógica do professor de educação física deverá ser conjunta com o professor de atividades, firmando uma atuação pedagógica interdisciplinar;

3º Cada professor de Educação Física deverá atender, no mínimo, 10 e, no máximo, 15 turmas. Na Educação Infantil, caso a unidade escolar já possua o professor e o número de turmas, por período, for inferior a 10, o docente poderá atender no regime de 20 h mais 20 h, desde que sejam preservados os momentos de coordenação pedagógica com o professor de atividades, em ambos os turnos;

4º O desenvolvimento do Projeto, quanto ao quantitativo de aulas e à duração, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental será organizado assim: duas intervenções semanais de 50 minutos, evitando-se aulas duplas ou em dias consecutivos;

5º Na Educação Infantil o professor de Educação Física deverá atender, prioritariamente, os estudantes do 2º período (5 anos), expandido gradativamente para o 1º período;

6º Nos Anos iniciais do Ensino Fundamental será priorizado o atendimento das turmas de 5º ano, expandindo para as turmas de 4º, 3º, 2º, 1º, até que se complete o máximo de 15 turmas. Caso não se consiga atender todas as turmas de um mesmo ano, poderão ser reduzidos os atendimentos deste ano para uma aula semanal.

Metodologia

O desenvolvimento metodológico do PECM foi elaborado com vistas a assegurar o trabalho interdisciplinar, operacionalizando a inserção do professor de



Educação Física na organização escolar da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com isso, estabeleceram-se as rotinas da regência do professor em um dos turnos, garantindo o outro para a realização das coordenações pedagógicas, cursos de formação continuada e realização das reuniões ordinárias do Projeto.

Salienta-se que a organização proposta na Tabela 01 faz referência ao atendimento em regime de jornada ampliada de 40 horas semanais do professor de Educação Física, exigindo adaptações para o cumprimento dos princípios do Projeto no caso da atuação de professores em regime de 20h/20h.

Tabela 01

Organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física

Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Matutino	Regência	Regência	Regência	Regência	Regência
Vespertino	Coordenação Pedagógica Individual	Coordenação Pedagógica Interdisciplinar / reuniões do Projeto	Coordenação Pedagógica Coletiva	Curso de Formação Continuada/ Coordenação Pedagógica por área	Coordenação Pedagógica Individual
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Matutino	Coordenação Pedagógica Individual	Coordenação Pedagógica Interdisciplinar / reuniões do Projeto	Coordenação Pedagógica Coletiva	Curso de Formação Continuada / Coordenação Pedagógica por área	Coordenação Pedagógica Individual
Vespertino	Regência	Regência	Regência	Regência	Regência



Conforme a tabela apresentada, destaca-se um dos turnos para a realização das aulas de educação física, entendendo a necessária integração dessas intervenções com o professor de atividades para possibilitar o exercício da interdisciplinaridade. O processo de ensino de Educação Física, além de contribuir para ampliação do acervo cultural e corporal dos estudantes, possibilita o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos relacionados às mais diversas áreas do conhecimento tanto na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dessa maneira, a observação participante do professor de atividades pode direcionar as intervenções didático-pedagógicas no sentido de qualificar as brincadeiras, jogos, esportes, ginásticas, lutas, danças e conhecimentos sobre o corpo para um processo de ensino integral dos estudantes, envolvendo conteúdos das áreas do conhecimento linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino religioso, no caso dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das linguagens corporal, oral, escrita, matemática, artística, digital, interações com a natureza e com a sociedade e cuidado consigo e com o outro, no caso da Educação Infantil.

O outro turno fica destinado às atividades de planejamento e de formação continuada para o professor de educação física, das quais destacam-se os momentos de coordenação pedagógica, indispensáveis à integração do seu trabalho ao projeto político-pedagógico da unidade escolar, em especial à coordenação pedagógica com o professor de atividades. Ainda serão realizadas reuniões pedagógicas, coordenadas pela GEFID/DIPEF/COETE/SUBEB, com o objetivo de socializar as experiências pedagógicas e, ao mesmo tempo, adquirir orientações administrativas e didático-metodológicas que viabilizam o desenvolvimento do Projeto.

Visando manter uma atualização constante e aprofundar as especificidades da Educação Física nessas etapas de ensino, também faz-se necessária a participação desses professores em cursos de formação continuada, promovidos anualmente pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) em parceria com a GEFID.

O processo de registro administrativo e pedagógico do professor de Educação Física vincula-se identicamente aos procedimentos de escrituração da Carreira



Magistério Público da SEDF, com assinatura de folha de ponto e preenchimento de diário de classe, elaborado em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV) em formato impresso, diário eletrônico e virtual, este último em fase de desenvolvimento.

Além dos procedimentos padrão de escrituração, o PECM prevê instrumentos de avaliação próprio que visam orientar numa perspectiva formativa de avaliação da aprendizagem e avaliação institucional dos professores, gestores e estudantes envolvidos no Projeto.

Ao final de cada ano, o professor de educação física deverá elaborar um relatório em formato de portfólio apresentando suas experiências desenvolvidas na escola. Os instrumentos encontram-se explicitados e detalhados na seção de avaliação.

Critérios de Expansão

A expansão do Projeto Educação com Movimento em toda a rede pública de ensino do Distrito Federal visa universalizar o acesso à Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, indicam-se alguns critérios que orientam a definição das unidades escolares aptas a integrar o PECM, considerando o melhor aproveitamento dos recursos humanos desta Secretaria, bem como a continuidade do atendimento do estudante na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Ressalta-se que os critérios não definem as unidades escolares a receber o PECM, tão somente identificam as escolas qualificadas para o atendimento, considerando a política de gestão de pessoas em direção à universalização do atendimento da educação física nas etapas contempladas pelo Projeto. Abaixo estão listados, por ordem de prioridade, os critérios de expansão:

- 1º Equilíbrio proporcional entre os Jardins de Infância, Centros de Educação Infantil, Escolas Classes, CAIC atendidos por Coordenação Regional de Ensino (CRE);
- 2º Prioridade para as unidades escolares que atendam de 10 a 15 turmas, otimizando desta forma os Recursos Humanos do Projeto, com prioridade para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental em relação à Educação Infantil;



- 3º Preferência para unidades escolares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que são sequenciais em relação à Educação Infantil;
- 4º Prioridade para unidades escolares com instalações físicas adequadas para a prática da Educação Física;
- 5º Manifestação da equipe gestora comprometendo-se com o PECM, por meio de Termo de Compromisso (Anexo 1) e sua inserção no Projeto Político- Pedagógico da unidade escolar;

Esses critérios precisam ser considerados anualmente, levando em conta o atendimento do Projeto nas distintas Coordenações Regionais de Ensino, o quantitativo de turmas e estudantes nas unidades escolares, bem como o interesse das equipes gestoras em contrair as responsabilidades inerentes ao Projeto.

Avaliação

O ato de avaliar assume diferentes significados de acordo com o contexto de sua aplicação e com os objetivos de quem o aplica. No campo educacional a avaliação consiste em um conjunto de procedimentos e técnicas de registro, observação e mensuração de dados referentes às condições, processos, concepções, objetivos e conteúdos da educação na perspectiva da definição de prioridades para a elaboração e retroalimentação do planejamento.

Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Embora a avaliação seja um termo polissêmico, entende-se que instrumentos/procedimentos pelos quais a análise qualitativa se sobreponha àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira mais justa o ato avaliativo. Dessa sobreposição decorrem o olhar e a intervenção humana que os sistemas computadorizados, por si só, não são capazes de atingir. (DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, SEDF, 2014-2016. p. 12).

A avaliação tem como objetivo compreender as especificidades de cada unidade escolar em seus três níveis (aprendizagem, institucional e em redes), considerando a gestão, o professor e o estudante. A construção do processo avaliativo deve se orientar pelo Projeto Político-Pedagógico da escola, sendo construído de



forma coletiva e democrática, tendo como referência o Currículo da Educação Básica do Distrito Federal e os outros documentos norteadores do trabalho pedagógico, em especial, as Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal.

É importante considerarmos que nestas etapas, de maneira predominante, faz-se presente a avaliação formativa e participativa, onde o professor não pode se limitar a observar, devendo integrar as brincadeiras, jogos e atividades lúdicas de maneira corporal e colaborativa. Tal envolvimento no desenvolvimento das práticas pedagógicas nas aulas de educação física possibilita a observação sistemática das aprendizagens e do desenvolvimento dos estudantes de forma muito mais intensa e concreta, pois é vivenciando que o professor sente e pode, de fato, analisar os avanços e desafios enfrentados pelas crianças, considerando que nesta fase há um predomínio das relações afetivas.

Nesse sentido, avaliar no contexto das aulas de Educação Física, em qualquer tempo e em qualquer espaço, não pode se resumir à aplicação de atividades corporais mecânicas e repetitivas, muito menos à aplicação de uma avaliação quantificadora que tenha como eixo orientador movimentos desconexos, desarticulados e sem qualquer relação com a cultura e com a história de cada estudante e de sua comunidade.

Os instrumentos de avaliação apresentados neste documento não pretendem ser as únicas ferramentas de investigação da realidade, podendo o professor acrescentar novos itens para avaliação, caso considere que os itens propostos não atendam completamente aos objetivos planejados por este. É importante que o preenchimento do instrumento de avaliação do estudante seja feito em conjunto com o professor de atividades e o professor de educação física, para que se possa ter uma melhor visão sobre o desenvolvimento do estudante.

Para tanto, o Projeto adota os seguintes instrumentos de avaliação:

Modelo de Portfólio do Projeto (Anexo 2):

O Portfólio é parte integrante do processo avaliativo do Projeto. Deve ser entregue à GEFID, ao final do ano letivo formato virtual e impresso. Os itens constantes do portfólio tem papel fundamental nas ações e planejamentos futuros. É



por meio deles que são elaborados os relatórios anuais, o planejamento para o ano seguinte, bem como serão identificadas as fragilidades na execução do Projeto. Os itens relativos aos planejamentos e atividades são aproveitados para a elaboração e atualização de cadernos pedagógicos e para a montagem de vídeos que divulguem as estratégias positivas utilizadas pelos(as) professores(as) - Videoteca.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos estudantes (Anexo 3).

A avaliação realizada pelos estudantes tem como objetivo verificar o alcance do Projeto na visão dos seus beneficiários. As questões apresentadas visam diagnosticar a percepção do estudante em relação aos benefícios individuais como também sobre o funcionamento do Projeto. Tendo em vista o elevado número de estudantes é recomendado que a avaliação seja realizada por amostragem aleatória, nas diversas turmas atendidas, utilizando, aproximadamente, 5 estudantes por turma. Neste instrumento deve ser lançado o resultado do total de estudantes respondentes de acordo com os itens apresentados, e nas questões abertas as opiniões dos estudantes devem ser colocadas em forma de tópicos, constando como anexo do portfólio.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos professores de atividades (Anexo 4).

Este modelo de avaliação busca analisar o Projeto pela percepção do(a) professor(a) de atividades, principalmente nos aspectos relativos ao desenvolvimento do estudante e sua relação com o planejamento e atuação conjunta com o(a) professor(a) de educação física. Para a inclusão no portfólio, deve ser anexada apenas uma ficha com os dados gerais, sendo que os comentários devem ser colocados em forma de tópicos.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos gestores (Anexo 5);

A avaliação realizada pelo gestor da unidade escolar objetiva acompanhar a realização do Projeto na visão deste em âmbito local. Neste instrumento existem campos para observações mais abertas, onde poderão ser detalhadas as opiniões destes gestores de forma mais ampla. Os dados obtidos servirão para retratar o andamento do Projeto e a identificação de fragilidades que possam ser corrigidas a



nível local e central, para o alcance mais abrangente de suas finalidades. Também deve ser anexado ao portfólio.

Modelo de Avaliação pedagógica dos estudantes (Anexo 6).

Esta avaliação visa acompanhar o desenvolvimento dos estudantes em suas diversas dimensões, conforme estabelecido na perspectiva de uma Educação Integral. Além das afirmações ali contidas, o professor tem a liberdade de incluir outras que não estejam contempladas, mas que se adequem melhor ao seu plano de ensino. Os dados constantes desta ficha de avaliação devem ser utilizados para subsidiar os(as) professores(as) de atividades na elaboração dos registros avaliativos da Educação Infantil (RDIA) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rav).

Referências

ANTUNES. Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp. 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. revista e atualizada, São Paulo: Editora Moderna, 1994.

BETTELHEIM, Bruno. Uma vida para seu filho. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, v. 7, 1997.

_____. Lei Federal nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, D.O.U. 23 de dezembro de 1996. Brasília: Centro Gráfico, 1996.



_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Secretaria de Educação Básica - Brasília, DF: 2006.

COSTA, Márcia Rosa. Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação. Porto Alegre, 218 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UFRGS. 2000.

DISTRITO FEDERAL. FEDF. Projeto Educação com Movimento, 1997.

_____. Plano Distrital de Educação – PDE, 2015. p. 116.

_____. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016.

_____. Projeto Educação com Movimento. Educação Física nos Anos Iniciais, 2011.

_____. Currículo em Movimento da Educação Básica, 2014.

ENGUITA, M. Fernández. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1989.

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1994.

FIGUEIREDO, M. X. Bonorino. A corporeidade na escola: análise de brincadeiras, jogos edesenhos de crianças. Pelotas: Editora Ufpel, 1999.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUNDY, S. J.; Kemmis, S. Educational action research in Australia: the state of the art. Geelong: Deakin University Press, 1982.



LAPIERRE, A. AUCOUTURIER, B. Fantasmas corporais. São Paulo: Ed. Manole, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica. Campinas: Papyrus, 1992.

MAIA, C. M.; SCHEIBEL, M. F.; URBAN, A. C. Didática: organização do trabalho pedagógico. Curitiba: IESDE. 2009. 340p.

NICOLAU, M. L. Machado. A educação pré-escolar (fundamentos e didática). São Paulo: Ed. Ática, 1997.

OLIVEIRA, V. Marinho. Consenso e conflito da Educação Física brasileira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RODRIGUES, D. Inclusão e Educação. São Paulo: Summus, 2005.

SILVA, E. F. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papyrus, 2007.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. p.246-253, 1967.



VAGO, Tarcísio M. Um olhar sobre o corpo. Presença pedagógica ano 1, n. 2 Belo Horizonte Março/abril, p 65-70, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Virando a escola pelo avesso por meio da avaliação. Campinas - SP: Papyrus, 2008.

. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. Cadernos de Educação. CNTE, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun. 2014.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A imaginação e a arte na infância. (Trad.) Espanha, Madrid: Edição Akal, 1998.



ANEXO 1

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, Matrícula _____,
na qualidade de Diretor(a) do(a) _____
(unidade escolar), me comprometo a implantar o Projeto Educação com Movimento,
de modo a cumprir o que está previsto em seus Princípios e Diretrizes Pedagógicas.
Ciente destas responsabilidades envidaremos esforços para o sucesso e plena
realização do mesmo.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Diretor (a)/Matrícula



ANEXO 2

ESTRUTURA DO PORTFÓLIO

Coordenação Regional de Ensino:

Unidade Escolar:

Professores(as):

Tempo no Projeto Educação com Movimento:

Nº de turmas atendidas este ano: Matutino: Vespertino:

Nº aproximado de estudantes atendidos pelo Projeto nesta escola:

1. Atividades realizadas nas aulas de Educação Física: (anexar o plano de ensino e escrever um relato destas atividades. Podem ser incluídas fotografias);
2. Atividades realizadas dentro dos projetos desenvolvidos pela escola (podem ser incluídas fotografias);
3. Pontos positivos observados no desenvolvimento do Projeto;
4. Relato sobre as dificuldades encontradas e sugestões para a resolução dos problemas;
5. Relato sobre a contribuição para suas aulas do curso de formação continuada promovido pela EAPE/GEFID, e demais cursos realizados no ano;
6. Relato sobre as reuniões pedagógicas:
 - a. Na coordenação pedagógica com o(a) professor(a) de atividades, equipe gestora e coordenadores;
 - b. Reunião pedagógica com a equipe da GEFID;
7. Avaliação (anexar os formulários de avaliação “Avaliação pelos estudantes”, “Avaliação pelos Gestores” e “Avaliação pelos(as) professores(as) de atividades”).
8. Outras observações.



ANEXO 3

AVALIAÇÃO DO PROJETO (ESTUDANTES)

Esta avaliação deve ser feita com os estudantes participantes do Projeto. Para isso, o(a) professor(a) de atividades ou de educação física, deverá realizar a avaliação por amostragem (aproximadamente 5 alunos por turma). Este quadro com os resultados deverá ser anexado ao portfólio.

Unidade Escolar:

Quantidade total de estudantes respondentes:

AFIRMAÇÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
Você tem gostado das aulas realizadas pelos professores de educação física?			
O Projeto tem feito você se sentir melhor na escola?			
O Projeto melhorou sua relação com seus colegas de turma?			
O Projeto te ajuda a melhorar nos estudos?			
O(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de educação física trabalham juntos nessas aulas?			
Você quer que o Projeto continue na sua escola?			

- O que você mais gosta nas aulas do Projeto?
- O que você não gosta nas aulas do Projeto?



ANEXO 4
AValiação DO PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO
(PROFESSOR DE ATIVIDADES)

Unidade Escolar:

Turno: () Matutino () Vespertino

AFIRMAÇÃO	INSATIS.	PODE MELHORAR	MUITO BOM
Relação pedagógica do(a) professor(a) de Educação Física com os(as) professores(as) de Atividades.			
Planejamento em conjunto com os (as) professores(as) de Educação Física.			
Contribuição do Projeto para o desenvolvimento dos estudantes.			
Impacto do Projeto na comunidade escolar.			
Condições gerais da unidade escolar para o desenvolvimento do Projeto Educação com Movimento.			
Apoio da equipe gestora às atividades do Projeto Educação com Movimento?			

➤ Outros comentários:



ANEXO 5
AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO
(GESTORES)

AFIRMAÇÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
O Projeto tem contribuído para o desenvolvimento integral dos estudantes?			
O Projeto ampliou as possibilidades educacionais da unidade escolar?			
O Projeto tem repercutido positivamente na comunidade escolar?			
A unidade escolar possui as condições necessárias para o desenvolvimento do Projeto?			
O Projeto está inserido no PPP da unidade escolar?			
Os professores envolvidos desempenham adequadamente as disposições contidas no Projeto?			

- Faça um relato sucinto sobre a importância do Projeto para sua escola.

- Sugestões para o aprimoramento do Projeto.

Responsável pelo preenchimento:

Nome/matrícula/cargo:



ANEXO 6
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE

Estudante:

Ano:

Turma:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA

ASPECTOS DA APRENDIZAGEM	Sim (S)				Não (N)				Em parte (EP)				Não se aplica (NA)			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
BIMESTRE																
Com o desenvolvimento das atividades lúdicas, brincadeiras e jogos você tem notado evolução dos movimentos corporais do estudante?																
O estudante apresenta dificuldades de relacionamento durante a realização de atividades lúdicas, brincadeiras e jogos?																
Durante as práticas corporais, o estudante apresenta dificuldades em trabalhar com as diferenças de gênero?																
O estudante aceita bem novas atividades lúdicas, brincadeiras e jogos propostos pelo(a) professor(a)?																
O estudante respeita as regras das atividades durante as aulas de Educação Física?																
O estudante mostra interesse por novos conteúdos da cultura corporal trazidos pelo professor durante as aulas de Educação Física?																

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Este instrumento deve subsidiar a elaboração do RDIA ou RAV.



PROJETO POLIDOCÊNCIA

5º ANO





GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



APRESENTAÇÃO

As etapas escolares pelas quais os estudantes passam costumam representar momentos de passagem e mudança na vida, principalmente das crianças. Na realidade vivenciada pelos estudantes da EC 116, ao concluir o Ensino Fundamental I, os estudantes precisam mudar de escola para uma que atenda do 6º ao 9º ano, ou seja, o Ensino Fundamental II.

Geralmente, esse é um momento que causa angústia e ansiedade não só nos estudantes, bem como em suas famílias. Portanto, o projeto da Polidocência foi criado com o objetivo de possibilitar aos estudantes do 5º ano uma vivência aproximada com a realidade que irão encontrar no Ensino Fundamental II. Dessa forma, as crianças e famílias atravessam esse momento de transição de forma mais suave, pois se ambientam melhor com a organização pedagógica e chegam mais seguros na escola subsequente.

Portanto, o projeto da Polidocência conta com a participação dos professores docentes do 5º ano que trabalham de forma articulada e contam com a colaboração da coordenação pedagógica e equipe gestora. Ao assumir essas turmas, o professor já tem ciência que haverá uma divisão disciplinar para atender às turmas, podendo haver uma subdivisão no grupo, de acordo com o número de turmas atendidas e as necessidades pedagógicas apresentadas.

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver a autonomia e senso de responsabilidade nos estudantes ao fazer a transição do EF I para o EF II;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Adaptar a estrutura curricular do 5º ano à possibilidade de revezamento das turmas na Polidocência;
- Vivenciar a organização curricular aproximada à organização pedagógica utilizada nas escolas de Ensino Fundamental II;



- Fomentar o trabalho dos professores com apoio pedagógico através da coordenação;
- Possibilitar uma transição de etapas educacionais de forma mais suave;

DESENVOLVIMENTO

A organização da polidocência se inicia após a escolha de turma onde os docentes lotados nessas turmas se subdividem para atender os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, e uma terceira opção que atender os componentes de Ciências, Geografia e História. Os componentes de Artes e Ensino Religioso é trabalhado pelo docente titular de cada turma. O componente de Educação Física é trabalhado pelo professor responsável pelo projeto Educação com Movimento.

A coordenação pedagógica fica responsável por viabilizar essa organização e montar a grade curricular junto ao grupo de forma a atender as horas necessárias para cada disciplina. Se necessário, em virtude da quantidade de turmas, o grupo pode ser subdivido, de forma que quando formam-se seis turmas, subdivide-se o grupo em dois para realizar a divisão dos componentes curriculares entre os docentes e assim atender a carga horária necessária para cada disciplina.

As famílias são orientadas sobre o projeto em reunião específica onde o projeto é apresentado junto com a organização do trabalho pedagógico da escola. A organização da carga horária de cada disciplina por dia é realizada conforme a quantidade de turmas, podendo ser de duas a quatro por dia de acordo com a necessidade do grupo. Os horários são impressos, entregue aos estudantes e fixados na sala para possibilitar o acesso a todos.

As coordenações pedagógicas são realizadas em grupo para possibilitar o compartilhamento de informações sobre os estudantes e viabilizar uma avaliação formativa consistente com o processo de aprendizagem de cada estudante. Assim, as informações para a elaboração dos relatórios individuais vão sendo compartilhadas ao longo do processo, sendo o docente titular da turma o responsável pela escrita e formatação dos mesmos.



Em casos de projetos de reagrupamento envolvendo um componente curricular, geralmente de Língua Portuguesa, a sua execução é feita por todo o grupo, independente da disciplina pela qual o docente é responsável. Os projetos pedagógicos da escola são desenvolvidos de forma coletiva e o professor da disciplina mais evidente no projeto, lidera o trabalho a ser realizado pelo grupo. Nesse quesito destacamos o Circuito de Ciências, o Circuito da Matemática e as Mostras Culturais.

RECURSOS

- Humanos: estudantes e famílias do 5º ano, coordenação pedagógica, equipe gestora e equipes pedagógicas.
- Materiais: estrutura física da escola.

AValiação

A avaliação será realizada ao longo do processo nas coordenações coletivas, analisando os resultados obtidos e a adequação de docentes e discentes às demandas que surgirem durante o processo.



PROJETO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO



A alfabetização muda o futuro das crianças



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



JUSTIFICATIVA

O Projeto **Pacto pela Alfabetização** é um trabalho colaborativo entre o Poder Público, a sociedade civil, as famílias, os professores, as Unidades Escolares e a SEDF, a fim de garantir a qualidade da alfabetização em Santa Maria/DF, uma vez que a alfabetização é uma etapa chave para o sucesso escolar das crianças e para o cumprimento da função social do sistema escolar.

Para o desenvolvimento do Pacto na Regional de Ensino de Santa Maria, algumas pontuações são pertinentes:

- 1- No Brasil, mais da metade dos estudantes não possui habilidade de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, e tal contexto impacta fortemente nos indicadores de repetência e evasão escolar;
- 2- O Pacto pela Alfabetização é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Coordenação Regional de Santa Maria, em parceria com o Instituto Raiar, e tem como objetivo melhorar os indicadores de alfabetização, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar;
- 3- A Política Nacional da Alfabetização, instituída pelo Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, tem como premissa a alfabetização das crianças até o final do 1º ano. Além disso, considera a Educação Infantil uma etapa fundamental para o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para alfabetização;
- 4- A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado. No país, é a estratégia que tem as maiores evidências de resultados na melhoria da qualidade da aprendizagem em Redes de Educação. É a mesma que está sendo utilizada em Sobral/CE e em Teresina/PI, principais referências em qualidade da educação pública no país. Ambas as cidades têm mais de 80% dos alunos alfabetizados ao final do 1º ano;



- 5- O programa pedagógico do Pacto pela Alfabetização está inteiramente alinhado com a Política Nacional de Alfabetização. Qualquer sugestão de melhoria poderá ser reportada aos autores. Entretanto, os debates político-pedagógicos devem estar pautados por evidências científicas e indicadores de resultados;
- 6- A gestão da Regional de Ensino de Santa Maria e das Unidades Escolares estão focadas em melhorar os indicadores de alfabetização que atualmente, infelizmente, tem ajudado a condenar a maioria das crianças ao fracasso escolar;
- 7- Reconhecer o cenário desafiador dos baixos indicadores de aprendizagem e implantar estratégias para reverter este quadro deve ser a principal pauta de diálogo do Poder Público e da comunidade. O interesse da criança deve estar acima de qualquer viés ideológico ou partidário;
- 8- Os 3 primeiros anos do Pacto são totalmente financiados pelo Instituto Raiar, com recursos de doadores. Não há desembolso de recursos por parte da Secretaria de Educação e nem repasse de recursos do Instituto Raiar para a gestão da Unidade Escolar. A participação da sociedade civil na construção e implantação de políticas públicas está prevista na Constituição Federal e foi reforçada na Política Nacional de Alfabetização;
- 9- O Pacto pela Alfabetização representa uma possibilidade real de promover a mobilidade social das crianças em vulnerabilidade social e, por isso, merece o envolvimento de toda a comunidade escolar.

O CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

A alfabetização é uma condição fundamental para o progresso das crianças em sua trajetória escolar. Como país, ainda temos muito o que avançar na garantia do direito de aprendizagem, sobretudo na educação pública. A última Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada em 2016, indica que 54,6% dos estudantes não possuem as habilidades esperadas de leitura ao final do 3º ano do ensino



fundamental, contexto que impacta fortemente os indicadores de repetência e evasão escolar. Este cenário preocupante também pode ser observado no Distrito Federal, com 45% das crianças sem as habilidades esperadas de leitura e de matemática ao final do 3º ano.

O contexto acima explicita que há uma lacuna de aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem a ser suplementada. As evidências demonstram que, com uma metodologia de aprendizagem adequada, baseada principalmente na estruturação do ensino e na gestão baseada em indicadores, é possível melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos do 1º ano, em processo de alfabetização, e impactar em toda a sua trajetória escolar.

O investimento na qualificação da educação é um requisito essencial para a melhoria dos indicadores sociais, rompendo o círculo vicioso da desigualdade socioeconômica e da pobreza e, dessa forma, tornar possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O cenário apresentado acima justifica a necessidade e a urgência da implantação de uma estratégia para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo nas séries iniciais.

O QUE DIZ A POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (PNA)

Instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, a PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização. Dentre as principais diretrizes da política estão:

- a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas. (Artigo 1º);
- a PNA deve ter fundamentação nas ciências cognitivas. (Artigo 3º), com ênfase no ensino de cinco componentes essenciais para a alfabetização:
 - I. Consciência fonêmica, instrução fônica sistemática
 - II. Fluência em leitura oral
 - III. Desenvolvimento de vocabulário



IV. Compreensão de textos

V. Produção de escrita

- deve-se adotar referenciais de políticas públicas exitosas, tanto nacionais quanto estrangeiras. (Artigo 3º);
- priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental. (Artigo 5º);
- incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil; (Artigo 5º)
- a política de alfabetização deverá passar por avaliação e por monitoramento constante (Artigo 9º), incluindo as seguintes ações:
 - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;
 - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;
 - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita.

Documento na PNA na íntegra disponível em:

http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

DESENVOLVIMENTO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

O Pacto pela Alfabetização é fruto de um acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Instituto Raiar, publicizado no **DODF nº 98 de 26 de maio de 2021, com o Acordo de Cooperação nº 05/2021 no processo SEI nº 00080-00018746/2021-14**, e tem como principal objetivo implementar as diretrizes do PNA, melhorando os indicadores de alfabetização no município, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar.

a) Escopo da parceria:

O Acordo de cooperação tem duração de 3 anos e as atividades previstas serão executadas por cada uma das partes integrantes do acordo conforme abaixo:



Instituto Raiar	Secretaria de Educação
Monitoramento da implantação da solução técnica e gerencial; Financiamento do Programa de Alfabetização; Apoio a modelagem de gestão; Apoio aos processos de comunicação para engajamento comunitário.	Elaboração e execução do plano de trabalho; Implantação das ações; Gerenciamento de resultados.

A solução pedagógica para o Programa de Alfabetização será fornecida pelo Instituto Alfa e Beto. Os critérios de escolha, bem como a detalhamento da solução serão explicitados neste documento.

b) Instituto Raiar e a participação da sociedade civil na implantação de políticas públicas:

O Instituto Raiar é uma organização apartidária e sem fins lucrativos que tem como objetivo atuar em parceria com o Poder Público, promovendo o desenvolvimento pleno de crianças e de adolescentes, principalmente por meio da qualificação das políticas públicas na área da educação.

A participação e colaboração de toda a sociedade na construção de tais políticas é um direito e um dever previsto no artigo 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, **será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

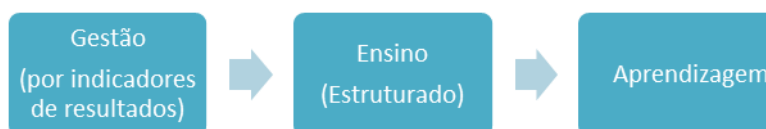
Tal ação colaborativa também é legitimada na página 44 do PNA: “A presença das organizações da sociedade civil é sinal significativo da amplitude do esforço para levar a efeito esta política nacional, cujo bom êxito depende da harmoniosa articulação entre os seus diversos agentes.”

Neste sentido, o Instituto Raiar, por meio deste Acordo de Cooperação, exerce seu direito e função social de defender e trabalhar para a preservação do direito de aprendizagem das crianças.



OBJETIVOS

O objetivo do programa é contribuir para que haja uma transformação nas práticas pedagógicas e gerenciais, de forma a projetar o município numa trajetória que lhe permita um salto de qualidade na alfabetização e no avanço escolar das crianças. Neste sentido, a estratégia para a qualificação da aprendizagem segue o ciclo apresentado no diagrama abaixo, onde se começa pela estruturação dos processos de gestão, passando pela estruturação das metodologias de ensino que impactarão na aprendizagem.



Os objetivos específicos do Pacto estão estabelecidos conforme os seguintes eixos:

Gestão	Qualificar a gestão da rede municipal de educação para uma atuação pautada pela estruturação do ensino e análise crítica de indicadores de resultados e melhores práticas para garantia da aprendizagem.
Ensino	Implantar a metodologia de ensino estruturado para as turmas de Pré II, 1º e 2º ano.
	Formar diretores e demais lideranças pedagógicas para gerir a escola com foco na excelência do ensino. Capacitar e sensibilizar professores para a utilização de metodologia adequada de planejamento, prática de sala de aula, avaliação e recuperação de alunos.
Aprendizagem	Desenvolver os pré-requisitos necessários para alfabetização no último ano da educação infantil.
	Promover a alfabetização e o domínio das habilidades esperadas de escrita e matemática até o final do primeiro ano.
	Potencializar o desenvolvimento da compreensão e fluência em leitura e domínio das habilidades de escrita e matemática, a cada ano. Diminuir a infrequência escolar



O MODELO DE ATUAÇÃO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

O acordo de cooperação prevê que a aprendizagem passe a ser o centro da política de gestão da educação. Para alcance dos objetivos propostos, serão implementadas 3 macroações:

1) Sistema de Ensino Estruturado:

Implantação de Sistema de Ensino Estruturado que alia pedagogia e gestão. Será composto de programa de ensino, materiais didáticos, propostas pedagógicas, plano de curso, métodos de avaliação e recuperação e materiais de apoio ao professor.

2) Modelagem de Gestão:

Consultoria do Instituto Raiar para apoio aos processos de sensibilização da rede de educação, gestão da mudança e estruturação do processo de gestão a partir de indicadores de aprendizagem. Cada etapa do programa segue um ciclo de planejamento, de implantação e avaliação de resultados e de execução de medidas corretivas para alcance de metas.

3) Mobilização Social:

Consultoria do Instituto Raiar para planejamento e execução de estratégias de comunicação, com o objetivo de envolver toda a comunidade escolar na construção e na garantia de uma educação básica de qualidade.

Uma das principais ações do eixo de mobilização social é a oferta de um programa de aprendizagem socioemocional para professores que tem como objetivo promover a aprendizagem coletiva e dar suporte aos educadores, buscando o desenvolvimento social, emocional e ético de toda a comunidade escolar.

SOBRE A ESCOLHA PEDAGÓGICA ADOTADA

a) A escolha da solução técnica a ser implantada



A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado, é financiada pelo Instituto Raiar e fornecida pelo Instituto EDUBE. Tal solução foi escolhida a partir dos seguintes critérios:

- I. programa de ensino baseado em sólidas evidências científicas nacionais e internacionais.
- II. Evidências robustas de resultados na melhoria de indicadores de resultados de Redes de Educação. Não há no país outra solução com resultados semelhantes.
- III. Alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019).

Trata-se de uma estratégia de intervenção que integra as atividades de pedagogia e de gestão nos níveis de sala de aula, escola e secretaria tendo como referência o conceito de ensino estruturado. Os programas de ensino são baseados em evidências científicas sólidas e materiais pedagógicos de alta qualidade.

O desenvolvimento do Programa de Alfabetização do Instituto Alfa e Beto foi liderado pelo Prof. João Batista Araújo Oliveira – Ph.D em Educação pela Florida State University. Seus estudos foram utilizados como referencial para a Construção da Política Nacional de Alfabetização, bem como para o estudo da Academia Brasileira de Letras “Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva.”, documento que serviu como base para a construção do PNA.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

Para monitoramento das ações e dos resultados desta política pública, está prevista no Acordo de Cooperação a formação de um comitê gestor. Tal comitê deverá ser liderado pelo Coordenador da Regional de Ensino em exercício e será regido pelas seguintes condições:

- o Comitê deverá ser composto pelos seguintes membros:
 - a) Coordenador da Regional de Santa Maria;
 - b) Representante da Secretaria de Educação;
 - c) Representante do Conselho de Educação;
 - d) Representante do Conselho da Criança e do Adolescente;
 - e) Representante do Conselho Tutelar;
 - f) Representante do Ministério Público;



- g) Representantes do conselho de pais e mestres;
 - h) Representante do Instituto Raiar.
- por convocação do coordenador da Regional de Ensino, o Comitê deverá se reunir bimestralmente para monitoramento das atividades implantadas, para a avaliação de resultados obtidos e, sempre que necessário, estabelecimento de ações em apoio aos resultados do Pacto pela Alfabetização;
 - Comitê Gestor deverá gerar um parecer ao final de cada reunião, prestando contas e formalizando alinhamentos necessários para o alcance dos melhores resultados no Pacto pela Alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política de alfabetização eficaz terá reflexos positivos não apenas na Educação Básica, mas em todo o sistema educacional do país. O Pacto pela Alfabetização se constitui como uma estratégia para implementar, na íntegra, o Plano Nacional de Alfabetização como a alfabetização bem consolidada é imprescindível para o sucesso escolar, deve merecer prioridade absoluta, pois constitui o rito de iniciação da criança na escola formal assim toda criança deve ter o direito de dar certo, começar com sucesso.

Como sociedade, não podemos mais aceitar que mais da metade das crianças do país e desta cidade cheguem aos 8 anos de idade sem saber ler. A sociedade deve estar mobilizada e unida para reverter este cenário que tem penalizado a maioria das crianças. As famílias de classes sociais mais baixas são mais fortemente punidas em momentos de crise, de desemprego ou de pandemia, e a tendência é aumentar as desigualdades. Por isso a necessidade de intervenções rigorosas para evitar que as diferenças se perpetuem.

Para termos êxito em nossas intervenções, baseamo-nos na ciência cognitiva da leitura que apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. De acordo com essa perspectiva, as políticas e as práticas



educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e para avaliar o conhecimento mais recente sobre os métodos de alfabetização.



CONCURSOS E EXPOSIÇÕES



Santa Maria, abril de 2023



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:
Simeir Gonçalves Prestes
Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:
Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA:
Daiana Maria Lima Silva

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:
Anne Karoline de Moraes Cellos
Islene Peixoto dos Santos Silva
Karine Kelly Faustino
Raquel de Souza Almeida Baía
Suzana Rodrigues Brandão
Wiana Kelly Freitas



INTRODUÇÃO

Quando se fala em leitura, raciocínio lógico matemático e ciências, nos vem à mente o papel da escola que é o berço da alfabetização, porém, não é somente na escola que esses hábitos precisam ser estimulados.

A formação da criança leitora acontece desde quando a mãe começa a ler para o filho no seu ventre, ou seja, antes do nascimento, e se perpetua ao longo de sua vida. São inúmeras as queixas de pais e responsáveis pela criança e principalmente de nós, professores, acerca da problemática tanto na aquisição quanto no despertar do gosto pela leitura e entender os saberes matemáticos e científicos.

Ser capaz de imaginar outros mundos, viajar por lugares distantes e viver grandes aventuras é algo que a leitura pode nos proporcionar sem ao menos precisar sair do sofá de casa ou da cadeira da escola. E através dela que podemos ampliar nossas habilidades para falar, escrever, pensar, agir e interagir com o mundo e as pessoas, assim também acontece com a matemática, que está no relógio da parede, no celular que usamos, no botão da geladeira, no mercado, na padaria e em tantos lugares que perdemos até as contas.

A ciência amplia conhecimentos acerca do mundo e possibilita uma nova visão sobre fatos e teorias do nosso cotidiano, nesse sentido o ensino de ciências deve contribuir para o desenvolvimento de competências que permitam ao educando compreender e agir sobre seu meio social.

Cientes de que, é na escola que essas habilidades prioritariamente se formalizam, nós enquanto educadores, precisamos buscar ações concretas que ajudem na inicialização ou ampliação dessas práticas no cotidiano do estudante com o intuito de formar leitores independentes, motivados e criativos, capazes também de interpretar e entender o mundo da matemática e das ciências.

O trabalho para reverter essa realidade deve dar-se de forma conscientizadora e com ações que maximizemos contatos desses pequenos com esse mundo mágico da leitura e da matemática, e conseqüentemente essa motivação ultrapasse os muros da escola.



Sendo assim, a escola precisa semear estratégias e fortalecer o Projeto Político Pedagógico com ações que busquem despertar tais habilidades de forma dinâmica e prazerosa.

JUSTIFICATIVA

A escola vem observando através das avaliações externas (Prova Diagnóstica, Prova ANA e a Prova do SAEB) e avaliações internas, que os alunos obtiveram alguns avanços na leitura e escrita, porém ainda não se encontram dentro de um padrão considerado ideal.

Reconhecendo que ler, escrever, aplicar as quatro operações e interpretar situações-problema, são habilidades importantíssimas para se chegar ao letramento, sentimos a urgente necessidade de elaborar ações, com a finalidade de colocar em prática ações que despertem nos alunos o prazer pela leitura e pela matemática consequentemente possibilite o acesso à diversidade conhecimentos ofertados pelos livros e materiais concretos. Diante disso, as seguintes ações visam organizar o trabalho pedagógico da escola dando enfoque à projetos voltados a leitura, a matemática e a ciências com as seguintes ações: Soletrando, Circuito da Matemática, Circuito de Ciências e Mostra da Cultura Afro-brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aguçar o prazer pela leitura e saberes matemáticos aumentando o potencial cognitivo e criativo;
- Promover o aprimoramento do vocabulário, proporcionando melhor desempenho da oralidade e da escrita;
- Proporcionar aos alunos, professores e demais profissionais da escola a oportunidade de ampliar seus horizontes pessoais e culturais, auxiliando na formação crítica;
- Estimular o intercâmbio dessas leituras com pais, professores, colegas e outras pessoas de sua convivência;



- Propiciar a formação de educadores e alunos leitores/produtores de textos nas diversas áreas do conhecimento;
- Desenvolver as capacidades das habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever;
- Desenvolver o raciocínio lógico e estimular a sua curiosidade;
- Interligar o estudo da matemática com seu cotidiano, perceber a presença da matemática em tudo que fizermos;
- Desenvolver e resolver situações-problema, criando e elaborando técnicas de resolução válidas no encontro das soluções.

SOLETRANDO

Essa atividade envolve todos os alunos da escola e acontece uma vez por ano. Trata-se de um jogo semelhante ao popularmente conhecido com regulamento e regras próprias, adaptadas à realidade da escola.

A primeira eliminatória é realizada em sala de aula, onde o professor recebe uma lista de palavras para repassar aos alunos, os mesmos estudam a lista e em um determinado momento participam soletrando



para o professor regente e colegas da turma, restando apenas cinco alunos de cada turma que recebem outra lista de palavras para estudarem.

A segunda eliminatória fica a cargo da coordenação e convidados, onde os nomes dos cinco alunos classificados de cada turma são repassados para a coordenação. Eles realizam a soletração em um lugar previamente preparado, com



todos os finalistas dessa etapa por ano, restando assim um de cada turma, que posteriormente ganhará uma lista com palavras mais complexas.

A etapa final é realizada no pátio com todos os alunos da escola, onde as famílias dos finalistas podem prestigiar também esse momento. Nesse evento os próprios alunos sorteiam as palavras que serão soletradas e que fazem parte da lista enviada previamente para estudos. Como critério de desempate, haverá um envelope surpresa com palavras inéditas onde os finalistas deverão soletrar até que aconteça a eliminação dos concorrentes ou empate final. A premiação dessa atividade é um kit de materiais pedagógicos.

CIRCUITO DA MATEMÁTICA



Essa ação também envolve todos os alunos da escola. Em uma sala é montado previamente pequenos onde os estudantes são convidados a percorrer o circuito junto ao professor regente e demais colegas para resolver os desafios através do raciocínio e cálculos matemáticos, de acordo com o nível de cada ano.

Nesse local ficam disponibilizados materiais concretos como tampinhas, palitos de picolés, dinheirinho, etc., para auxiliar na resolução dos desafios.



Cabe ressaltar que a metodologia das atividades do circuito pode sofrer alterações para melhor atender aos alunos.

CIRCUITO DE CIÊNCIAS



Essa atividade envolve alunos do 1º ao 5º ano e turmas de TGD. Acontece em consonância com o Circuito de Ciências do DF, onde são planejados por ano/série projetos sobre o tema do ano vigente.

Esses projetos, durante o Circuito de Ciências realizado na escola, são escolhidos pela comunidade escolar e professores, para serem inscritos e posteriormente expostos nas demais etapas do Circuito de Ciências do DF.

MOSTRA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA



Essa atividade contempla todos os alunos da escola, das turmas de TGD até os 5º anos. Acontece uma vez ao ano. É um momento onde os trabalhos literários (livros, pintura de quadros, desenhos, entre outros) realizados com a temática da Cultura Afro-brasileira ao longo do ano letivo, são expostos para toda comunidade escolar, em stands.



FESTAS E EVENTOS

Ao longo do ano letivo a equipe escolar organiza festas e eventos com objetivos diversos. Em sua maioria, os eventos visam fortalecer o contato da escola com os familiares dos alunos e com a comunidade, bem como fomentar a cultura brasileira.

As festas e eventos também promovem situações de interação e aprendizagem, com projetos escolares onde os alunos podem pesquisar, levantar hipóteses sobre os temas, fazer registros das discussões feitas em sala e montar materiais para serem expostos à comunidade escolar,

Além dos concursos e exposições citados anteriormente, os seguintes eventos serão realizados ao longo do ano letivo:

- Partilha de Páscoa;
- Festa Junina/Julina;
- Festa das Crianças;
- Formatura das turmas de 5º ano e;
- Auto de Natal.

Cabe observar que no momento a comunidade escolar encontra-se em discussão sobre a realização da “Festa das Mães” e “Festa dos Pais” ou a “Festa da Família”.

CONCLUSÃO

Essas ações permitem assinalar que podemos transformar a leitura e a matemática, em algo prazeroso e criativo, onde o professor, junto com a equipe gestora e pedagógica, serão os facilitadores no processo de ensino aprendizagem, buscando na Escola Classe 116 práticas inovadoras e apoio da comunidade escolar.

Esse projeto está em constante avaliação, esse também será o nosso propósito, para juntos conseguirmos que nossos alunos ultrapassem os muros da escola com seus múltiplos saberes. Que cada semente de informação, sejam plantadas em nossos estudantes e regadas com esperança e confiança, sempre acreditando no potencial e nas qualidades de cada um.